

MESTRADO
SOCIOLOGIA

O Discurso de Eva: Posicionamentos de
uma Revista Feminina perante a
Condição Social da Mulher durante o
Estado Novo (1930-1950)
Francisco Pereira da Silva Pais
Rodrigues

M

2017



Francisco Pereira da Silva Pais Rodrigues

**O Discurso de Eva: Posicionamentos de uma Revista Feminina
perante a Condição Social da Mulher no Estado Novo (1930-1950)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pelo Professor Doutor
Virgílio Borges Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2017

O Discurso de Eva: Posicionamentos de uma Revista Feminina perante a Condição Social da Mulher no Estado Novo (1930-1950)

Francisco Pereira da Silva Pais Rodrigues

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pelo Professor Doutor
Virgílio Borges Pereira

Membros do Júri

Professor Doutor Virgílio Borges Pereira
Faculdade Letras - Universidade Porto

Professor Doutor Luís Grosso Correia
Faculdade Letras - Universidade Porto

Professor Doutor Carlos Gonçalves
Faculdade Letras - Universidade Porto

Classificação obtida: 18 valores

Sumário

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Introdução.....	10
Parte I – Enquadramento Geral	
1.1 Preâmbulo Problematizante.....	11
1.2 Contextualização Socio-histórica.....	14
1.2.1 - O Regime.....	18
1.2.1.1 - Génese Política.....	18
1.2.1.2 - O Papel da Igreja Católica.....	20
1.2.1.3 - À Imagem e Semelhança de Salazar: princípios ideológicos e narrativas operativas.....	23
1.2.1.4 - Consolidação e Institucionalização.....	28
1.2.2 - A Mulher.....	33
1.2.2.1 - Atribuição de Espaços Sociais: família e casa.....	33
1.2.2.2 - Justificativas Históricas: legitimação científica e legal.....	35
1.2.2.3 - A Enfermeira, a Professora Primária e a Criada: exceções não excepcionais.....	40
1.2.3 - A Imprensa.....	43
1.2.3.1 - A Censura.....	47
1.3 - Recursos Teórico-Metodológicos.....	50
1.3.1 Esteios Teóricos.....	50
1.3.1.1 - Poder.....	50
1.3.1.2 - Género.....	54
1.3.1.3 - A Revista enquanto Objeto Cultural, Produtor de Discurso.....	54
1.3.2 - Considerações Metodológicas.....	58
1.3.2.1 - Elementos para a Construção da Grelha de Análise.....	60
1.3.2.2 - Categorias de Análise: Dimensões e Fundamentos.....	61

Parte II - O Discurso de Eva

2.1 - História da Empresa Jornalística.....	69
2.1.1 - Enquadramento Institucional e vetores da prática jornalística.....	69
2.1.2 - Breve Prosopografia: quadro referencial da redação enquanto contexto de confluência social.....	74
2.1.3 - Hierarquia e Poder Simbólico: uma timoneira carismática.....	79
2.1.4 - Ensejos Estruturantes: cronologia comentada.....	84
2.2 - A Eva em Ação: O Trajeto do Discurso.....	85
2.2.1 - Helena de Aragão: progressismo calculado.....	85
2.2.2 - Irmãos Roque Gameiro: fase de transição.....	86
2.2.3 - Carolina Homem Christo (até 1944): alinhamento ideológico.....	89
2.2.3.1 - Casos Excepcionais (até 1944).....	95
2.2.4 - O Final da Guerra: irreverência e respetiva mitigação.....	97
Considerações finais.....	104
Referências bibliográficas.....	110
Anexos.....	115
Anexo 1 - Anúncio do Inquérito: "A mulher deve ou não trabalhar?"	116
Anexo 2 - Grelha de análise de conteúdo.....	117

Agradecimentos

Creio que todos aqueles a quem estendo o meu agradecimento se imaginam merecedores dessa pequena honra, pelo que a sua eventual ausência desta enumeração, ferramenta retórica que acarreta o risco da omissão, não será motivo de melindre. Aceitarei o dito risco. Aliás, creio não lhe ser avesso, procuro ponderá-lo antes de o rezear.

Acredito que devo essa qualidade aos meus pais, irmã, avós, tios e primos que sempre depositaram em mim uma crença inabalável, alimentando a minha confiança nas minhas capacidades, mas também fazendo com que me deparasse com as minhas limitações: momentos de maior importância, que me obrigam a aceitar as minhas falhas e a esforçar-me para as debelar.

Enumero os que comigo calcorreiam todos os caminhos, que constantemente me ensinam *a irmandade*. Manel, Castro, Gonçalo, Dora, Bessa, Paulo, Pack, Rafa, Guilhas, Mag, Inês, Afonso, Matilde, Leonor, Pinho, Kat, Gaio, Inês, Sofia, Riça. Não posso deixar de singularizar a Mariana, que me deu um lar onde tudo cabe e uma infinidade de razões para sorrir.

Evoco os meus companheiros e treinadores do CDUP Rugby e do Crossfit Durius, que comigo formaram e formam caráter, pela superação de adversidades, principalmente as que são autoimpostas, aprendendo as virtudes da dedicação e da perseverança.

Por fim, reconheço todos os que me ensinaram a pensar, que me em mim suscitaram a paixão pelo conhecimento e pela aprendizagem. Dedico-me a todos os meus professores e professoras, com ou sem título, mas em especial Jorge Gonçalves, Veríssimo Toste, José Carlos Martins, Fátima Candeias, Vítor Cunha, Ester Silva, Elena Galvão, João Teixeira Lopes e Virgílio Borges Pereira, que orientou este pedaço de mim com experiência, compreensão, inteligência, perspicácia, paciência e dedicação.

Carrego em mim partes de vós e, por isso, estar-vos-ei para sempre grato.

Resumo

O Estado Novo, tal como o resto dos regimes europeus autoritários de direita do seu tempo, tinha como uma das pedras basilares da sua ideologia o modelo tradicional de família. Por conseguinte, o papel da mulher era transmitido como exclusivamente doméstico, sendo responsável pelo bem-estar quotidiano da família: tomando conta das crianças, cozinhando, limpando e apoiando o marido com devoção e abnegação. Esta conceção tinha implicações profundas para a autodeterminação das mulheres, subjugando-as aos desígnios masculinos, uma vez que os homens desempenhavam os papéis de "ganha-pão" e chefe de família, apoderando-se do espaço público e das decisões coletivas.

Sendo um modelo social opressivo, a sua manutenção sediava-se não só na repressão estatal, mas também em mecanismos subreptícios que disseminavam tais ideias como moralmente sãs.

Estes mecanismos podiam tomar a forma de revistas femininas, cuja continuidade dependia em muito da aprovação do Estado, devido à Censura. Assim, publicações que veiculassem mensagens favoráveis ao regime seriam beneficiadas, evitando quezílias com o poder político da época.

Neste trabalho, estudo o discurso de uma dessas revistas, historicamente associada a uma ideologia conservadora, com o objetivo de compreender melhor as suas práticas retóricas e a precisão da assunção de que a publicação se alinhava com as crenças do Estado Novo, durante o seu apogeu e durante um período de agitação política, após a derrota dos seus congéneres na 2ª Guerra Mundial.

Palavras-chave: Eva, imprensa feminina, Estado Novo, sociologia histórica, condição feminina

Abstract

The Estado Novo, as the rest of the right-wing european authoritarian regimes of its time, had the traditional familial structure as one of its ideological cornerstones. Therefore, women's role was conveyed as exclusively domestic, holding most responsibility for the family's daily well-being: taking care of the children, cooking, cleaning and supporting the husband with devotion and self-sacrifice. This notion had deep implications in terms of women's ability to determine their lives, subduing them to male designs, as men acted as 'breadwinners' and heads of their families, taking over the public space and collective decisions.

Being such an oppressive social model, it had to be backed up not only by state repression, but also by more surreptitious mechanisms that disseminated such ideas as ones to uphold, from a moral standpoint.

These mechanisms could come in the form of women's magazines, whose continuity depended heavily on the state's approval, due to the enforcement of censorship. So, publications conveying favourable content would greatly benefit, not incurring in quarrels with the political power at the time.

In this work, I study the discourse one of such women's magazines, historically connected to conservative ideology, with the goal of better understanding its rhetorical practices and how accurate is the assumption that it aligned itself with the Estado Novo's beliefs, at the time of the latter's heyday and during a period of a imminent political rupture, after the defeat of its counterparts during World War II.

Keywords: Eva, women's press, Estado Novo, historical sociology, the condition of women

Introdução

A primeira parte desta dissertação, Enquadramento Geral, desenvolve-se com o intuito de apresentar o leque de ferramentas interpretativas veiculadas para a investigação. Para o efeito, a sua estrutura interna simula a sequência reflexiva que está na origem do processo investigativo, iniciando-se com o Preâmbulo Problematicante, no qual se apresentam as questões seminais do processo, cujas implicações se debatem ao longo do texto, conjugadas com uma primeira perspetivação teórica geral, da qual se extraem implicações epistemológicas que permeiam o raciocínio analítico desenvolvido.

Uma vez que se aborda um objeto de estudo situado no âmbito da Sociologia Histórica, impõe-se uma contextualização correspondente, que se apresenta de acordo com a problematização prévia, com o intuito de estabelecer alicerces analíticos que permitam uma compreensão alargada das temáticas, sediadas numa noção focalizada do seu enquadramento operativo: a sociedade portuguesa entre 1930 e 1950.

Na conclusão da primeira parte, expõe-se os Esteios Teórico-Metodológicos, suporte da estratégica articulada para responder às questões inicialmente colocadas, que só pôde ser formulada após aprofundamento da matéria socio-histórica. Desta maneira, convocam-se alguns contributos teóricos específicos e explana-se a sua tradução metodológica. Para concluir esta porção do Enquadramento, faz-se a exposição dos elementos operativos da grelha de análise de conteúdo, instrumento metodológico fundamental, cuja construção assenta nas questões desenvolvidas durante a Parte I e cuja aplicação permite dar-lhes resposta na Parte II.

Por conseguinte, a Parte II é dedicada à enunciação e articulação dos conhecimentos específicos sobre a fonte principal. Nessa senda, procede-se à elaboração da História da Empresa Jornalística, esforço de objetivação da fonte, a partir do qual se traça o Trajeto do Discurso, segmento no qual se dá resposta às solicitações da problemática inicial.

O texto principal termina com as Considerações Finais, onde se discorre sobre as implicações do trabalho desenvolvido, procurando responder-lhes sumariamente.

Parte 1 - Enquadramento Geral

1.1. Preâmbulo Problematicante

O desejo de elaborar esta investigação surgiu de um fascínio pelas práticas simbólico-ideológicas das sociedades humanas, uma dimensão de aferição teórica complexa, ainda que preponderante na construção dos comportamentos individuais e grupais, a que se juntou uma temática e um contexto sociopolítico de interesse pessoal, a condição social feminina e o Estado Novo. Após alargada pesquisa sobre o horizonte de possibilidades investigativas, a escolha recaiu sobre uma revista feminina da época, a *Eva: Jornal da Mulher e do Lar*.

A conjugação destes elementos é particularmente frutífera no campo das práticas simbólicas. O Estado Novo, autoritário, procurava não deixar margem de manobra para práticas ideologicamente desviantes, instituindo uma série de mecanismos repressores, dos quais se destaca a Censura. A *Eva*, como publicação periódica, estava sujeita à sua aprovação, e o facto de se ter mantido no ativo durante todo o período ditatorial, sem registos conflituais, ao contrário de outras revistas femininas, indiciava afinidade com o regime, possivelmente inusitada, na medida em que a própria política feminina configurava um constrangimento à prática editorial, bem como à fruição cultural feminina (Brasão, 2009). Assim, delineou-se como objetivo seminal o de analisar o discurso da *Eva* em relação à condição social feminina, fazendo a sua leitura em articulação com as diretivas ideológicas do Estado Novo, por forma a compreender a relação, simbólica ou efetiva.

Uma motivação adicional para a prossecução deste estudo é o entendimento de que, embora a *Eva* tenha sido a revista feminina portuguesa de maior durabilidade e tiragem do século XX, só raramente tem sido alvo de abordagem sociológica ou histórica, ao contrário das suas congéneres assumidamente contestatárias. Acrescente-se a este raciocínio a desenvoltura que o estudo do Estado Novo tem vindo a conhecer, nas últimas décadas para rematar que, principalmente desde a Escola Crítica e na esteira de Walter Benjamin, que denunciou que a História era feita pelos opressores (1996), tem havido esforços significativos no sentido de conhecer e enaltecer os oprimidos, os

resistentes - o relativismo histórico apontado por Hobsbawm à historiografia pós-moderna, dada negação da objetividade (2005). Os agentes intermediários entre o poder e o contrapoder, mesmo podendo aproximar-se de um desses eixos, raramente se destacam nesta perspetiva maniqueísta. A Eva é, numa análise superficial, legitimadora do ideário salazarista, claramente alinhada com a classe dominante, para quem estuda fenómenos de resistência, como Vanda Gorjão (2002). No entanto, logo durante a leitura preparatória, sobressaíram alguns posicionamentos independentes, que convidam à interrogação desta rotulação de alinhamento.

Colocam-se várias questões a este respeito, que se debatem ao longo do texto. Terá a Eva operado como um panfleto do regime ou exibido discordâncias? Em que temáticas é que se confrontava o regime e com que consistência? Tratava-se de uma publicação regida por um entendimento uniforme ou abria espaço à pluralidade de opiniões? Quais as personagens que se destacavam na construção desse posicionamento, quer funcionários da revista quer indivíduos ou instituições que fossem tidos em consideração? Qual a relação entre os posicionamentos veiculados e os momentos históricos, quer de abrangência nacional, quer da própria empresa jornalística?

Com o avançar deste raciocínio desenha-se a problemática em torno do Discurso da Revista Eva, objeto de estudo continuamente construído, uma vez que "o processo do conhecimento é trabalho de construção de objetos abstrato-formais" (Almeida e Pinto, 1990, p.11). Seguindo a mesma tradição sociológica, realça-se a Função de Comando da Teoria, no sentido em que "não há observação sem categorização do observado" (Almeida e Pinto, 1990, p.81) - lógica que confere à teoria um papel orientador do trabalho de campo, que deve ser complementado por uma dialética constante entre a teoria e a observação (note-se a relevância deste aspeto, a propósito do comentário já tecido em relação à afinidade política da Eva). Esta perspetiva assume elementos de natureza simbólico-ideológica que condicionam o trabalho analítico, sublinhando o carácter social do processo investigativo, que, por isso, está sujeito a mecanismos de índole semelhante aos que incidem sobre a sociedade, objeto de estudo global. Por esta razão, os produtos da teoria não são puros ou imaculados, reflexos de um exercício pleno de objetividade, mas sim formulações "teórico-ideológicas" (Almeida e Pinto, 1990, p.17), dependentes das condições sociais da sua produção, que incluem o viés do

investigador e que, portanto, realçam a importância da consciência e controlo de ordem epistemológica.

Uma vez que esta investigação se debruça sobre práticas simbólico-ideológicas, é ainda mais estreita a relação entre as estruturas teóricas e os dados observados, motivo pelo qual se exige uma problematização sistematizada, como a que aqui se apresenta. Como resultado, pode enquadrar-se esta investigação na matriz epistemológica proposta por Bourdieu (2002), uma vez que se almeja uma análise objetiva, mas com consciência das vicissitudes subjetivas da investigação social, nomeadamente a incorporação das estruturas ideológicas do próprio objeto de estudo. Na mesma linha, pode avançar-se uma inclinação para a Sociologia Pública de Burawoy (2005), que será patente no decorrer do texto, dado que, embora se mantenha a objetividade como padrão regulador, a presente dissertação se prestará a interpretações no seio da crítica social.¹ Tais exegeses podem ser feitas a partir da constatação de que o trabalho desenvolvido também passa por expor os mecanismos sociais que legitimam o discurso e as práticas opressivas, na perspetiva dos grupos oprimidos, pela inerente submissão feminina.

Paralelamente, para dar continuidade ao processo de construção de conhecimento, há que desconstruir a problemática. Nesse sentido, distinguem-se duas temáticas fundamentais, intermediadas por um contexto operativo: o Estado Novo e o Género, perspetivados através da Imprensa. De modo a alicerçar teoricamente estes conceitos, conjugam-se dois tipos de abordagem intimamente relacionados, ao convocar uma matriz histórica, acrescentando-lhe um corpo teórico sociológico. Desta forma, adquirem-se ferramentas que permitem a posterior codificação dos dados observados.

Estas componentes apresentam, logo à partida, constrangimentos característicos. No âmbito da contextualização socio-histórica, é necessário delimitar a época em foco. A este respeito, os dados históricos fazem recair a escolha do ano capitular sobre 1930,

¹ A opção pela utilização da terceira pessoa na redação reflete esta perspetiva, sendo uma estratégia de aceder a raciocínios distanciados das implicações percetivas. A única exceção, utilizando-se a primeira pessoa, é uma nota de rodapé que configura uma visão individual, cujas implicações na perspetivação da problemática se achou conveniente serem comunicadas ao leitor.

pelo advento do sistema político de referência, como adiante se debate. Nessa lógica, o ano derradeiro da abordagem seria 1974, contudo, devido à abundância de material a analisar, foi selecionado o ano de 1950, que também figura como marco analítico, em termos quer da abordagem histórica, quer da empírica. Faz sentido que, na sequência da análise histórica se enunciem, como ferramentas interpretativas dessa aproximação ao real, contributos teóricos sociológicos.

Neste sentido, como estratégia de reflexão e apresentação, recorre-se ao paralelismo na construção dos dois elementos, com recurso às temáticas preponderantes já enumeradas. Assim, a contextualização socio-histórica divide-se na análise do modelo estadista à época (o Regime), da condição social feminina nesse contexto (a Mulher) e no veículo através do qual se articulam, nesta investigação, o meio jornalístico (a Imprensa). Por forma a responder às mesmas solicitações temáticas, o corpo teórico articula-se em torno das dinâmicas de poder e dominação simbólica, das questões de género e da família, e na objetivação teórica da fonte principal.

1.2 Contextualização Socio-histórica

Reforça-se que, sendo esta dissertação elaborada no âmbito da sociologia histórica, é imperativo proceder a uma abrangente descrição da sociedade na época em questão, explanando dinâmicas sociais que se considerem estruturantes, enfatizando as que se afiguram como de maior relevo para a investigação, direcionando a reflexão sobre os objetos de estudo e encaminhando a prossecução dos objetivos estabelecidos.

Tendo em conta que a principal fonte, através da qual se constrói o objeto de estudo e se desenlaça a sua leitura analítica, é a *Eva: Jornal da Mulher e do Lar*, são notoriamente relevantes as dinâmicas que se reportam à condição social da mulher à época, por ser uma temática muito presente na publicação mas, acima disso, porque o próprio trabalho jornalístico, ao tomar como público as mulheres e assumir uma postura conselheira, tem capacidade para interferir largamente na construção dessa condição social. Neste seguimento, torna-se pertinente que a leitura de género se articule com uma reflexão sobre o espaço social ao qual se reporta, as suas práticas, estruturas e constrangimentos. Assim, neste momento da pesquisa também se procede ao enquadramento da Imprensa enquanto espaço social e laboral, na medida em que as particularidades deste setor de atividade, quer estruturais, quer conjunturais, estão

intimamente associadas à forma como evoluiu a Eva, bem como à forma como é perspectivada, numa leitura posterior como a que aqui se faz. Por complemento, faz-se, em momento alternativo próprio, uma referência à origem e posicionamento social dos principais intervenientes na publicação, através do peculiar reflexo deste fator no discurso produzido.

É nessa lógica que se dedica o presente momento do trabalho à caracterização da sociedade portuguesa entre 1930 e 1950, baliza temporal estabelecida para a análise da fonte primária que é, por força da inexorável continuidade histórica, permeável a excursões explicativas, principalmente a montante, no que se refere à explicação de vários fenómenos políticos e sociais. Tal necessidade advém da natureza paulatina destes fenómenos que, embora possam ser referenciados por base em momentos situados dentro de um horizonte histórico, se caracterizam por processos, raramente lineares, de (re)posicionamento de diversos agentes e instituições sociais nas esferas da sociedade .

Antes de se dar início à apresentação, importa ainda fornecer ao leitor ferramentas adicionais para a compreensão da reflexão a que este se presta, com o objetivo de tornar mais claro o processo interpretativo e reflexivo levado a cabo, o que facilitará, espera-se, o esclarecimento das questões levantadas. Sendo que se procede a um esforço de contextualização, torna-se relevante escrutinar alguns pontos, partindo do foro concetual para delinear a transposição para o plano prático, uma vez que influenciam a leitura socio-histórica que se expõe adiante.

Ora, o termo mais presente, no seio desta dissertação, é o de Estado Novo: designação que os responsáveis desse regime escolheram para designar uma realidade política que se caracterizou, desde a génese, por uma profunda rutura com a que a antecedeu. No entanto, dentro do léxico português, "Estado Novo" é um termo plástico, cujas aceções variam grandemente, em particular devido a dois fenómenos, um de teor linguístico e outro relacionado com a perceção histórica.

Tendo em conta que a análise discursiva é o método central da vertente empírica deste trabalho, surgiu naturalmente uma questão de cariz semiológico aquando da sua teorização. O primeiro fenómeno consiste numa incoerência na significação (Saussure, 1992), amiúde inconsciente. Na perspetiva diacrónica, em que logicamente se situa esta

reflexão, ao significante "Estado Novo" podem ser acoplados dois significados intimamente relacionados (indissociáveis, em última análise) cuja distinção não deixa de ser importante, no sentido de clarificar a rede concetual do discurso empregue, que se pretende científico. Quanto à questão linguística dá-se, no fundo, uma aglutinação de "Estado Novo" enquanto regime político, estruturas organizativas de gestão governação, principais figuras e pressupostos ideológicos e "Estado Novo", enquanto período da História de Portugal no qual esse regime vigorou.

Embora a vigência de uma sistema político seja amplamente reveladora daquilo que caracteriza uma sociedade, nomeadamente em momentos em que esteja sob égide ditatorial, esta destriça é preponderante na medida em que a sua ausência do raciocínio analítico pode resultar na subvalorização de diversas dinâmicas e movimentos sociais que tiveram lugar nesse período, em prol da monopolização temática dos processos políticos e das reações politizada aos mesmos, através de uma leitura unidimensional que coloca o aspeto político na génese da construção de pensamento.

Relativamente ao esforço desenvolvido no âmbito desta dissertação, aborda-se o período histórico em estreita simbiose com o Estado Novo, regime político e significado linguístico, sem intenções de incorrer na agregação concetual. Não sendo a semântica, a etimologia, a filosofia política ou até a crítica socio-historiográfica o âmbito de reflexão presente, bastará esta declaração inicial para estabelecer esta destriça enquanto pressuposto epistemológico, doravante subentendido, por razões de ordem interpretativa e de gestão pragmática da dimensão do texto.

De todo modo, esclarece-se que a ressalva desta dualidade no seio desta investigação tem origem na constatação de que grande parte do conteúdo textual sujeito a análise discursiva se caracteriza por um distanciamento, assaz propositado, da esfera política, denotando laços meramente contextuais aos seus desenvolvimentos - o Estado Novo é um enquadramento político necessário, mas não singularmente elucidativo. Isto porque se aborda um discurso inevitavelmente sujeito à influência desta conjuntura, mas intimamente relacionado com dinâmicas sociais e culturais ao largo do contexto político, mas que se enquadram na perspetiva holística do período histórico.

Coincidentemente, assim se contraria uma perspetiva empregue nas altas instâncias políticas da época, sumarizada numa afirmação atribuída a Salazar, "em

política, tudo o que parece, é". Ou seja, que todas as dimensões da vivência humana estão sujeitas a tratamento e influência de índole política. Este contraditório encerra em si uma pertinente questão cuja reflexão, também ela de ordem concetual, pode ser abreviada na explicação de que a aceção do termo "política" desenvolvido no presente âmbito é mais estrita do que aquela em que se baseiam as citações anteriores.

O segundo fenómeno, ao nível da linguagem, que convém sublinhar prende-se com a duração do Estado Novo (regime e, conseqüentemente, período histórico). É frequente encontrar referências, em discursos com as mais diversas origens e propósitos, ao Estado Novo enquanto bloco uniforme a nível ideológico, político e social, espelho de uma visão redutora da questão.

Uma análise mais refinada indica que o estatuto de mais duradouro regime autoritário da Europa Ocidental no século XX, adjetivação extensa mas expressiva, apenas foi obtido graças a uma notável capacidade política de adaptação, disseminação cultural e repressão (Rosas, 2012). Isto significa que, ao longo das décadas, os responsáveis pelo regime foram bem sucedidos numa abordagem pragmática à sobrevivência política, em resposta a movimentos opositores internos muitas vezes apoiados pela conjuntura internacional. Como resultado, complexifica-se o exercício de caracterizar os seus métodos e ideologia de governação, uma vez que, embora se mantenham regularidades centrais como o integralismo, colonialismo e o autoritarismo, ocorreram flutuações fundamentais nas estratégias de manutenção de poder que, inclusivamente, interferiram com o grau de preponderância desses fatores estruturantes, até 1974.

A relevância desta declaração prende-se com o horizonte temporal selecionado para a investigação a que este texto se reporta, que embarca as fases de afirmação, consolidação, apogeu do regime, no sentido em que se verificou implantação mais bem sucedida do seu plano ideológico e ainda uma crise iminente, dada a desfavorabilidade do resultado da 2ª Guerra Mundial. 1930 corresponde, como se argumentará, a um ano de efetiva consolidação do poder político, que permitiu a edificação regimental, terminada com a entrada em vigor da Constituição de 1933. O outro extremo desse período, 1950, como já se mencionou, foi selecionado por argumentos de índole prática, com relativa bagagem teórica: havendo um *corpus* substancial de informação a

processar, bem como uma certa mitigação do discurso de cariz (semi)contestatário, cuja datação se enquadra num período histórico coerente. Esta estabilização do discurso da "Eva" que, embora próximo do quadro ideológico de Estado, integra pontuais laivos contestatários, que devem ser lidos em contexto, notavelmente pela "adaptação do projecto totalizante" (Rosas, 2012, p..341) e, portanto, a entrada numa nova fase das relações, internas e externas da cúpula dirigente do país.

Para os desejados efeitos de contextualização histórica e teórica, procede-se, deste momento em diante, a uma reflexão sobre a génese do ideário e do processo de instauração do Estado Novo. Em concordância com o objeto de estudo e com as evidências trabalho de investigação desenvolvido, através da leitura orientada da Revista Eva, há duas dimensões relacionais do poder político que importa salientar, a Mulher e a Imprensa. Para tal, os segmentos subsequentes não almejam configurar uma caracterização exaustiva, mas sim uma introdução interpretativa aos universos em que se concretiza o objeto de análise desta investigação, por forma a manter a coesão, especificidade e precisão do argumentário.

1.3.1 O Regime

1.3.1.1 Génese Política

Após o golpe que depôs a República e instaurou a Ditadura Militar, a 28 de maio de 1926, viveram-se anos de incerteza em relação aos destinos do país. Apesar da existência de forte oposição, sediada na efetiva descrença de muitos setores, incluindo grande parte do setor militar, numa forma de governo parlamentar, com representatividade multipartidária, o declínio da República foi essencialmente proporcionado pela "fragilidade da ordem pública" (Medina, 2000), decorrente de disputas internas que se traduziram numa inabilidade governativa para manutenção de estabilidade política, económica e social, culminando na vitória das forças que se opunham a tal modelo regimental. Na sequência, a Ditadura Militar assumia-se como um regime transitório, cujo objetivo era a reorganização do sistema parlamentar, tendencialmente bipartidário, de carácter constitucional liberal, que fosse equilibrado com um executivo presidencialista, no sentido de lhe conferir a estabilidade política

(Rosas, 1992). Tomado o poder pela via bélica, era chegado o momento de construir alicerces para erigir um sistema político sustentável, contexto no qual vários grupos políticos procuraram fazer valer os seus interesses, no decorrer do debate sobre os contornos específicos desse sistema.

O modelo governativo que viria a constituir a fundação para o Estado Novo, em muito assente na figura de António Oliveira Salazar, começa a delinear-se nesta altura. Tendo crescido em ambiente pronunciadamente católico e inclusivamente estudado teologia (Sousa, 2013), o professor universitário ganhou presença política durante a militância no Centro Católico Português, partido reconhecido pela oposição à República, nomeadamente pelos seus contornos anticlericais (Pinto, 2008). Estes fatores enquadram o pensamento político de Salazar e dos seus associados, que à data se caracterizava pela pesada influência católica conservadora, resultando numa sobreposição da moral sobre a política, veiculando uma mensagem de (re)educação moral assente na doutrina cristã. Outra inspiração determinante surge das ideias integralistas, tal como avançadas por Charles Maurras que, aliás, mantinha uma relação de admiração mútua com Salazar (Pinto, 2008). Estas ideias assentam numa descrença profunda dos sistemas parlamentares, defendendo um Estado central e autoritário, corporativista e de forte pendor nacionalista - no caso português, muito dado à mitificação glorificada do passado conquistador e colonizador do país e à proclamação da vida rural enquanto modo de vida moralmente superior (Grilo, 2011, Rosas, 2001). A conceção estrutural que resulta destas influências considera a família elemento celular e fundamental da organização social, vertente crucial para o desenvolvimento da temática abordada neste trabalho.

A ascensão política e concomitante afirmação do estatuto de líder de Salazar - mais tarde enquadrada, por vias propagandísticas, numa narrativa emancipatória de contornos messiânicos, indesejada pelo protagonista mas indispensável à defesa dos interesses nacionais (Ferro, 2007), deu-se através do sucesso enquanto Ministro das Finanças da Ditadura Militar, obtido graças a um controlo minucioso e firme das despesas públicas. A aclamada prestação credibilizou tanto a sua figura individual como a ideia de um sistema autoritário e antidemocrático, por oposição histórica à República, visto que a recuperação das finanças nacionais tinha tido lugar na vigência de um regime ditatorial. Enquanto destacado impulsionador de uma continuidade autoritária,

de orientação civil, com as características supramencionadas, ao modelo político da época, a trajetória de Salazar funcionou também como instrumento legitimador das suas ideias, dado incremento do seu destaque no topo da hierarquia governativa. A esta ascensão associou-se um astuto jogo político, que começa com uma aliança à extrema-direita integralista de Rolão Preto, por forma a derrotar a ala conservadora, para posteriormente esvaziar esse mesmo Integralismo Lusitano, arrendando-o da disputa. (Rosas, 2012). Na mesma senda, o então ministro fez cair chefes de governo, Vicente de Freitas e Ivens Ferraz, que perderam sustentação política quando se viram sob ameaça de demissão do "milagreiro" das finanças nacionais - manobras que demonstram consciência da sua posição solidificada e do papel fundamental que desempenhava aos olhos dos restantes dirigentes, para além de, bem entendido, um desejo de controlo prático dos destinos políticos do país, visto estar disposto a colocar sob pressão a estrutura governativa, com o objetivo de fazer valer as suas decisões.

A seleção do ano de 1930 para o início da investigação histórica, particularmente de análise da fonte principal, relaciona-se com a sua importância para a edificação estrutural e simbólica do Estado Novo. Com o propósito de desenvolver esta justificativa, recorre-se ao contributo de César de Oliveira em "Portugal e o Estado Novo" (1992), recurso bibliográfico fundamental dos próximos parágrafos.

De facto, logo em janeiro desse ano, após o falecimento do general Sinel de Cordes, figura reconhecida do combate à República democrática, que até então se afigurava como única alternativa à liderança efetiva de Salazar, toma posse um governo liderado pelo general Domingos de Oliveira, no qual o anterior cimenta a sua posição, não só enquanto Ministro das Finanças, mas também como figura política central. Por outro lado, a oposição ao regime ditatorial que se vinha dinamizando, em particular o movimento operário e partidos republicanos, estava fragilizada e desorganizada, ainda na sequência dos acontecimentos de fevereiro de 1927 - revolta militar contra a Ditadura que foi rapidamente controlada devido à falta de coordenação entre as forças revoltosas em Lisboa e no Porto. Para além desta desorganização interna, esta oposição estava, externamente, descredibilizada na opinião pública pela ausência de uma posição clara e definida desde o golpe de 28 de maio e, portanto, sem grande hipótese de sucesso na apresentação de uma alternativa política viável.

1.3.1.2 O Papel da Igreja Católica

Para além de uma conjuntura favorável no campo político, Salazar beneficiou ainda, em fevereiro de 1930, da entronização do cardeal Gonçalves Cerejeira enquanto patriarca de Lisboa, seu amigo e companheiro político de juventude. Esta ascensão significa uma convergência de interesses político-ideológicos entre o poder político, que almejava proceder à total rutura com a República, e a Igreja, que beneficiava de influência mais abrangente e praticamente incontestada, normalizadas as relações após os confrontos com as forças anticlericais que se notabilizaram nos primeiros anos da República. Normalizadas, mas não estabilizadas, tendo havido vários momentos de confronto, bem como de proximidade entre a Igreja e o Estado Novo ao longo da duração do segundo (Sousa, 2013).

De qualquer modo, a convergência é, no sentido de interpenetração cultural e proximidade com o povo, simbiótica, uma vez que, para além da coincidência com os desígnios políticos do topo hierárquico da igreja, a ideologia moralizante proclamada pelos salazaristas (e, mais tarde, pelo Estado Novo) assenta, como anteriormente descrito, no quadro doutrinário do catolicismo. Traçou-se a partir daqui uma aliança fundamental para o desenrolar do século XX em Portugal, na qual, todavia, se manteve a prevalência do poder político sobre o religioso. Esta soberania afirmou-se desde o início, já que aquando da sua nomeação para a Presidência do Conselho de Ministros, Salazar terá anunciado a Gonçalves Cerejeira a separação dos interesses de um e do outro, visto que os da Igreja apenas contariam para ele se se conjugassem com os da Nação. O desenlace desta relação institucional foi proveitoso para o regime que se consolidava, que investiu na propagação da religião, para proveito próprio, enquanto que paralelamente promoveu um certo dismantelamento da organização católica, sob pretexto de fortalecer o ascendente político (Rebelo, 1998).

"A Igreja contribui não só para promover a ascensão de Salazar e do Estado Novo como também para a sua consolidação e evolução, ao tornar-se num importante suporte institucional para o regime, sobretudo nos primórdios, ao possibilitar ideologicamente a incorporação de massas no regime e ao constituir-

se como o seu principal centro de extracção de *elites*. A tal ponto que «o salazarismo é inconcebível sem o apoio da Igreja»" (Cruz, 1992, p.201)

Curiosamente, Manuel Braga da Cruz conclui, no capítulo que se cita, que a religiosidade dos portugueses era superficial, verificando o seu afastamento das práticas religiosas e espirituais e inclusivamente atribuindo um elevado número de casamentos religiosos a fatores como "o temor de represálias a nível de emprego, a aceitação social, a tradição, etc., e não um alto grau de religiosidade das populações" (1992, p.250). A conjugação de esforços entre o Estado e a Igreja surtiu efeitos na disseminação de um discurso dominante, que não se traduzia necessariamente na prática, sobre a adesão religiosa. O exercício de verificação da efetiva vinculação aos valores cristãos é de complicada execução, porém, a frequência ritualística é um indicador bem mais fiável, que aponta para que apenas 20 a 30% dos católicos declarados em 1960 aderisse à prática dominical (p.255). Nesse mesmo ano, a percentagem de declarados sem religião atingia 1,7%, uma descida considerável em termos relativos dado que em 1940, 20 anos antes, seria quase o triplo, 4,5% (p.248).

Verificada, por outros indicadores, a indiferença da população face aos ditames religiosos, Braga da Cruz avança a hipótese de que, ao responder perante a instituição estatal, recenseadora, existisse a tendência de se mostrar favorável ao ideário propagandeado. Complementarmente, pode haver uma efetiva adesão a códigos morais comuns entre a Igreja e tradição cultural portuguesa, sem que haja, da parte da população, identificação com o cunho religioso.

Por acréscimo, é relevante reter que "A «indiferença» geral revelada pelos portugueses face às coisas da Igreja era apenas quebrada pela relativa receptividade e prática religiosa das mulheres e das crianças" (p.255). Este dado contribui para apurar a noção da relação entre a educação e a religião, visto que o papel educador fundamental era atribuído às mães e professoras primárias. Para além disto, era obrigatória a afixação de um crucifixo nas escolas do ensino público, primário e elementar², ladeado pelas fotografias de Salazar e do Chefe de Estado.

² Base XIII da lei nº 1941 de 11 de Abril de 1936

"a Igreja Católica ganhou com o *Estado Novo* uma autonomia que nunca tivera. O estatuto público alcançado pela Igreja Católica sob o regime autoritário foi particularmente devedor do regime concordatário estabelecido em 1940. Esse regime demonstrou, perante a complexidade jurídico-política do País, possuir uma capacidade de resistência e adequação que lhe assegurou longevidade" (Santos, 2012, p.473)

Malgrado verificar-se esta complexidade nas relações entre o poder político, a população e a Igreja, a presença da simbologia e discurso católicos era constante, com especial incidência nos primeiros anos de formação dos cidadãos, um processo de catolização que era amplificado pelo contributo de organismos estatais como a Obra das Mães para a Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa (Pimentel, 2001).

1.3.1.3 À Imagem e Semelhança de Salazar: princípios ideológicos e narrativas operativas

Há um largo espectro de ações comunicativas que têm como locutor Salazar, dirigindo-se à população no sentido de fortalecer e revigorar a proposta política que vinha desenvolvendo. Neste âmbito insere-se o discurso de cerimónia de inauguração do Secretariado de Propaganda Nacional, SPN, no qual fica sintetizada a defesa do estado centralizado, assumindo a defesa de um interesse coletivo que se sobreporia a conflitos menores: "Os homens, os grupos, as classes vêem, observam as coisas, estudam os acontecimentos à luz do seu interesse. Só uma entidade, por dever e posição, tudo tem de ver à luz do interesse de todos" (como citado em Rodrigues, 1980).

Constata-se, por esta via, a crença da superioridade moral e aglutinadora do poder político, estatuto emanado da excelsa capacidade dos seus membros, uma elites cumeada pelo ditador. Assim, ao afirmar-se que "os grandes problemas nacionais têm que ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas" (Ferro, 2007, p.183), fortalece-se o poder em frentes plurais, conferido quer a esses elementos criteriosamente selecionados para a governação, quer a quem os seleciona, a elite pré-estabelecida. Subjaz a ideia de que o interesse nacional, constructo agregador e conjugador, a bem da totalidade, dos interesses dos indivíduos e grupos que compunham a sociedade, é interpretado e defendido por um só grupo, o governativo -

uma ideia antitética da democracia, no plano da política e no plano da valorização das práticas simbólicas.

É através desta lógica que se desenha o papel central de António de Oliveira Salazar, influente a todos os níveis do sistema político. Através de uma supervisão muito pessoalizada de todas as vertentes de ação, aliada à criteriosa seleção dos responsáveis diretos, o seu cunho próprio ficou marcado na linguagem, nas práticas e nos objetivos governativos durante várias décadas, imprimindo uma incontornável menção individualizada na História de Portugal. O destaque que se dá à figura cimeira não é, de todo, novidade na apreciação histórica dos regimes autoritários, incluindo o português. Consequentemente, é inescapável a influência que a leitura de "Salazar e o Poder - A Arte de Saber Durar" (Rosas, 2012) exerce sobre esta vertente do trabalho.

Há evidências desta centralidade, desde logo, nos cargos desempenhados. Era Ministro das Finanças e Presidente do Conselho de Ministros desde 1932, tornando-se Ministro da Guerra a partir de maio 1936 e, em novembro seguinte, toma conta do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em larga medida, esta evolução decorre dos desenvolvimentos da conjuntura internacional, visto ocorrer durante a crise europeia, na qual se incluía a guerra civil espanhola, cujo desenlace poderia afetar de forma próxima a situação portuguesa, a ascendente agressão nacional-socialista alemã e a progressiva falência da Sociedade das Nações. Salazar, para além de chefe de governo, detinha controlo sobre os três ministérios essenciais neste contexto. O efeito simbólico desta mudança prática é a validação da ideia de que, em circunstâncias adversas, era fundamental a sua supervisão direta, que complementarmente permite fortalecimento e consolidação do regime, através do fortalecimento da figura carismática. Todavia, como adiante se desenvolve, a aura carismática da figura salazarista não se constrói no seio da proximidade popular, mas sim através da racionalização e subsequente demonstração de competência, numa visão tecnocrática da governação.

Caracteristicamente, as tutelas ministeriais de Salazar foram períodos de um incremento na proteção política do regime, dados os contextos mais desfavoráveis em que se inseriram. A título de exemplo, veja-se a reorganização das Forças Armadas, sob a sua égide no Ministério da Guerra, alterando a legislação em prol da total subordinação do poder militar ao político, bem como do afastamento das alas desafetas

ao regime. Tendo as suas origens numa situação de tomada de poder por parte dos militares, o Estado Novo precavia-se assim contra a própria força que tinha desbravado caminho para a sua concretização.

Esta proteção não se quedou no plano institucional, sendo complementada com alterações no plano propagandístico, demonstrativas da capacidade adaptativa do regime. Neste sentido, verifica-se um reforço do discurso nacionalista perante o perigo da guerra civil espanhola, entre outros mecanismos, para se precaver contra a ameaça que constituía o eventual triunfo das forças republicanas. Dá-se uma aproximação à prática fascista italiana, através do reforço da autoridade e repressão e na "imposição coerciva da vontade e dos interesses do Estado sobre os cidadãos, seja no plano da concretização do controlo da opinião pública, da propaganda e do enquadramento político-militar das populações" (Oliveira, 1992, p.35). É esta a origem, em 1936, da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa, importantes instrumentos de inculcação ideológica, da diversificação da retórica nacionalista e colonial da SPN, para além de progressos na implantação do corporativismo nas estruturais sindicais e da abertura da Colónia Penal do Tarrafal, histórica prisão política.

Pode considerar-se que é em julho de 1930 que se dá uns dos episódios fundamentais no complexo processo de consolidação do poder salazarista e edificação do Estado Novo. Nesta altura, em que era claro o apoio das estruturas militares e eclesiásticas ao avanço destas forças, ficam definidas em Conselho de Estado, na presença do governo e dos representantes de todos os distritos e concelhos do país, as linhas diretivas do regime sucessor da Ditadura Militar, nos antípodas da democracia parlamentar. Como se entrevê, tendo em conta que vem sendo exposto, a definição não é feita com recurso à discussão coletiva e auscultação dos vários intervenientes. Ao invés disso, é transmitida a estes representantes, através de um longo discurso de Salazar sobre os "Princípios fundamentais da revolução política". Como pedra basilar institucional, apresenta-se a União Nacional, "partido" único dessa nova organização da sociedade, que em muito extravasa a conceção tradicional, consubstanciando uma extensão do poder enquanto associação cívico-política de ampla abrangência, estendendo a influência do seu ideário além da esfera pública de atuação dos cidadãos. Tal como comenta César de Oliveira, "bem pode considerar-se como o acto primeiro da fundação do novo regime." (1992, p.27).

Nesse mesmo discurso, o então chefe de governo *de facto*, detalha a sua visão da instituição familiar, estabelecendo-a enquanto pedra basilar de todo modelo político-social proposto. Apoiando-se numa perspetiva sequencial organicista, desenvolve a relação entre os vários níveis possível de organização coletiva, desde o indivíduo ao Estado. Extravassando em muito o que poderia constituir a apresentação integrada dos mecanismos funcionais do regime, elabora sobre o papel da família, legitimando o modelo autoritário, naturalizado através da lógica organicista, e assim preconizando mais uma nuance de um corporativismo que não se efetivou: a teórica capacidade de ação política da instituição familiar, enquanto base eleitoral de câmaras representativas, é desfeita pela manietação das próprias câmaras que, uma vez instauradas, acabariam sujeitas às diretivas executivas. Por conseguinte, as estruturas corporativas funcionavam mais como órgãos consultivos, cujos pareceres poderiam ser levados em conta na tomada de decisão executiva, que não suplantariam ou contrariavam. Manuel de Lucena, em raciocínio semelhante, apelida esta dinâmica de "sistema auditivo", incluindo nele a Câmara Corporativa e a própria Assembleia Nacional (1995, p.30).

Com efeito, os diversos órgãos agregadores, instituições enformadoras de um corporativismo que representaria interesses dos mais variados setores da população, conjugando-se no interesse nacional, figuraram essencialmente como mais um instrumento de controlo e dirigismo populacional, na prossecução dos desígnios do Estado, ao invés de serem capacitados enquanto coletividades dotadas de autonomia e capacidade política. A este ponto, é relevante retroceder no raciocínio, de modo a esclarecer como é que as instituições se articulam desde a base lógica, através de uma visão estanque da estruturas funcionais, quer num panorama mais amplo, quer no interior da própria família.

"Eis na base a família - célula social irredutível, núcleo originário da freguesia, do município e, portanto, da Nação: é, por natureza, o primeiro dos elementos políticos orgânicos do Estado constitucional. Garantida eficazmente, na sua formação, conservação e desenvolvimento, a família deve exercer, pelo seu chefe, o direito de eleger os vogais dos corpos administrativos, pelo menos da freguesia, uma vez que esta não é mais do que a expansão natural dos fogos ou casas, com os interesses comuns que lhe respeitam. É aí que, de preferência,

encontramos o cidadão com fundamento para os direitos políticos. As corporações morais e económicas, como as universidades, as academias científicas, as agremiações literárias, artísticas e técnicas, as associações agrícolas, industriais, comerciais, coloniais e operárias, são manifestações, que a civilização vai criando, do mesmo instinto ou necessidade social. Representando interesses legítimos a integrar nos da coletividade, é tendência do tempo e conveniência do Estado que se multipliquem e alarguem as federações e confederações, para que, verdadeiramente, constituam factores componentes da Nação organizada. Como tais, devem concorrer com o seu voto ou a sua representação para a constituição das Câmaras, em que se deseja uma delegação verdadeiramente nacional. Mais uma vez se abandona uma ficção - o partido - para aproveitar uma realidade - a associação. Os corpos administrativos não somente devem ter as prerrogativas de administração local e regional tão descentralizadas quanto o permitam as condições do País, mas devem ter também direitos políticos com influência na orgânica do Estado. A sua procedência e imposição no organismo nacional impõe logicamente que também constituam colégios eleitorais para o intuito de designar os membros das Câmaras legislativas, em concorrência com a votação das corporações morais e económicas." (tal como citado em Rebelo, 1998)

A insistência dada à importância da família, no contexto de decisão política, baseia-se na figura do seu chefe, uma singularidade que arreda, neste ponto de partida de um modelo político já de si hierarquizado, ainda mais setores da defesa dos seus interesses. Se existe um membro da família com primazia na representatividade do grupo, o seu posicionamento sobrepor-se-á aos dos restantes, em situações de eventual desentendimento. Salvo exceções tipificadas, o chefe de família era homem, pormenor que permite conferir à organização social da época a designação de patriarcado institucional, assente num ideal familiar fechado à diversidade, um modelo cujas implicações se desenvolvem adiante. Convém ainda salientar que, conseqüentemente, a falta de representatividade feminina perpassava todos os níveis do estado corporativo, tendo havido apenas 22 deputadas à Assembleia Nacional e seis procuradoras à Câmara Corporativa, durante os 39 anos de existência destes órgãos (Castro e Esteves, 2005).

Por outro lado, embora se advogue o carácter fundamental da instituição familiar, este é pouco mais do que funcional, visto que a sua esfera de influência se esgota praticamente na relação direta com a "expansão natural", pela eleição de representantes ao nível freguês, o que burocratiza e distancia as relações de poder, diluindo a eventual capacidade interventiva. Por conseguinte, à medida que se alarga a coletividade, afastando-se do ponto de partida familiar, a tónica é cada vez mais colocada no ponto de vista institucional, mediado por organismos administrativos tutelados pelo Estado central, da freguesia, ao município, ao distrito. Ao iniciar esta gradação crescente com a família, entidade grupal de cariz biológico, indissociável da prática humana e transversal a todas as civilizações, valida-se a ideia do Estado Novo enquanto sistema governativo natural e "legítimo intérprete da essência da Nação" (Pinto, 2008, p.19). Ao estabelecer este raciocínio, inverte-se o pressuposto democrático, na medida em que as entidades legitimadoras do poder político deixam de ser os governados, para ser a própria natureza humana enquanto ser social. Em última análise, o poder político exacerba a sua capacidade legitimadora sobre os comportamentos e esquemas de pensamento dos governados, tanto através de políticas de encorajamento, como da proibição repressiva. Esta capacidade ultrapassa a índole legitimadora do poder legislativo, inerente à prática governativa como a conhecemos, acrescentando-lhe, em frequente sobreposição, um poder autoritário que se traduz num conjunto de regras, explícitas e tácitas, que fazem impor o pensamento do Estado sobre o Indivíduo.

É possível, na parte do trecho citado sobre as "corporações morais e económicas", identificar a lógica moralizante que se vem desconstruindo. Da aplicação do conceito de moralidade e da representação de "interesses legítimos" (sob a ótica estadonovista, entenda-se) a instituições escolares, artísticas científica e laborais, depreende-se a centralidade de uma função moralizante destas, a transmissão de estruturas de valores e virtudes consonantes com os do Estado. Compreende-se a condução da tónica para esse âmbito, visto que essas organizações são propícias ao surgimento de ideias e movimentos de resistência política. Nesse seguimento, institui-se a obrigação moral, controlada diretamente a partir de redes públicas e indiretamente através de órgãos agregadores, as federações e confederações mencionadas, que fazem parte do organismo de Estado e que, portanto, estão sujeitas ao controlo do poder central.

A partir deste quadro, pode expor-se a instrumentalização dirigista do discurso corporativista. Com efeito, ao rematar que as corporações, de teor moral, são manifestações instintivas e necessárias, Salazar reforça a narrativa organicista, sugerindo a inevitabilidade da manutenção desses ditames morais, no seio de organizações tão diversas.

Uma última ideia que permanece da comparação entre o excerto do discurso apresentado e os dados históricos é a de que se advoga uma descentralização, fortalecendo, na prática, o estado central. Entenda-se a descentralização pela criação de agremiações locais dotadas de autonomia, mas que na sua ação estão sob égide do poder central, que as cria, reorganiza, redireciona ou desfaz à sua conveniência.

De facto, a leitura analítica das intervenções de Salazar é fundamental para a compreensão do Estado Novo, regime e período histórico, uma vez que a organização política é, em todas as suas vertentes, visão e reflexo do seu chefe, dada a sua influência em todos os níveis da estrutura e o estilo de liderança que, embora austero e recatado, não deixa de ter pendor carismático, inclusive na aceção tradicional, beneficiando muito da mitificação da figura pessoal do "Chefe de Governo", envolto numa narrativa de inspiração messiânica (Pinto, 2008). Esta narrativa enquadra-o como um líder nato sem desejo de governar, que instalou o equilíbrio nas finanças do país e dotado de todas as qualidades para operar uma transformação que revitalizaria e engrandeceria a Nação - numa nota saudosista em relação ao auge da riqueza imperial. Não invalidando esta linha de pensamento, é mais crível que, no entendimento da sua contemporaneidade, a liderança carismática de Salazar se desviasse desta apreciação simbólica, situando-se primordialmente no âmbito da máxima racionalização e burocratização, dado o distanciamento que cultivava entre si e o povo (Rebelo, 1998) e os resultados excepcionais, matematicamente demonstrados através da sua ortodoxia financeira.

Após 1933, a imagem de Salazar, fator estruturante do regime, foi construída e mediada através do trabalho do Secretariado de Propaganda Nacional, principalmente pela mão de António Ferro que, ainda antes de assumir a liderança deste órgão, inaugurava a sua atividade propagandística, ao escrever "Entrevistas a Salazar" (2007)³.

³ "Salazar, o Homem e a sua Obra", na edição original de 1933

Nesta obra está plasmada a imagem que o regime, na pessoa de Salazar, quer de si e da sua proposta ideológica. Tratando-se de uma encenação de Ferro, ao invés da mera transcrição de entrevistas (que ocorreram e em que se baseou), o texto apresenta ao leitor uma humilde figura paternal, o líder natural que nunca teve essa pretensão, um homem acima dos outros e que, por isso, deve ser escutado com mais consideração e obedecido. É neste enquadramento, em tom natural, que se apresenta o ideário do Estado Novo, eventualmente sumarizado em "Deus, Pátria e Família".

Ideário esse que é, na perspetiva de Estado, antidemocrático, antiparlamentar, integralista e antipartidário, considerando a democracia um sistema falhado que trouxe desordem imensa ao País e prejudicou o interesse da Nação. Daí que o Estado Novo, imperialista, nacionalista e autoritário, composto pela elite da Nação, resulte da ordem natural das coisas e seja o único sistema capaz de fazer singrar o império, contra os inimigos internos e externos. Para nortear a população, em estreita relação com estas diretrizes, estão o catolicismo, com particular força na vertente familiar (Cova e Pinto, 1997), e a imposição de uma moral coletiva estanque, que se conjuga com uma narrativa ruralista, apologética das virtudes da vida simples e trabalhadora no campo. Como consequência, a ordem social fica estabelecida de modo perentório, classista em moldes corporativistas (na prática, como já se desenvolveu, com as corporações subordinadas à vontade executiva), havendo muito pouca abertura à mudança social, se impulsionada pela sociedade civil. Era sancionado, tácita e por vezes explicitamente, quem não cumprisse os papéis que o regime atribuíra, nos moldes que delineava. Papéis variados que regulavam o quotidiano da população como patrão, operário, chefe de família, dona-de-casa ou, simplesmente, apoiante do regime - papel destinado a todos.

1.3.1.4 Consolidação e Institucionalização

Foi em julho de 1932 que se deu a quase inevitável ascensão de Oliveira Salazar ao topo da hierarquia política formal, tornando-se chefe de governo. Uma formalidade concretizada sensivelmente a meio de um quadriénio, 1930-1933, em que se foi fortalecendo progressivamente o rumo definido, alicerçando o regime através da promulgação dos seus documentos estruturantes.

Os três documentos que mais se destacam são, por ordem cronológica da sua entrada em vigor: o Ato Colonial de 1930, documento que introduziu, por exemplo, a denominação de Império Colonial Português, definindo as relações entre as colónias e a metrópole no sentido de uma união territorial integralista e nacionalista, atribuindo a Portugal, enquanto país europeu e cristão, uma incumbência civilizadora, embora a governação dos territórios fosse separada. Depois, a Constituição de 1933, divulgada a partir de março de 1932 e aprovada um ano mais tarde, de pendor corporativista, nacionalista e afeto à doutrina social da igreja, que tinha como propósitos, entre outros: a criação de uma Assembleia Nacional (em última instância subordinada ao poder Executivo, que podia legislar por via de decretos-lei); a autarcia; a criação de uma câmara corporativa, representativa da sociedade civil.

Por fim, promulgado em setembro de 1933, o Estatuto do Trabalho Nacional, que institucionalizaria o modelo de Estado Corporativo e que abriu caminho à aprovação de diversa legislação que moldou a dimensão laboral do país, através do controlo do Estado das relações laborais, em particular pela criação dos grémios patronais, sindicatos nacionais e casas do povo. Como já foi sendo exposto face a outras das suas vertentes, a transposição prática deste modelo foge aos cânones corporativos, no caso das corporações laborais devido à manietação da atividade dos próprios sindicatos nacionais que se viram sujeitos à vontade do poder executivo, amiúde alinhado com os interesses patronais, ao passo que incorporaram progressivamente os organismos do sindicalismo autónomo, que foi essencialmente ilegalizado. Assim se configura outro exemplo da criação e instrumentalização de organismos de índole corporativa, enquanto mecanismos de vigilância e repressão do regime.

Estas iniciativas, estruturantes do novo regime, visavam os três seguintes grandes objetivos:

- fundar uma nova ordem jurídico-política baseada na autoridade do Estado e na supremacia do poder executivo;

- definir um novo quadro nas relações da metrópole colonizadora com o império colonial;

- institucionalizar uma nova organização económica e novas relações de trabalho, tuteladas pelo poder executivo, donde imanava a autoridade e a

definição dos «superiores interesses nacionais», para os quais capital e trabalho deveriam concorrer de um modo não antagónico (Oliveira, 1992, p.27)

Outros documentos e iniciativas do regime, ferramentas operacionais para a sua durabilidade, incluíram a instauração da censura prévia à imprensa e aos espetáculos, a criação do Secretariado da Propaganda Nacional e de uma polícia política, a PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Estes órgãos serviram como baluartes repressivos, nos planos simbólico e efetivo, respetivamente, pelo que foram basilares na adaptação do regime perante as adversidades conjunturais do contexto político-social. O último estágio de institucionalização do Estado Novo terminou em Dezembro de 1934, aquando das primeiras eleições para a Assembleia Nacional, naturalmente concorridas somente pela União Nacional, e da instalação da Câmara Corporativa.

Dos vários instrumentos de repressão e inculcação cultural criados, destacam-se organizações como a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina, a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN, que tinha a seu cargo a Mocidade Portuguesa Feminina), e a Federação para a Alegria no Trabalho (FNAT). Este tipo de estruturas permitiam a difusão do ideário estipulado pelo poder político, complementando a ação da União Nacional, paulatinamente esvaziada de função cívica (e de efetividade política, à exceção do suporte aos atos eleitorais). Assim, a formação de cidadãos, desde cedo, era feita sob a alçada do Estado, menorizando assim a possibilidade de retaliações e levantamentos oposicionistas, encorajando a fidelidade ao regime, bem como a sua defesa, não só no plano ideológico como também, no caso da Legião, pela força miliciana. Uma vez que "O Estado Novo consubstanciar-se-ia na assunção do papel de legítimo intérprete da essência da Nação, em permanente reinvenção desde o nacionalismo das gerações liberais do século anterior" (Pinto, 2008, p.19), as estruturas deste tipo, sendo parte do Estado, veiculavam a quase exclusiva legitimidade na definição e transmissão de um modo de vida idealizado para a população, com o intuito de "defender o património espiritual da Nação"⁴. Por conseguinte, eram cultivados nestes contextos os papéis que era

⁴ Decreto-Lei n.º 27 058, de 30 de Setembro de 1936 - Documento que cria a Legião Portuguesa

expectável que os cidadãos desempenhassem, em especial consoante género e classes socioeconómicas e profissionais.

1.3.2 A Mulher

Dada a visão da família como célula vital da sociedade e da complementaridade dos papéis dos sexos, o que se esperava da mulher portuguesa era que fosse somente esposa, mãe e dona de casa, ao passo que o homem trabalharia para garantir o sustento económico (Cova e Pinto, 1997). Esta conceção remete a atuação da mulher somente para o espaço doméstico e familiar, com responsabilidade de salvaguarda. Não é no Estado Novo que encontramos a génese desta visão, que tem continuidade com um *ethos* apurável de Portugal em décadas anteriores (Almeida, 1906; Cova e Pinto, 1997). Contudo, interrompendo o processo de modernização feminina dos anos 1920 (Pereira, 2012), o regime salazarista promoveu univocamente esta conceção, denegrindo a perceção de outras lógicas de vida familiar e criando, como era prática habitual, instrumentos legais, propagandísticos e culturais de veiculação da sua mensagem.

1.3.2.1 Atribuição de Espaços Sociais: família e casa

A organização funcional familiar de que se trata a este respeito, embora já prevalente em diversos contextos históricos, nacionais e internacionais, constitui-se como uma das problemáticas mais significativas no estudo da condição social feminina, neste contexto espaço-temporal, exatamente pela forma como foi difundida pelo Estado Novo e incorporada a diversos níveis da estrutura social.

Em jeito introdutório, é útil clarificar que a caracterização que se estabelece nos próximos parágrafos não corresponde a uma leitura própria sobre a sociedade à época, elaborada no decorrer do presente âmbito investigativo. Ao invés disso, consiste na sumarização de um conjunto de ideais postulados pelo regime salazarista, com reflexos em segmentos da atividade civil, que incidem sobre as dinâmicas internas da organização familiar.

A referida conceção familiar radica numa visão funcionalista, de cariz conservador, atribuindo papéis de género diferenciados, baseados em justificações

biologizantes⁵. A diferenciação assenta na assunção determinista de características intelectuais inerentes ao homem, que o predispõe no sentido da melhor tomada de decisão, proporcionada pela habilidade de cultivação e exposição do pensamento. Atribuem-se, em complementaridade, traços emotivos à mulher, tida como dócil, terna e biologicamente predisposta à devoção familiar.

Dentro desta visão existem, como seria de esperar, características que podem ser aplicados a ambos os géneros. No entanto, é frequente a sua dualização semântica consoante o âmbito de aplicação: tomemos como exemplo o termo coragem. De maneira geral, elogia-se a coragem masculina nos feitos públicos, em particular em situações de confrontação, quer na derrota honrada, quer na vitória categórica. Sublinha-se a determinação na defesa das suas crenças, no controlo do medo para enfrentar elementos adversos. A mulher, também corajosa, é-o num enquadramento muito diferente: o pelo sacrifício próprio em prol do marido e filhos, ao apoiar e suportar o homem nos seus esforços, demonstrando compreensão, abnegação e devoção.

Subjaz aos exemplos desta índole a noção de que as qualidades masculinas se revelam na esfera pública, ao passo que as femininas se cingem à privada. Existe aqui um desequilíbrio, cujo exame se expande adiante, uma vez que é muito mais restritiva, em termos de possibilidades de ação, a atribuição do espaço privado, na medida em que a frequência deste é inerente à existência da família e de agregados sociais. Por oposição, a frequência e aproveitamento do espaço público, no sentido de um espaço social partilhado por indivíduos que não nutrem afinidades, estão sujeitos a maiores constrangimentos, que podem ter origens tanto internas como externas.

Por conseguinte, esta lógica de entendimento desemboca na individualização masculina, reconhecendo-se ao género o estatuto de líder e destacada fonte de progresso civilizacional. Deste modo, inscrevem-se, nos anais da História, quase somente nomes masculinos, reservando para a mulher o papel, unanimemente reconhecido como fulcral, de apoio moral, emocional, social e até logístico. Curiosamente, um dos adjetivos mais

⁵ ver "Justificativas históricas: legitimação científica e legal"

apropriados para caracterizar esta dinâmica talvez seja "paternalista", cuja etimologia é mais um fator de esclarecimento desta desigualdade histórica.⁶

A partir disto remete-se a mulher, muito através do processo de socialização diferenciado, a uma esfera de atuação instrumentalizada de acordo os empreendimentos do homem⁷, assegurando-se de que existe uma base estável nos bastidores, em particular no espaço doméstico. Em concordância, na visão singular do Estado Novo, atribui-se à mulher a exclusiva responsabilidade sobre as dinâmicas familiares quotidianas, através da preparação atempada de refeições, manutenção do vestuário e limpeza dos espaço habitacional. Dadas estas responsabilidades, a mulher gere o orçamento doméstico, a partir da dotação definida pelo marido, que idealmente aufer e gere a totalidade do orçamento familiar, mas que também gere o rendimento da cónjuge, caso exista. Portanto, até na gestão económica das próprias responsabilidades familiares, se propala a obediência ao marido.

Outra responsabilidade maternal é educação dos filhos, assente num pressuposto de que existe uma predisposição de género para esse empreendimento. Esta educação informal no seio familiar, parte fundamental do processo de socialização, é ela própria diferenciada consoante o género, sendo mecanismo de reprodução social, pela transmissão geracional. Isto verifica-se quer na dimensão teórica, através dos ensinamentos sobre representação de género que são implícita e explicitamente formulados, quer na dimensão prática, em termos de distribuição de tarefas no auxílio ao trabalho doméstico e no encorajamento de práticas de sociabilidade diferenciadas.

⁶ A "paternal" subjaz a superioridade estatutária da figura masculina, arredando a materna para um plano secundário, mesmo quando se emprega o termo com efeito aglutinador dos géneros.

⁷ Opta-se pela designação "empreendimentos do homem" com o intuito de clarificar o pendor masculino inerente aos "empreendimentos da Humanidade", os acontecimentos e dinâmicas sociais que caracterizaram o desenvolvimento das sociedades. A escolha desta expressão prende-se com a larga preponderância do género masculino nos organismos decisórios, políticos, económicos e de quase todo o tipo, que se deve à exclusão feminina por via de diversos mecanismos sociais, fundamentados na crença da inferioridade intelectual feminina.

Esta ideologia patriarcal, para além de criar nos elementos femininos uma ânsia de constituir família (*habitus* de género que cria a disposição), com o propósito de concretizar o seu desígnio "natural", assume como orgânica a autoridade do chefe de família sobre as decisões da vida em comum e até sobre a expressão individual dos membros do grupo familiar, com especial incidência no que toca à aprovação moral dos seus modos de apresentação e práticas de sociabilidade. Ao verificarem-se estes preceitos, a autodeterminação feminina fica severamente truncada, não só ao ser concedida aos elementos familiares masculinos, mas também porque os indivíduos passam a ficar internamente dependentes da disposição para formar família, que se torna elemento fundamental da sua realização identitária. A disposição age de tal modo que a não realização implica um estigma social da época, incidente sobre as "solteironas".

1.3.2.2 Justificativas Históricas: legitimação científica e legal

O *telos* feminino que vem sendo explorado não foi, de todo, inaugurado pelo Estado Novo. Existia, aliás, uma tradição académica de legitimação desta perspectiva assente na inferioridade intelectual da mulher, condição biológica de género que era compensada por capacidades funcionais para a subsistência da espécie. Uma das disciplinas centrais a este respeito foi a Psicologia, cujos principais representantes, em particular na fase de institucionalização científica, se dedicaram à abordagem das diferenças entre os sexos, com as implicações hoje amplamente denunciadas:

"O empenhamento da psicologia na promoção de um *culto da ignorância*" no que toca às questões das mulheres (Sherif, 1987) alimentou a sua fixação numa epistemologia *malestream* (Hollway, 1989), adversa à pluralidade e muito apoiada nas explicações biológicas. A tendência em acentuar as distâncias entre os sexos servindo-se de argumentos biologizantes é notória na ciência psicológica, sendo disso exemplo o elevado número de teorias construído em torno das diferenças de comportamentos e competências femininas e masculinas, resultantes das divergências da *natureza*. Sendo uma extensão do discurso médico, a psicologia tradicional favoreceu a aceitação da condição patológica do sexo feminino e da perspectiva essencializada do corpo das mulheres e da sua função de maternidade (Ribeiro, 2006).

Foram muitos os autores clássicos da psicologia a promover a discriminação e opressão das mulheres na ciência, servindo-se do argumento das diferenças.

Um dos primeiros autores a contribuir para esta situação foi Sir Francis Dalton, no século XIX. (...) Galton concluiu que as mulheres tendiam a ser inferiores aos homens em todas as suas capacidades (...)

Thorndike, a propósito das diferenças entre os sexos, defendeu que as mulheres, por serem menos hábeis do que os homens, deveriam canalizar os seus talentos para as áreas onde eles pudessem ser melhor aproveitados (Shields, 1975). Assim, esclareceu que a destreza das mulheres para o casamento e para a educação dos/as filhos/as, aliada às suas manifestas incapacidades intelectuais, seria motivo para o não investimento na educação das mulheres para as profissões." (Neves, 2009, p.8)

É extensa a descrição que a autora faz desta tendência histórica, desenvolvendo-a com menções a diversos fenómenos e seus protagonistas, alguns deles ainda hoje destacados enquanto pensadores nas respetivas áreas. Recorda, por exemplo, a noção de homem mutilado proposta por Freud, lembrado pelo seu papel no desenvolvimento da psicanálise e influência nas primeiras escolas de pensamento psico-médico, "Para Freud, o homem representaria a razão, sendo por isso responsável pela manutenção da ordem social e pela construção da cultura, representado a mulher, por oposição, a natureza, definindo-se a partir do seu corpo e da sua função reprodutora" (p.9). Já S. Tomás d'Aquino advogava a razão e virtude governativo do macho, que deve por isso governar. Quanto a Nietzsche, coloca as mulheres, por excelência, na domesticidade, alegando que a sua natureza floresce apenas numa posição subalterna.

"As divergências da natureza serviam para corroborar a asserção dos défices cognitivos e físicos das mulheres, e este para fortalecer a subalternização dos papéis femininos, a sobrevalorização das dimensões do privado e a desigualdade de direitos e de oportunidades sociais. As diferenças morfológicas, explicativas das diferenças de aptidões, de temperamento e de inteligência, serviriam para justificar o facto da incapacidade feminina ter uma função, a sobrevivência da raça, já que é necessário que as mulheres se dediquem à gestação e criação dos

filhos (Shields, 1986, cit. In Poeschel, Múrias & Ribeiro, 2003) e não a actividades de outro tipo (de autoridade ou de poder)" (Neves, 2009, p.9-10)

Em termos de barreiras de entrada à mulher no campo intelectual e académico, destaca-se o movimento anti coeducação do início do século XX, baseado no pressuposto de que a educação prejudicava a capacidade reprodutora das mulheres. Não sendo educadas, as mulheres não teriam qualquer hipótese de ocupar o espaço que os homens, legitimadores intelectuais destes pensamentos, destinavam para eles próprios. As mulheres, por seu lado, tal como os homens não pertencentes ao espaço académico, absorviam e reproduziam estas perspetivas. No entanto, se a atividade científica e intelectual, espaço predileto de legitimação de mundivisões, pela sua autonomia relativa (Bourdieu, 2010) era esmagadoramente masculina, é clara a masculinidade na origem desta tendência. Ao serem detentores desse poder simbólico, os homens, enquanto grupo social, vão legitimar a sua posição através da instauração da *doxa* no campo científico. No caso, as normas ditadas influem sobre a quase totalidade da sociedade, uma vez que definem as relações de género sob todos os prismas, incluindo o sexual - era heterodoxa a procura do prazer sexual da mulher, dado que a função primordial seria a da reprodução.

Como qualquer movimento ou paradigma social, este não esteve isento de exceções e de contramovimentos, que progressivamente enfraqueceram a sua hegemonia, e que foram dando aso à emancipação, permitindo às mulheres a ocupação de cargos políticos, destaque pelo seu trabalho intelectual, autodeterminação laboral, entre outros fatores igualitários. Todavia, é essencialmente unânime na produção científica atual que a desigualdade de género ainda persiste nas sociedades atuais, com contornos menos pronunciados dos que aqueles que se vem expondo.

O plano legislativo também manifestava desigualdade estrutural. A este respeito é esclarecedora a leitura de um documento da época, "A Situação Jurídica da Mulher e a Futura Reforma do Código Civil", escrito pela jurista Elina Guimarães, na Revista da Ordem dos Advogados, em 1945. O argumento fundamental desta autora é o de que o Código Civil vigente à época, datado de 1867, estava desatualizado relativamente às funções sociais da mulher, tendo sido alvo de atualizações que não haviam resolvido a totalidade da questão e, nalguns casos, dado origem a contradições internas.

A Constituição de 1933, por exemplo, previa a igualdade dos cônjuges perante o matrimónio, particularmente nos direitos sobre os filhos. O Código Civil dava à mãe o direito de ser consultada sobre tudo o respeitante ao filhos, no entanto, Guimarães denuncia que, no mesmo artigo em que se lhe concede esses direitos, a mãe é impedida de contrariar as decisões do marido, na prática destituída do poder paternal.

Ao longo do artigo, Elina Guimarães enumera vários exemplos desta relação desigual, expondo um estatuto jurídico superior do marido, ou parente masculino, que se efetivava através do cerceamento da atividade da mulher casada. Estes exemplos abrangem todo o espectro da vida matrimonial, como a educação dos filhos, a formação do Conselho de Família, ou até as práticas em caso de viuvez.

Dadas as suas contradições, a legislação torna-se difusa, o que leva a autora a rebater o paradigma que assim se estabelece. Sobre a limitação da mulher casada, questiona por que razões assenta na defesa do interesse da família que é, na verdade, o interesse da própria mulher. Nesta senda, lamenta que a relação patrimonial, principalmente no que diz respeito ao lar, seja desigual aos olhos da lei, considerando a legislação desta de maior urgência do que a da relação pessoal, que também é importante, já que a primeira é de foro estritamente jurídico - entende assim a necessidade de rumos de ação concretos, não desconsiderando a ação simbólica.

Com efeito, Guimarães comenta que "Hoje, a mulher adquiriu já pouco mais ou menos perante a lei a situação de pessoa humana, e aquela só passa a considerá-la como idiota a partir do seu casamento" (1945, p.87), afirmação que ganha sentido ao constatar que estão reservados ao marido direitos como o de poder obrigar a mulher a regressar ao domínio conjugal, em caso de ausência, de decidir sobre a sua saída do país, ou até de autorizar o exercício de uma profissão, estando reservada ao marido a administração do montante auferido profissionalmente.

A crítica da dependência da mulher casada não foi temática inovadora, tendo tido como grande impulsionadora Ana de Castro Osório, que a exerce de forma retumbante na sua obra "*Às Mulheres Portuguesas*" (1905), na qual se presta ao detalhado exame da condição social feminina, oferecendo sugestões quanto a rumos de ação posterior. A intransigência do Estado Novo quanto ao seu modelo de pensamento único fica plasmada nesta comparação: note-se que, apesar de estarem separadas por quatro

décadas, as reivindicações de Osório e Guimarães pouco diferem, sendo que a segunda, pelo âmbito de escrita, se foca na desconstrução jurídica e se dirige aos legisladores, ao passo que a primeira se concentra na crítica social abrangente, dirigindo-se a qualquer leitor, procurando inspirar as suas contemporâneas a baterem-se pela emancipação.

No seu âmago, a lógica jurídica debatida é indicativa da ideia que vem sendo exposta, de que a visão da família enquanto célula social se preta, na prática, à dominação masculina e à abnegada submissão feminina.

1.3.2.3 A Enfermeira a Professora e a Criada: exceções não excepcionais

Embora o ideário propalado desencorajasse o emprego feminino, é possível identificar algumas exceções na estrutura sociocultural portuguesa, patrocinadas pelo discurso político. Em concreto, estas exceções residem nas figuras de enfermeira, criada e professora primária, profissões cuja feminização era quase absoluta. Têm em comum que as funções desempenhadas estão associadas a traços de personalidade considerados naturalmente femininos, que confeririam às mulheres aptidão profissional nestas áreas: a prestação de cuidado de saúde, o serviço doméstico e a educação.

Curiosamente (e talvez não coincidentemente), existem figuras de representação masculinizada em posições estatutariamente superiores às referidas, desempenhando funções mais pronunciadas a nível gestório e intelectual. À enfermeira, sobrepõe-se o estatuto do médico, cuja esmagadora maioria eram homens, o que também se explica pelas barreiras colocadas à formação superior feminina; à criada, sobrepõe-se o mordomo que, embora referente a classes sociais de estatuto socioeconómico mais elevado e equiparado, em traços gerais, à governanta, é a única figura masculina associada ao serviço doméstico, perspectivado acima da condição servil, até pelo contexto social em que medra; à professora primária, sobrepõe-se os professores de liceu e universitários.

A relevância desta análise a nível da presente dissertação prende-se com a relação entre a Eva e o universo laboral feminino, em particular com estas três vertentes. Para além de ter levado a cabo um inquérito prolongado, auscultando diversas personalidades e representantes institucionais sobre se a mulher devia seguir uma via profissional, realizaram-se, no seio da revista, esforços investigativos no sentido de dar conta tanto

da situação das professoras primárias, como das enfermeiras. Por sua vez, a presença da criada na publicação era recorrente, uma vez que esta se destinava a um público que, em larga medida, empregava e orientava uma empregada doméstica⁸, a que acresce o facto de também se dedicar às temáticas do lar, cenário no qual a criada desempenhava as funções, que deviam ser avaliadas pela "senhora", com conhecimento de causa.

Na contemporaneidade, a enfermagem ainda se pauta por uma notória feminização, tendência mais acentuada nas primeiras décadas do século XX. Quando a Eva se dedicou a averiguar o "Problema das Enfermeiras", que se reporta à escassez de profissionais a atuar nos hospitais portugueses, ao longo de 1946, os textos referenciam apenas profissionais femininas. Ademais, a própria construção da questão de partida colocada é denotativa de uma realidade percecionada no feminino - "Faltam 4000 enfermeiras, onde as iremos buscar?" (nº892) ou "Onde vamos buscar as 4000 enfermeiras que os hospitais precisam?" (nº893).

A apreciação das criadas enquanto fenómeno social caracteriza-se por dinâmicas complexas que se cruzam na relação entre as próprias e a sociedade exterior, com maior ênfase nas suas entidades patronais. Para uma aproximação à temática, recorre-se ao contributo de Inês Brasão (2012), que detalha um processo de reconfiguração das famílias de classe média, conducente a novas relações sociais de género, através da inclusão, no seio doméstico, de jovens de origem provinciana, protagonistas de um êxodo rural feminino. Esta migração, de ambiente geográfico e classista, originou fragilidades quanto às relações de pertença das criadas, que eram como estrangeiras, desenquadradas nos meios urbanos de classes dominantes (nas quais o fenómeno se evidenciava, principalmente nas fase inicial). Esta dissonância cultural também se manifestava aquando dos regressos ao contexto de origem, pelo contacto e aquisição com hábitos e práticas socioculturais distintas.

Intimamente relacionada com esta inclusão física no espaço doméstico, está a exclusão social, a estigmatização da condição servil através de mecanismos de

⁸ A título exemplificativo destaca-se, o número 865, de Fevereiro de 1944, no qual se detalha um horário das tarefas diárias, construído para uma família com dois filhos, residente em Lisboa. Explicitasse que as tarefas devem ser divididas entre a senhora da casa e a criada.

distinção, aos quais acresce a relação laboral hierarquizada. Embora a duração, massificação do fenómeno e sucessivas reconfigurações advenientes tenham implicado a alteração da legislação sobre o assunto, até à década 1940 atribuíam-se um abrangente poder tutelar sobre a criada - relação desequilibrada que deu aso à disseminação de representações negativas sobre as criadas enquanto grupo social. Como é comum no ciclo de vida dos estigmas sociais, este acentuou-se com a massificação, mantendo-se aquando da diminuição do fenómeno. Assim, a questão passa a ser encarada como um problema social, "incómodo a uma classe média instalada" (Brasão, 2012, p.150), com origem na perceção de desobediência incompetência das criadas - dinâmica estigmatizante que constitui exemplo da forte estratificação social característica do período e, análoga aos desígnios políticos, assente numa hierarquização moral definida de forma elitista, em termos socioeconómicos.

Quanto às professoras, é igualmente oportuno considerar, reflexivamente, o ideário coletivo português, no qual a entidade docente a nível do ensino primário também é femininizada. A questão das professoras primárias é exemplo linear da ambiguidade característica do regime, na medida em que fomentou a profissionalização feminina, a que idealmente se opunha, simultaneamente fazendo valer um dos seus preceitos fundamentais relativamente à natureza feminina. De facto, a professora primária era uma figura primordial do Estado Novo, sujeita a constrangimentos legais próprios, na medida em que, caso pretendesse contrair matrimónio, deveria requer autorização ao Ministro da Educação, que a concederia mediante verificação de duas condições, o bom comportamento moral e civil do pretendente, e a prova documental de que os seus vencimentos eram semelhantes aos da professora (Pimentel, 2013).

A razão para esta singularidade só pode ser conjecturada, dada a reduzida abertura do regime para a discussão e justificação legislativa. Nessa senda, deduz-se que a imposição de um bom comportamento por parte do eventual cônjuge, julgado por órgãos do Estado, se deve à preocupação em conter a difusão de ideias indesejáveis: imorais ou oposicionistas. Companheiros que se manifestassem desta forma poderiam influenciar as professoras e, por conseguinte, os seus pupilos. Já a questão dos rendimentos prender-se-ia com a retenção do professorado no sistema de ensino, numa curiosa retroação da própria ambiguidade mencionada, uma vez que, casando com um homem que tivesse possibilidade individual de sustento económico do núcleo familiar,

uma professora poderia optar por abandonar a profissão e dedicar-se ao mister de mãe e esposa, enquadrando o cenário idealizado pelo Estado. Esta hipótese não é de todo inverosímil, sendo até assaz sedutora, tendo em conta que, para além de se encontrarem frequentemente deslocalizadas, devido à distância geográfica entre o local de trabalho e o de proveniência, as professoras não auferiam rendimentos que proporcionassem significativa qualidade de vida material, uma realidade que foi abordada pela própria revista *Eva* (Anexo 2, n.ºs 903-907).

Em suma, no que respeita à perspetiva ideológica do encorajamento ao trabalho das professoras primárias, embora se contradiga o ensinamento de que o trabalho da mulher deve ser o de mãe e esposa, avança-se o pressuposto da apetência feminina para a educação. Todavia, esta apetência tem as suas limitações, cingindo-se muito aos níveis iniciais do percurso escolar, uma vez que, à medida que se sobem os patamares da instrução, aumenta o número de docentes masculinos, rareando a colocação professoras no ensino superior, evidência que está relacionada com a menor frequência feminina destas instituições, uma vez que na faixa etária respetiva já operava a predisposição para a constituição familiar. Às mulheres formadas, para além de professora primária, estavam frequentemente destinadas profissões como dactilógrafa e secretária - também no mundo laboral, as mais expectáveis funções femininas eram de suporte à produção masculina. Todavia, convém relembrar que a frequência do ensino universitário estava destinada a uma elite cultural e social da população, que, por estas características, se colocava numa posição mais propícia à quebra da norma implícita.

1.3.3 A Imprensa

Logicamente, a relação do regime com a Imprensa também era pautada pela visão do líder. Salazar repudiava a liberdade de Imprensa, pela sua capacidade de ingerência em assuntos que advogava estarem exclusivamente reservados ao Estado. Em assuntos como a política externa, no aspeto do bom relacionamento entre países, e a opinião popular sobre vários assuntos, em especial políticos e económicas, competia ao Estado competir tomar as decisões, transmiti-las e garantir que eram obedecidas. Daí que o chefe de governo preterisse a expressão "opinião pública" a favor de "consciência pública" (Baptista, 2012), dotando o conceito de restrições morais, como é apanágio do pensamento político da sua autoria. Convoca ainda o argumento de que a desvalorização

dessa liberdade e, por anexação, da instituição jornalística, se deve à experiência negativa que teve no início da sua carreira política, altura em que, na posição de Ministro das Finanças, mantinha os jornalistas informados sobre as tomadas de decisão no âmbito de atuação respetivo - prática que Baptista atribui à necessidade de afirmação e legitimação políticas (2012), uma perspectiva coincidente com a ascensão política detalhada previamente.

"Esta "opinião pública" concebida pelo Estado Novo nada tinha a ver, pois, com a formação complexa de um "espaço de opinião", onde livremente se confrontassem ideias. Era tão-só a tentativa de constituir um "bloco de opinião nacional" ao serviço dos interesses dos governantes, com o objetivo último de forjar o "espírito nacional". O que implicava que, além de silenciar vozes discordantes, se inculcasse na consciência pública a imagem da eficiência e dos benefícios materiais do regime e, ao mesmo tempo, de que este era a expressão e o maior garante da defesa dos mais fundos valores conformadores da identidade nacional" (Tengarrinha, 2006, p.)

À subversão concetual de "opinião pública" subjaz, por necessidade, o controlo da atividade opinativa não alinhada com o governo. Como tal, foram ativadas diversas ferramentas cujo propósito era o de limitar essa atividade, que tinha a Imprensa como o mais apto e tradicional suporte, à época.

Foi nesse sentido que se decretou, a 14 de maio de 1936, a obrigação dos proprietários de empresas mediáticas a possuir "idoneidade intelectual e moral", deslocando o juízo da aptidão profissional para a tutela, como era apanágio do regime. Outra ferramenta, sobejamente conhecida, é a censura prévia, cuja existência em Portugal antecede o Estado Novo, mas que sob esta batuta adquiriu maior importância e um modo de atuação flutuante que, para além de induzir a autocensura nos autores e editores, conferia espaço de manobra aos detentores do poder, dada a ausência de tipificação dos conteúdos não permitidos. O engenhoso mecanismo censório, pela desenvoltura funcional e estreita relação com os conteúdos analisados nesta investigação, é adiante alvo de exposição singularizada.

Quanto ao funcionamento das instituições jornalísticas, no qual o ónus da censura não pode ser olvidado, por caracterizar-se como "*sui generis* (...) mormente devido aos

condicionalismos decorrentes da onnipresença (como se de um espectro se tratasse) de um regime do cariz do então vigente, com o cortejo de nefastas repercussões dele emanantes e reflexos nos mais diversos domínios" (Pinto, 2010, p.348). Estas repercussões advêm do carácter preventivo, mais do que corretivo, da pressão exercida pelo poder político, não só ao campo jornalístico com à população em geral, que optava em muitas circunstâncias por não desagradar ao regime, assumindo-se-lhe favorável, por receio de sanções variadas. Os jornalistas, sujeitos a maiores constrangimentos devido às capacidades interventivas da sua profissão, foram correspondendo a este padrão cooperativo, não apenas por receio, mas também por efetiva afinidade à ideologia e proposta salazaristas.

A este respeito, a conjuntura era de tal ordem que Mário Pinto opta por a descrever em tom punzante:

"sendo possível asseverar, em jeito de conclusão das conclusões, serem facilmente identificáveis algumas linhas de força no antes disquisicionado, precipuamente nos autores (também jornalistas) mais representativos, linhas essas que de tão recorrentes (*quase ad nauseam*) configuram genuínas obsessões destes: (...) - a promiscuidade relacional com os políticos, a quem se prestam a servir, mas relativamente aos quais usam de uma causticidade inimaginável (...) a preocupação evidenciada com a consecução do rigor expressivo e a ênfase no estilo da escrita (que, por não terem paralelo com o *statu quo*, são apodixe de quanto se regrediu neste domínio)" (2010 p.352-353).

Adianta-se, desde já, uma hipótese construída para explicar, pelo menos em parte, a obsessão formal que este autor denuncia, levantada aquando da análise discursiva que adiante se apresenta, que tem que ver com a necessária redundância temática e reiteração de posicionamentos morais. Com efeito, para bem da prossecução dos objetivos moralizadores do regime, transmitidos pela imprensa, cuja afetação era variável, tornava-se fundamental a repetição da mensagem e respetiva argumentação, como meio de inculcação cultural. Por outro lado, na esteira bourdiana, pode relacionar-se este estilo de escrita elaborado na forma com um mecanismo de distinção social de uma classe jornalística que ainda lutava simbolicamente pela afirmação profissional

(Tengarrinha, 2006) e que, por acréscimo, se dirigia a uma classe muito instruída, à época, por ter capital cultural que lhe permitisse a leitura do texto jornalístico.

Retomando a questão da afetação política dos órgãos jornalísticos, vale a pena realçar que, em ações de balanço sobre posições políticas dos jornais regionais, o SPN verificou ampla descida dos jornais anti-situacionistas e larga subida do número de situacionistas, que

"resultava de uma ampla e bem organizada acção concertada em quatro vertentes: criação de jornais defensores do regime inteiramente sustentados por este; aliciamento, através de facilidades e apoios, ao que se declararam "independentes e defensores dos interesses locais"; pressões, maiores rigores censórios e até suspensão ou supressão dos mais incómodos; e envio de artigos propagandísticos do regime para os jornais que se mostrassem recetivos" (Tengarrinha, 2006, p.193)

No arsenal de ferramentas empregues no combate à oposição destaca-se a ordem para que apenas fosse inserida publicidade nos jornais seus apoiantes, medida que procurava inviabilizar economicamente publicações oposicionistas (Rodrigues, 1980).

Um outro fator que exerceu larga influência na atuação do regime sobre a imprensa nacional foi desenvolvimento da conjuntura dos Negócios Estrangeiros. Em concordância com o argumento que vem sendo aprofundado da centralidade de Salazar, o próprio assumiu um controlo de proximidade desta área de atividade num período de desfavorável a nível internacional, de maneira a apaziguar a ameaça ideológica dos primeiros anos da década de 1940:

"as circunstâncias da II Guerra e a derrota previsível do eixo nazi-fascista levaram a uma modificação na atitude do governo para com a Imprensa. Era necessário ensaiar novas vias para dar resposta às circunstâncias diferentes e tentar insuflar novas energias perante algum esfaziamento da euforia dos anos 1930. Corresponde ao termo do funcionamento do S.P.N. e à instituição do S.N.I., com reforço da direção de Salazar sobre os serviços de censura e o seu controlo pessoal mais apertado sobre a Imprensa em geral." (Tengarrinha, 2006, p.195)

1.3.3.1 A Censura

Como se mencionou, a vigência em Portugal da censura de imprensa não é de todo uma inovação do Estado Novo, caracterizando-se esta vertente da História de Portugal por uma embrincada teia de mecanismos diversos, com objetivos distintos, consoante os intentos dos seus promotores. A este ponto, importa proceder a uma reflexão sobre o modelo previsto durante os anos a que se reporta a dissertação, deslindando a intencionalidade da sua evolução, permitindo discernir o grau de influência que teria sobre a Eva.

Como já avançado, o diploma que introduziu o modelo censório do Estado Novo foi publicado ainda antes da sua institucionalização, na vigência da Ditadura Militar. A censura prévia, no entender da ditadura civil, constituía um "meio indispensável a uma obra de reconstrução e saneamento moral" (Tengarrinha, 2006, p.57), uma funcionalidade explicitamente transmitida no texto legal:

"A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade"⁹

Para a prossecução desta edificação moral, esteada na subversão da noção de "opinião pública", foi necessário instaurar na instituição censória uma série de ferramentas que lhe conferissem efetividade na adulteração dos pressupostos jornalísticos, conjugando o peso simbólico do proibicionismo com uma alteração clara das regras não declaradas do campo respetivo.

"os critérios dos censores obedeciam a uma grelha de apreciação dos acontecimentos divergente dos valores-notícia (Brooks et al, 1988; Shoemaker e Reese, 1996; Galtung e Ruge, 1965) que é típica do ethos jornalístico. Não

⁹ Artigo 3º do Decreto Lei 22 469, de 11 de abril de 1933

passavam notícias que, por exemplo, traduzissem insegurança ou situações de grande violência que contrariavam a mensagem do “jardim à beira-mar plantado”. Não havia cobertura de mega acontecimentos ou de grandes cerimoniais, salvo raras exceções, até porque as grandes concentrações populares só excepcionalmente eram permitidas.

Um dos critérios de noticiabilidade partilhado pela comunidade jornalística é o da atualidade. (...) Num regime ditatorial esse valor é entravado pela prática da censura prévia, que pela incontornável morosidade dos processos burocráticos é a própria contradição deste conceito. Outro aspeto essencial do processo de avaliação feito pelos jornalistas prende-se com a noção de que muitos dos fatos jornalísticos traduzem o valor conflito (Brooks et al., 1988). Ao reportar notícias, os profissionais encontram-se muitas vezes perante campos opostos e daí que lhes seja exigida equidade na forma como tratam as partes envolvidas. Ora, no período da ditadura, as matérias não eram entendidas dentro desse prisma. Se houvesse uma greve, contestação política, ou uma situação de grande injustiça social, elas não poderiam ser noticiadas por atentarem contra a integridade do regime.

Jornalismo pressupõe uma hierarquia noticiosa (Traquina, 2000) mas durante a ditadura, todo o processo de seleção e ênfase das notícias era deturpado pela lógica censória. Por outro lado, na imprensa, o espaço informativo era realmente muito reduzido. As chamadas à primeira página pouco tinham a ver com *hard news*, a informação política era escassa e completamente institucionalizada, acabando por o espaço de notícias ser muito preenchido com *fait-divers* ou outras questões menores." (Lima, 2013, p.108)

Jorge Pedro Sousa reforça a ideia da imprevisibilidade do mecanismo de censura, atribuindo-lhe a origem na ausência de regulamentação declarada, não deixando espaço a potenciais reclamações e descontentamentos justificados, uma vez que o vazio normativo dá maior espaço de manobra ao fiscalizador e amplifica o constrangimento do fiscalizado, tanto prévia como posteriormente. Neste caso, o fiscalizador é a Censura: logicamente focado na auto-defesa do regime, aproveitava da benesse auto-concedida que era escassez de tramitação processual da função censória para levar a cabo a propalada proteção da opinião pública, que é, sob ponto de vista prático, a

proteção do regime. Configura-se assim mais um mecanismo ambíguo essencial à sobrevivência do Estado Novo, alargando os limites de um instrumento repressivo por excelência.

"os censores agiam discricionariamente, pois o único documento com instruções era uma carta de 28 de Agosto de 1931 da Direcção Geral dos Serviços de Censura às delegações. Em algumas ocasiões, os Serviços de Censura davam instruções informais aos jornais. A recusa de publicação de uma notícia, ou de um comentário, sugerida pelas comissões de censura podia, aliás, dar sérios problemas aos jornais. Diga-se, porém, que a suspensão de um jornal raramente ocorria, provavelmente por ser um acto que poderia ter um negativo efeito de *feedback*" (Sousa, 2010, p.46)

Este espaço de manobra é conseguido através da reiterada e despudorada ambiguidade do regime, que a este propósito assume proporções contraditórias, patentes na Lei Fundamental, ao conferir a liberdade de imprensa, salvo casos nos quais fossem veiculados posicionamentos não situacionistas.

"A Constituição de 1933 assegura, teoricamente, a liberdade de expressão e de imprensa, conferindo-lhe o estatuto de direito individual, mas, ao mesmo tempo, explicitava que o exercício dessa liberdade seria regulado por leis especiais para impedir «preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos». Mais adiante, a Constituição impunha, também, a publicação de notas oficiais pela imprensa. A Constituição, ao instituir o conceito vago de que a censura se destinava a evitar a perversão da opinião pública, dava, na falta de regulamentação, um tao grande espaço de manobra aos censores que estes podiam agir arbitrariamente" (Sousa, 2010, p45)

No entanto, apesar de todo este esforço, continuaram a proliferar entraves colocados à missão de moralização, havendo uma manifesta instabilidade na opinião pública, que se pretendia unânime. A respeito disto, evidenciava-se a dificuldade de controlo dos jornais, conduziram a um aperto do jugo, de tal ordem que "Mesmo o servil *Diário de Notícias* se insurge pelos prejuízos de toda a ordem para a empresa do

jornal resultantes de incompreensíveis intervenções censórias" (Tengarrinha, 2006, p.61). Concomitantemente, os governadores civis foram instruídos a suspender jornais desafetos ao governo, uma clara demonstração da necessidade de adaptação, pela sobreposição forçosa.

Perante o alongar deste clima hostil, amplificado no contexto da 2ª Guerra Mundial, foi criado, no seio do SPN, o Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, cuja operacionalização transpunha a Censura da alçada do Ministério do Interior para a do Presidente de Conselho, Oliveira Salazar. "O objetivo era, pois, evitar as disparidades de critérios na intervenção dos diversos serviços encarregados da propaganda e do controlo da informação, sob a supervisão directa de Salazar" (Tengarrinha, 2006, p.61) - exemplo do controlo de proximidade descrito. Esta atuação tinha como propósito primeiro a defesa da situação política, através do silenciamento de uma oposição influenciada e apoiada por forças estrangeiras, que não viam com bons olhos a permanência de um modelo autoritário e centralizador em Portugal, perante o eminente desfecho do conflito mundial, que significou a queda dos seus congéneres europeus.

1.3 Recursos Teórico-Metodológicos

1.3.1 Esteios Teóricos

1.3.1.1 Poder

Em regimes não absolutistas, as reverberações dos atos políticos não afetam exclusivamente os governados, mas também os governantes, quer indiretamente, através de um processo reativo, quer diretamente, na medida em que os governantes são, eles próprios, governados, nem que seja pela interposição dos seus pares. As narrativas legitimadoras dos sistemas autoritários, como a que se expôs, têm a pretensão de dotar os seus representantes de um estatuto de exceção, que perpetue a sua posição de poder.

Existem várias formas de articular este propósito. No caso do Estado Novo, imbuí-se o percurso de Oliveira Salazar de uma virtuosidade inabalável, que se transpõe aos seus associados, na medida em que a superior capacidade intelectual e governativa, do primeiro, aliada à conceção de um suposto desprendimento do poder, atestava a valência dos segundos como os mais capazes para o desempenho das suas funções e, no

seguimento desse raciocínio, relembre-se, do Estado Novo como o "legítimo intérprete da essência da Nação" (Pinto, 2008, p.19).

Na senda do Interacionismo Simbólico, entenda-se esta linha narrativa, na génese da corrente ideológica, não como um conjunto de diretivas, imposto *top-down*, da cúpula política para o povo, mas sim como um conjunto de símbolos partilhados, a partir dos quais os indivíduos extraem significados, coletivamente construídos e, portanto, partilhados (Plummer, 2000). Nesta lógica, a construção ideológica faz-se através de fenómenos de interação que consolidam esses significados partilhados, os vetores ideológicos. Este processo constante, embora tenda a ocorrer nos âmbitos de ação dos indivíduos de um grupo específico, o da governação, dominante por excelência, acaba por ter interferência dos que se encontram fora desse grupo, pela lógica reativa mencionada (note-se até que os governantes são eles próprios parte da população, estando sujeitos às reverberações da ação governativa, que podem eles próprios protagonizar). Howard Becker realça que a abordagem interacionista se foca nas maneiras como as pessoas fazem coisas juntas (1986)¹⁰, não implicando que se estabeleçam relações cooperantes, em que o propósito seria o mesmo, mas sim coadjuvantes, porque o resultado da interação é produto de todos quanto nela participam.

Entre outros processos, é esta dialética que possibilita o sucesso dos intuitos propagandísticos no Estado Novo, ao representar um veículo de interação, unidimensional e de conteúdo estatutariamente legitimado, que permite a interpenetração cultural, ou inculcação ideológica (Pinto, 2008; Rosas, 2012), através da apropriação dessa simbologia pela cultura quotidiana, ou folclore, no sentido gramsciano do termo (Crehan, 2002). Como resultado afirmativo da propaganda, a interpenetração cultural permite que o ideário se consolide nas interações fora da relação propagandística, como nas práticas de sociabilidade, na educação informal e na fruição cultural. Através destes mecanismos, criam-se disposições positivas (através da atribuição de significados positivos) na população perante os símbolos de virtuosidade

¹⁰ "how people do things together", no original

do ideário assimilado, diminuindo assim a necessidade de ações repressivas, pela manutenção de um ambiente social favorável.

Na perspetiva atribuída a Gramsci, esta dinâmica resulta de indivíduos inseridos no mesmo âmbito cultural que adquirem empiricamente uma noção cultural semelhante, na medida em que partilham lógicas de pensamento e ideias gerais sobre o que o rodeia, atuando em conformidade com estas (Crehan, 2002).

No entanto, as relações sociais não se pautam por esta harmonia, havendo espaço para regularidades e singularidades, aceitação e contestação, variações que dependem de lutas simbólicas pelo poder, pela legitimação de um sistema de valores - a *doxa* (Bourdieu, 1996). Assim, a inculcação ideológica não se faz somente através da legitimação associada ao poder político instituído, beneficiando da conformidade com o "sistema simbólico" (Bourdieu, 1989, p.8) religioso dominante, o catolicismo. Estes dois vetores simbólicos, o do Estado e o da Igreja, exercem influência sobre a população, atuando sobre o universo cultural português - conjunto de símbolos ideológicos. Neste âmbito, não deixa de ser interessante a aproximação concetual que Bourdieu faz entre ideologia e religião (1989, p.12), dado o efeito que ambas têm naqueles que lutam pela legitimação. É ainda curioso que o faça depois de, essencialmente, sintetizar a lógica de perpetuação de poder que o Estado aplicou.

Os instrumentos de dominação, consagrada e simbólica, como os mecanismos de repressão e os de propaganda, permitiram a vitória na "grande batalha pela reforma da mentalidade dos portugueses" (Rosas, 2007, p.XXIV) e mantiveram a ordem social daí resultante, pelo menos até ao fim da 2ª guerra mundial, que teve consideráveis implicações na credibilidade dos regimes de inspiração fascista, levando à necessária adaptação do sistema português, pela própria sobrevivência.

“As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da

ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções“ (Bourdieu, 1989, p.10)

No seguimento desta lógica, retome-se a perspetiva gramsciana, em relação aos conceitos de hegemonia e folclore. Nesta linha de pensamento, o primeiro conceito é iminentemente plástico, conjugando traços de aceitação por parte dos dominados, em simultâneo com o uso de força pelos dominantes (seguindo a tradição marxista, tem as classes sociais como principais atores), elementos cujo grau, relação e proporção varia de acordo com o enquadramento político e social (Crehan, 2002). Já o folclore, imaginário popular, é potencialmente aproveitado pelas classes dominantes, uma vez que facilmente se deixa perpassar pelas conceções destas, resultando em contradições na conceção do mundo das classes "subalternas", que assumem lógicas de proximidade na interpretação do social na sua amplitude (Crehan, 2002). Com esta infiltração na cultura quotidiana das classes populares, através do folclore, cria-se uma noção de "senso comum" favorável à manutenção da hierarquia social.

Estas ideias são proveitosas para a compreensão da durabilidade do regime salazarista, bem como da relativa falta de oposição por parte de classes populares (constrangidas pela vontade dos grémios patronais). Através destas dinâmicas disseminam-se redes concetuais, transformam-se universos de valores e virtudes.

Em muitos casos, contudo, estas conceções atuam como um fachada, contrariadas pela *praxis* da vida social, embora legitimadas num plano abstrato. Veja-se o conceito de "pobreza honrada", que Fernando Rosas aponta como um dos mitos seminais do regime (2001), muito presente no discurso na década de 30, e que visa a sobreposição da moral social ao bem-estar material. A este respeito, existia uma gritante contradição entre a realidade e o ideário oficial, visto que, por viverem em situações de pobreza, muitas mulheres se inseriam no mercado de trabalho, abandonando o papel doméstico que lhes era atribuído pelo discurso dominante.

Este caso também é exemplificativo da dinâmica interacionista explicitada, na medida em que a dissonância verificada conduziu à paulatina transformação do discurso ideológico que, mantendo o mesmo fio condutor, introduziu a ressalva de que, em caso de necessidade, era aceitável que a mulher ingressasse no mundo laboral.

1.3.1.2 Género

No caso do exemplo anterior, a adaptação advém da posição central atribuída à família na ideologia social do Estado Novo, podendo, portanto ser justificada como "a bem da família", da sua subsistência. Em termos sociológicos, o modelo familiar preconizado coaduna-se com a visão estruturo-funcionalista, que atribui o papel instrumental ao homem, cuja ação em prol da família se situa na esfera pública, no mundo profissional, e concede à mulher o papel expressivo, no seio da família, como a manutenção do lar e a socialização das crianças - função irreduzível da família, que prepara as crianças para as funções que mais tarde desempenharão, de acordo com o género (Parsons, 2002). Assim, o ideário abstrato é apropriado e transmitido na prática. As principais críticas a este modelo teórico, encarado doutrinariamente, e que por isso também podem ser apontadas ao Estado Novo, são a desconsideração das dinâmicas conflituais, pressupondo relações familiares plenamente harmoniosas, o determinismo biológico e cultural e a predisposição para a submissão feminina que lhe é consequente.

Bourdieu aborda esta mesma socialização para a submissão, que tem como consequência a incorporação da dominação masculina, na medida em que "as mulheres, submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las, fazem a aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio" (1999, p.58). Previamente, detalha como se erige a organização patriarcal e as benesses que esta proporciona aos homens, através da interpenetração cultural, a instituição da *doxa*, apropriada como senso comum:

"A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens afirma-se na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como

transcendentes. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social vê-se investida da objetividade do senso comum, visto senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas"(Bourdieu, 1999, p.40)

A verdade dóxica pode ser encarada como uma rede de códigos partilhados, traduzidas num sistema linguístico comum (Hanks, 2000), que confere legitimidade aos grupos dominantes. A aplicação desse sistema linguístico é, em si, uma estratégia de distinção, que ao arredar outros desse capital simbólico, gera violência simbólica, uma discrepância estatutária particularmente visível na distinção de género (Moi, 2000), através de uma dualidade de critérios. Como Bourdieu salienta, através do exemplos do cozinheiro e do costureiro, "basta que os homens se apoderem das tarefas tidas por femininas e as efectuem fora da esfera privada para que essas tarefas se encontrem enobrecidas e transfiguradas" (1999, p.52).

O autor francês também desconstrói a correspondência entre sexo, característica biológica, a género, a sua construção social. Esta é uma faceta do determinismo biológico apontado a Parsons, porque define a organização social com base na questão do corpo, que se torna fator limitador. Teses feministas, como as de Judith Butler, advogam a reapropriação do corpo feminino para a libertação, na senda de Beauvoir (2008), uma dinâmica que foi explorada por movimentos feministas do século XX e incorporada em algumas prática culturais, como as vestimentas de praia reduzidas, para consternação de grupos conservadores (Anexo II, nº273).

A instrumentalização do corpo feminino está patente na ação do Estado Novo, nomeadamente através da Mocidade Portuguesa Feminina, cuja ação disciplinadora das jovens visava uma construção dos hábitos de utilização do corpo concordante com a moral e a organização social propalada, uma doutrina com influências variadas, como a católica e a higienista (Brasão, 1999).

1.3.1.3 A Revista enquanto Objeto Cultural, Produtor de Discurso

De modo a, simultaneamente, manter o paralelismo com a contextualização histórica e poder corresponder ao desafio central desta reflexão, progredindo no raciocínio que fomenta o trabalho, procede-se a uma leitura da revista enquanto objeto cultural. Para esse efeito, há utilidade na dissecação da enorme variedade de conceitos

capazes de classificar uma revista feminina, medida em que permite enfocar os processos partilhados de construção de significados, os seus intervenientes e contextos de atuação. Dados os contornos simbióticos entre a manifestação cultural e a sua envolvência social, há que levar em conta que nas páginas da publicação se manifestam processos de exteriorização, reflexo das condições sociais da sua produção. Nestas condições pode destacar-se o clima político e social, a estrutura organizacional e a capacidade técnica de execução como fatores essenciais. Esta abordagem, cara a autores como Bourdieu ou Natalie Heinich, do estudo dos objetos culturais através das estruturas sociais que neles influem, de forma amiúde cooperativa (Becker, 1982), é a fundação gnosiológica daquilo que vem sendo exposto.

Entenda-se cada edição da revista como um objeto cultural autónomo, do ponto de vista da análise, cuja formulação depende das influências externas em ação durante o processo de construção. O intento da atribuição desta autonomia é que a análise de cada objeto tenha um valor próprio, que pode depois ser ponderado de acordo com o panorama geral dos números examinados. Desta maneira, debela-se a tentação que pode ser a generalização indutiva, dada a complexidade analítica que deriva do prolongamento temporal de centenas de números, cada qual com dezenas de intervenientes diretos. Sendo a dimensão temporal contínua, há que reportar aos elementos distintivos dessas estruturas ou entidades, de acordo com a referência temporal, de modo a dar sentido integrado às propostas conclusivas. Por outro lado, este aspeto também deve ser ponderado, uma vez que a maioria, senão a totalidade, das práticas discursivas não é dotada de perfeita continuidade ou coerência. Ao invés disso, tais práticas são mutáveis nas suas diversas facetas, temporal, espacial ou concetual. Estes conceitos, facilmente ignorados ou menosprezados em exercícios desta índole, são fulcrais para a aproximação dos resultados da pesquisa à realidade que se examina.

Uma vez em que se trata uma publicação independente do poder político, mas todavia sujeita à sua legitimação e aprovação, pode considerar que existe apropriação do objeto cultural como um mecanismo de interpenetração cultural. Como se verá, nesta lógica existe espaço para a veiculação de discursos variados, em relação mais ou menos cooperante, antagónica ou neutra com as diretivas do regime autoritário.

Pelas propriedades elencadas, a presente dissertação assume como uma das suas facetas a de estudo cultural, conjugando, mas não confundindo, duas aceções do multifacetado termo cultura. Em pano de fundo, apresenta-se o termo num sentido lato, na medida em que se desconstrói mecanismos sociais de transmissão de valores virtudes e se afere a coincidência dos mesmos com as estruturas valorativas presentes no discurso do poder político e na sociedade portuguesa à época. Num plano mais imediato, emprega-se uma noção estrita de cultura, dada a natureza do trabalho de análise de conteúdo de um objeto cultural - capital cultural objetivado (Bourdieu, 1979), para desconstrução de um desses mesmos mecanismos. Proveniente desta dualidade, uma necessidade de recorrer a matrizes teóricas provenientes da Sociologia da Cultura e da Sociologia da Arte.

Ainda que de forma não adstrita à formulação original, recorre-se ao contributo de Heinich para estabelecer um triângulo Produção-Mediação-Receção (2004) (por questões de enfoque analítico, reduz-se a revista a um objeto cultural meramente literário, ainda que em muito o extravase, pela desenvoltura no grafismo, apresentação recorrente de gravuras e inserção de publicidade em vários formatos). No primeiro vértice situa-se o corpo redatorial da Eva, os responsáveis pela escrita dos textos, tanto quem os escreve como quem os solicita. É, portanto, um grupo com configurações variáveis ao longo do período analisado, que se procura objetivar através da prosopografia dos indivíduos nele inseridos, temporalmente referenciada.

O segundo vértice também se situa, parcialmente, na estrutura organizacional da revista, mas concentrado nas figuras de editor e diretora, cuja abordagem é semelhante. Note-se que existem segmentos assinados, enquanto que a maioria não está, mas todos são publicados sob a égide da revista, na qual há que assumir responsabilidade editorial, mais manifesta numa publicação que se autodefine como um guia, pressupondo um argumentário coeso. A parcela complementar do vértice Mediador é a censura prévia, uma espécie de mediação universal protagonizada pelo poder político, o que tornou imperativo conhecer os contornos da relação entre a revista e este organismo.

Finalmente, a Receção, composta pelos leitores da revista, grupo de difícil enquadramento e caracterização, por falta de informação e pela diversidade de consumos no que toca a publicações periódicas, dependente de variáveis como a

periodicidade de compra ou valor cultural atribuído. No entanto, é possível fazer uma aproximação recorrendo à caracterização da sociedade à época e do público-alvo da Eva, apontado na linguagem e temáticas empregues. Para o efeito, aponta-se como referência o Recenseamento Geral de 1940 (Instituto Nacional de Estatística, 1945), que indica que, de um universo de quase 2,5 milhões de mulheres com mais de 20 anos, apenas 850 mil declaravam saber ler e que destas, menos de 25 mil possuíam ou frequentavam o ensino secundário - nível de literacia aqui tido como conferente a um capital cultural que permitiria fruição dos conteúdos oferecidos, que a própria posicionava, no seu meta-discurso, como obras de qualidade, avaladas por especialistas. Por outro lado, o próprio discurso também se posiciona muito para surtir empatia junto das mulheres casadas e com filhos, em particular donas de casa em zonas urbanas, de classe média e alta. A Censura aponta, como tiragem média da revista, 18 mil unidades (Secretariado Nacional de Informação, 1972).

Não obstante a importância da Receção, em especial na (re)construção contínua do discurso, a tónica desta investigação é colocada no âmbito da Produção-Mediação, almejar a compreensão da origem e transmissão de discursos regentes da vida em sociedade, não a forma como estes são recebidos pelos destinatários.

Por fim, há que ressaltar que os três vértices propostos não são estanques, estando interligados pela influência que necessariamente exercem uns sobre os outros. É por este motivo que se destaca o contexto social em que se inserem estas dinâmicas interativas. Embora se rejeitem noções deterministas, seria contraproducente menorizar a importância desse contexto na atuação dos indivíduos e das instituições, mormente aquando da vigência de sistemas políticos autoritários (pelo seu teor impositivo e pelas inevitáveis reações que daí surgem).

1.3.2 Considerações Metodológicas

A partir da articulação entre problematização inicial e a teoria entretanto convocada, torna-se possível construir o método de investigação empírica, no sentido da mais eficaz resposta às questões levantadas. Considerando a proposta de Quivy e Campenhoudt (2005), procurou estabelecer-se um método cuja operacionalização fosse exequível, dentro das capacidades e recursos para a investigação, e que fosse ao

encontro dos interesses já expostos, sem cair no erro de tentar argumentar a favor de ideias pré-concebidas sobre o objeto de estudo.

Não houve lugar a um processo de seleção de fontes empíricas, dada a especificidade do objetivo da pesquisa. Portanto, foram consultados, entre janeiro e junho de 2017, na Biblioteca Municipal do Porto, todos os números da *Eva: Jornal da Mulher e do Lar* publicados entre janeiro de 1930 e dezembro de 1950, um total de 705.

Dado que se pretende aferir variáveis culturais que não são quantificáveis, aplica-se uma metodologia de índole qualitativa, que assenta na leitura de "documentos qualitativos"¹¹, as edições da revista, e que se coloca a problemática a partir de teoria social, com particular ênfase numa perspetiva pode ser considerada feminista, visto que se debruça sobre a condição social da mulher num contexto considerado historicamente opressivo (Creswell, 2014).

A técnica selecionada foi a análise de conteúdo, por permitir restituir o sentido de um texto, embora não abarque por completo o horizonte de significações possíveis da mensagem (Almeida e Pinto, 1990). Associa-se a este exercício uma noção de não linearidade, uma vez que as hipóteses e mesmo as perguntas são suscetíveis de evoluírem constantemente, consoante os dados obtidos. Do mesmo modo, o trabalho empírico foi regularmente reorientado em função de aprofundamentos sucessivos do quadro teórico. Encontramo-nos aqui perante um processo de diálogo permanente entre teoria e empirismo, mas também entre construção e intuição, que estão mais imbricadas (Quivy e Campenhoudt, 2005; Almeida e Pinto, 1990). Este processo culminou com a construção da grelha de análise de conteúdo apresentada (Anexo 2).

Este processo analítico, pautado por um forte caráter reflexivo, implicou um focalizado e minucioso esforço de leitura dos conteúdos, uma intensiva procura e processamento de informação que, dada a riqueza da linguagem, deve ser peneirada para que se evidencie o conteúdo relevante (Creswell, 2014). Este processamento visa a codificação do conteúdo analisado, para que se possam identificar as temáticas preponderantes, o que, por sua vez, possibilita a construção de categorias de análise,

¹¹ *qualitative documents*, no original (Creswell, 2014, p.190)

através das quais se extrai significado. A codificação foi feita de modo tradicional, sem recurso a *software* especializado.

1.3.2 Elementos para a Construção da Grelha de Análise de Conteúdo

O empreendimento da análise discursiva (ou de conteúdo), enquanto técnica de investigação, é um exercício cuja virtualidade se determina pela execução minuciosa, a atenção ao detalhe, o processamento e seleção de grandes quantidades de informação, quer contextual, quer extraída diretamente do objeto da análise. Desde logo, porque um discurso, seja qual for o seu conteúdo, forma ou suporte, é um ato comunicativo, pelo que a sua análise deve contemplar os trâmites relacionais entre a(s) entidade(s) que produz(em) o discurso e a(s) que o recebe(m). Por conseguinte, a construção da grelha de análise teve em conta todo o contexto histórico e as explicações teóricas explicitadas, bem como as particularidades da Eva enquanto instituição, por forma a corresponder as categorias a vetores ideológicos já identificados, na esteira de Costa Pinto e Ferreira de Almeida, quanto à categorização teórico-ideológica do observado, no seio da Função de Comando da Teoria (1990).

A perspetivação da revista enquanto objeto cultural possibilita este mesmo exercício, salientando as questões ideológicas que permeiam a produção, distribuição e consumo do objeto cultural (Denzin, 1995). No entanto, há que realçar que, no seio da revista, a generalidade do *corpus* contém produção de índole semelhante, mas de aplicação diferenciada, que foi afastada da análise, por razões de ordem prática - ao seu estudo implicaria um alongamento não compatível com os trâmites de uma tese de mestrado. São textos que se reportam a assuntos como a moda, os bordados, a culinária, os cuidados do lar e a literatura, sob forma de contos, poemas e pequenas histórias. Estas temáticas mais mundanas coincidem amplamente com três áreas que Bourdieu identifica como exemplares da distinção da classe dominante, que variam consoante a estrutura socioeconómica: alimentação, cultura e despesas de e apresentação e representação de si (2010). Estes fatores de distinção efetivos orientam muito do enfoque do periódico, clarificando o campo socioeconómico e simbólico no qual se pretende posicionar, através da transmissão e legitimação de sistemas estéticos. Até porque "Os gostos (ou seja, as preferências manifestadas) são a afirmação prática de um diferença inevitável" (Bourdieu, 2010, p.114). Nesta lógica, a revista articula a *doxa*

nestes campos, refletindo o *habitus* da classe dominante, pelo que o discurso produzido a este respeito contém vincadas conotações ideológicas, que podem ser integradas na interpretação, mesmo quando a sua reprodução textual não se inclui na grelha analítica, visto que se trata de uma ferramenta para o processamento de informação e consequente interpretação, não uma fonte sacralizada de conhecimento.

Acrescente-se que, de qualquer modo, este arredamento não obstaculiza a investigação, até porque a menor prevalência dos conteúdos analisados é denotativa das considerações editoriais o universo de interesses femininos e, por outro lado, porque garante interpretações mais fidedignas, ao cingir a análise a conteúdo diretamente relacionado com a esfera sociopolítica.

1.3.2.2 Categorias de Análise: Dimensões e Fundamentos

As Dimensões Discursivas desenvolvidas enquadram o conteúdo analisado do ponto de vista das práticas comunicativas. A pertinência desta categoria advém do facto de que, ao associar determinado trecho com as respetivas Dimensões, se desconstrói a mensagem que locutor pretende transmitir, consciente da influência sobre o seu público alvo. As Dimensões foram obtidas através do trabalho de identificação de práticas regulares nos textos publicados pela Eva, sendo possível extrair significado discursivo relevante através da compilação dessa informação, suportando-o com recurso a casos específicos. Por conseguinte, torna-se possível a interpretação do discurso em vários momentos históricos e da evolução ao longo dos anos, de acordo com as Dimensões mais presentes em períodos seleccionados. Faz mais sentido um enfoque na análise qualitativa desta presença, explorando o empenho retórico e a relação das Dimensões, quando conjugadas. Todavia, também se considera a questão em termos quantitativos, pela insistência da publicação nessa vertente.

A atribuição destas Dimensões não é mutuamente exclusiva, sendo frequente a associação de mais do que uma, a um segmento textual. Este processo de desconstrução depende de vários fatores, como os pontos de vista expressados, as temáticas abordadas (em detrimento de outras) e as figuras ou iniciativas elogiadas ou criticadas, demonstrando afinidade ou distanciamento de tendências socioculturais e ideológicas.

De modo a aprofundar e clarificar a análise, foi acrescentada outra categoria, Fundamentos, que consiste na identificação da origem do argumentário. A sua génese está no facto de que quase todos os textos selecionados veiculam pontos de vista. Ao identificar os Fundamentos, desconstrói-se um discurso implícito que, para se legitimar, recorre a entidades cognitivas tidas como universais, consubstanciando argumentos de autoridade moral, cultural, estética, entre tantas outras áreas abordadas.

Com efeito, a maioria dos casos contraria princípios da lógica aristotélica, na medida em que a mensagem não é legitimada pela validação e verificação das premissas, mas sim através de conceções unívocas, ou apresentadas como tal. A possibilidade desta prática advém do recurso a imaginários comuns, de autoridade quase incontestada, que enformam os Fundamentos. É uma estratégia de argumentação que, por norma, supõe a ausência, ou omissão, de contraditório, dado o seu veículo, a revista, e a sua ideal abrangência universal - todas as mulheres portuguesas. Assim, a persuasão torna-se mais eficaz por apelar a entidades morais e intelectuais correntes e, à partida, respeitadas. Por fim, é necessário esclarecer que a partir desta reflexão não se imputa um carácter demagógico aos autores da publicação, uma vez que, por um lado, o contraditório acontece com frequência ao longo de diferentes segmentos e números da revista e que, por outro, estarão eles próprios sujeitos ao peso dessas entidades argumentativas, limitando-se a traduzir essa influência. Essencialmente, os Fundamentos servem como ferramenta interpretativa de detalhes, por vezes inconspícuos, de estilos de escrita decorrentes das visões culturais e práticas textuais da época e, possivelmente, dos constrangimentos políticos que cerceavam esta atividade.

Ambas categorias, Dimensões e Fundamentos, beneficiam de autonomia hermenêutica, dado que a primeira se reporta às posturas assumidas e que a segunda concerne às, sempre variáveis, justificativas dessas posturas. Por outro lado, justifica-se o detalhe na descrição individual, uma vez que a sua interiorização é fundamental para que o leitor compreenda o variado e disperso universo que se trata na análise discursiva.

A Dimensão Moralizante caracteriza-se por transmitir um conjunto de traços de personalidade e comportamentos a seguir, sugerindo a retidão moral destes e associando-os a um estilo de vida desejável, amiúde concordante com a ideologia de

Estado. É uma das Dimensões estruturantes da investigação, por expor diretamente universos de valores e virtudes que se almeja identificar e compreender.

Enquanto prática retórica, a Dimensão Moralizante operacionaliza-se através de uma legitimação de índole consuetudinária, com especial incidência nas esferas familiar, doméstica e conjugal, mas empregue também no aconselhamento de atuação em contexto público e, por vezes, laboral. No fundamental, reporta-se à propagação de normas sociais que os locutores afirmam e reescrevem. Identifica-se pela censura moral de determinados comportamentos, práticas, valores ou traços de carácter, como a maternidade extraconjugal ou a frivolidade, ou a apologia doutros, como a devoção familiar e a solidariedade. Com frequência a apologia de determinados valores ocorre por oposição a outros tidos como inapropriados, ao verificar a presença dos últimos, plasmados em casos específicos ou denotados em comportamentos específicos.

A Dimensão Cicerónica é está presente na maioria dos textos da revista. Também veicula um posicionamento subjetivo, mas sem inclusão da conotação moral do enunciado, resultando em conselhos ou sugestões cujo seguimento beneficia o interlocutor, sem prejuízo do estatuto moral ou sanção social expectável, caso tal não aconteça. Dado este carácter, é transmitida com um tom de escrito menos assertivo e perentório, quase publicitário. Nesta Dimensão incluem-se, fora do âmbito da análise, textos sobre modos de se vestir e apresentar, conselhos médicos, sugestão de práticas culturais, hábitos de lazer e ocupação dos tempos livres.

A Dimensão Defensiva aplica-se às mais contundentes demonstrações de desagrado perante as estruturas morais vigentes, enquadrando textos e excertos nos quais os autores tomam da palavra para denunciar injustiças derivadas da condição de género díspar, apoiar eventuais lesadas e, em casos concretos, incentivar a mudança social. Neste âmbito, é comum que a crítica se faça não só através do conteúdo argumentativo, mas também através de recursos estilísticos como a ironia ou o eufemismo, no sentido de expor incoerências detetadas no alvo da crítica. É uma Dimensão Discursiva essencial para a compreensão dos posicionamentos quer dos autores, quer da revista-instituição, na medida em que representa uma tomada de posição aberta e frontal, atitude incomum ao longo do periódico analisado.

A Dimensão Informativa é reporta-se à atividade jornalística, englobando momentos nos quais a intenção é transmitir informação pertinente ao público, ou suscitar reflexão através de um balanço opinativo. Num código deontológico moderno, esta é uma linha diretiva essencial, com incidência na imparcialidade, evitando a transmissão de opinião própria sobre o assunto, quando se trata de informar. Tratando-se a Eva de uma revista feminina e não de um jornal tradicional, existe menor exigência a este nível. Contudo, a frequência com que essa fronteira deontológica é ultrapassada, traz relevância a esta dimensão, por permitir perceber qual a importância dada às questões da condição social feminina, se merecedoras de tratamento informativo.

A Dimensão Laudatória associa-se a peças nas quais se presta homenagem ou se fazem referências elogiosas a determinada pessoa, grupo, acontecimento ou pensamento. A estes casos subjazem os vínculos simbólicos, já que a utilização de tom panegírico sugere conformidade dos autores dos textos com os ideais neles postulados. Dada a multiplicidade de motivações que podem estar na origem de um louvor, esta Dimensão presta-se a ambiguidade intencional na sua construção, razão pela qual os casos de aplicação devem ser lidos em conjunto com os Fundamentos associados.

Assente numa visão de género dicotómica, em termos de funções sociais e capacidade intelectual, a Dimensão Gendrificada aduz-se pela referência a habilidades diferenciadas entre o homem e a mulher, assente numa perspetiva cultural patriarcal. Empregando a lente de um modelo de organização social tido como natural, o homem é encarado como líder, sendo que a mulher lhe deve subserviência, truncada a sua perante a superioridade intelectual de elementos masculinos nas estruturas grupais em que se insere - por norma a família, uma vez que nesta conceitualização, a participação feminina é arredada para esse foro, estando a esfera da participação pública, quer em contexto político, quer laboral, reservada a agentes masculinos.

Em primeira análise, a dicotómica presença simultânea da Dimensão Gendrificada com a Laudatória consubstancia uma das ambiguidades características da Eva e, como se realçou previamente, do Portugal do século XX (Rosas, 2012). Por um lado, o discurso estruturante da organização social, que a revista não se coibia de reproduzir, assenta numa visão patriarcal. Por outro lado, várias facetas inevitáveis da realidade não coincidiam com esta lógica: em termos económicos, várias mulheres viam-se obrigadas

a procurar colocação no mundo laboral, devido à falta de condições materiais para a sua subsistência, sob alçada de marido ou pai; ademais, esta mundivisão não era unânime, como é característico de ideais totais do mundo social; por fim, seria quase inconcebível para uma revista feminina, que pretendia dirigir-se à totalidade do género, a ausência de menção às conquistas sociais, culturais e científicas de individualidades e movimentos feministas, principalmente estrangeiros, difundindo amplamente os ideais, sucessos e retrocessos da emancipação feminina, nomeadamente através de peças de carácter Laudatório, para além de Informativo.

A Dimensão Política é de fácil identificação, estando presente em textos nos quais se faz menção crítica ou apologética a regimes políticos, personalidades ou ideologias do mesmo foro. Quando se trata de uma apreciação positiva, a sua relevância assenta na questão vinculativa exposta sobre a Dimensão Laudatória, se a apreciação for negativa, aplica-se a lógica inversa. A atribuição de autonomia hermenêutica da Dimensão Política em relação à Laudatória deve-se ao facto de esta dissertação se enquadrar nos estudos sobre a condição social feminina, impondo-se atenção às questões políticas, a que acresce a particularidade, desenvolvida adiante, de que a prática editorial da Eva se desviava deste mundo - a raridade amplifica o seu valor hermenêutico.

A última Dimensão, História da Empresa Jornalística, é uma ferramenta criada com o propósito de auxiliar a investigação, no que se reporta ao enquadramento institucional já desenvolvido. Ganhou profundidade, dado o conteúdo encontrado ao longo das leituras exploratórias, por permitir não só constituir sequências de acontecimentos e identificar figuras intervenientes, como também deslindar o discurso identitário da revista, entre outras dimensões da sua visão teleológica e funcional, nomeadamente pormenores da dinâmica de gestão interna.

Como se expôs anteriormente, a simbologia e discurso de influência católica permeavam a sociedade portuguesa, estando presentes nos mais variados âmbitos comunicacionais. Este é o mote para apresentar o primeiro Fundamento, o Religioso, que usufrui de uma presença largamente implícita, por se encontrar a montante das linhas de raciocínio que pautam as mensagens veiculadas. A Eva partilha, em larga medida, a matriz católica, pedra basilar da ideologia de Estado, pelo que esta norteia incursões aos assuntos de moralidade, usualmente subentendida em questões

linguísticas e corporizada em Fundamentos doutra índole, tal a sua assimilação pelos agentes que a produzem e recebem. Esta influência denota-se, entre outras práticas, na utilização em expressões típicas do léxico português, como " Queira Deus que..." e na frequência com que se apresentam biografias de sorores e outras personagens clericais.

Porém, sublinha-se que esta vertente implícita não se regista para efeitos de análise de conteúdo, por falta de especificidade, ou porque não constituem discurso sobre a condição feminina. No *corpus* considerado, o discurso recorre à referência de figuras, acontecimentos e ensinamentos bíblicos para validar as afirmações postuladas, mormente através de recursos estilísticos como a analogia. Também é comum o elogio da religiosidade ou fé de uma individualidade, como componente da sua virtuosidade. Todavia, foram incluídas algumas peças de pendor diretamente religioso, como reportagens sobre Fátima, cujo destaque comprova a apologia do catolicismo - esta é, pela própria natureza axiológica, uma tendência que importa para este trabalho.

Sobre o Fundamento Familiar, importa clarificar que é assaz variável nas suas formulações. Isto deve-se ao facto de, por um lado, dizer respeito a uma convenção mental continuamente reconstruída. Tal não significa que existe total uniformidade nas convenções mentais sobre a questão familiar: existem pontos de contacto estruturantes destas convenções, havendo lugar a reinterpretações diversas. Ou seja, embora existam regularidades no entendimento desta Dimensão, são-lhe inerentes flutuações temporais, autorais e contextuais.

Uma vez que a Eva enfoca temáticas eminentemente quotidianas, assentes numa moral prática e mundana, o Fundamento Familiar é a base justificativa para o papel da mulher na estrutura familiar, relativamente ao qual a generalidade das perspetivas presentes na revista coincidem com o estipulado pelo regime político. Neste sentido, recorde-se, o discurso é o de encorajamento do trabalho doméstico, apoio conjugal inabalável, completa dedicação ao bem-estar e educação dos filhos. Também serve, por outro lado, de alento a esse estilo de vida que requer um grau de resignação. Embora, este encaminhamento doméstico-familiar radicasse na ideia da sua inferioridade natural, cientificamente legitimada, a retórica da revista, bem como a dos órgãos políticos não é frontalmente minorante. Pelo contrário, glorifica-se a aspiração conjugal e maternal,

com recurso a um ideário naturalista que as como os mais louváveis elementos do percurso feminino.

Existem diversos pontos de contacto entre este Fundamento Familiar e argumentários de origem religiosa, uma vez que a moral prática do catolicismo antecede a construção social desta moral, da mesma maneira que existem traços de ordem consuetudinária, que se passam a explicitar, através do Fundamento Tradicionalista.

Com efeito, o Fundamento Tradicionalista aplica-se a incursões discursivas que revelam resistência à mudança social, defendendo relativa imutabilidade das dinâmicas e estruturas sociais dominantes. Neste sentido, pode considerar-se o Fundamento Familiar uma vertente específica do Tradicionalista, na medida em que o primeiro resulta da manifestação do segundo no âmbito de uma instituição social específica. Por esta razão, o Fundamento Tradicionalista aplica-se a casos de teor lato, recorrendo-se, quando possível, ao enquadramento dos conteúdos em Fundamentos mais específicos, podendo ser cooptados quando o texto a tal se presta.

O Fundamento Intelectual aplica-se a ocasiões nas quais são empregues estruturas argumentativas de ordem científica ou intelectual, validadas no seio de instituições académicas. A utilidade desta categoria prende-se com a possibilidade de destrição da origem dos discursos argumentativos, na medida em que a invocação de legitimidade científica se reporta a uma intenção objetiva, por oposição aos argumentos assentes em estruturas morais que são, em essência, variáveis (recorde-se que o Estado Novo recorre a uma perspetiva unanimista relativamente a estas questões).

No Fundamento Nacionalista inserem-se as questões ideológicas que têm por base a defesa da superioridade da nacionalidade portuguesa, conducente a uma forte relação identitária com um sentimento coletivo de pertença nacional. Demonstra-se nos meandros de um discurso glorificador que recorre, por exemplo, à exaltação das suas virtudes culturais, na forma de identificação de uma "alma portuguesa", panegírica referência a traços culturais que se crê serem partilhados dentro do grupo identitário. Assim, também se enquadram neste âmbito louvores a representantes denotativos destas características, como figuras históricas, líderes políticos e artistas.

O Fundamento Essencialista diz respeito ao enquadramento de uma "essência feminina". De contornos pouco nítidos ou uniformes, esta essência reporta-se a um

conjunto de abstrações associadas ao género, traços de personalidade que não requerem enunciação, visto que os autores pressupõem que são concepções partilhadas. O Fundamento ganha assim contornos ambíguos, sendo aplicável em diversas instâncias, por vezes contraditórias, como a submissão e emancipação. Esta plasticidade permite, inclusive, efetiva coabitação das duas vertentes num mesmo segmento textual, pelo que não faz sentido a subcategorização do Fundamento. Em termos analíticos, opta-se pela interpretação conjugada com a Dimensão em que se insere, casuisticamente. Embora se corra o risco de complexificar a análise do discurso, o resultado final torna-se mais interessante, na medida em que espelha com maior fidelidade características próprias do pensamento humano, como a incoerência e a ambivalência.

Para terminar, apresenta-se o Fundamento Igualitário, elemento fundamental na análise evolutiva do discurso. Situando-se no âmbito de uma concepção igualitária entre as capacidades de homens e mulheres, nomeadamente intelectuais e laborais, a sua prevalência em certos períodos temporais, em textos de autores particulares ou sob determinada alçada editorial, são importantes pistas acerca do posicionamento da revista. Ademais, também são relevantes as áreas para as quais se recorre a este tipo de entidade legitimadora. Assim, o Fundamento Igualitário é uma categoria de considerável relevo para o trabalho interpretativo desenvolvido.

Parte II – O Discurso de Eva

2.1 - História da Empresa Jornalística

O trabalho das organizações, principalmente em áreas perpassadas pela subjetividade, como a comunicação social, é reflexo combinado dos indivíduos que as compõem, conjugando uma infinidade de elementos como as suas crenças, ideologias, motivações, dinâmicas interpessoais e posições relativas na hierarquia funcional. Esta História da Empresa Jornalística tem como objetivo levantar o véu sobre as especificidades da Eva: Jornal da Mulher e do Lar a este respeito, recorrendo a três vetores de exame:

Em primeiro lugar, o enquadramento social, abordado através das relações institucionais externas e a notas biográficas relevantes, com o objetivo de descortinar relações sociais, ou um tipo de capital social, e assim aclarar quais os posicionamentos dos membros da organização.

De seguida, sob forma de cronologia, os ensejos marcantes para a revista, no período em evidência, que moldaram as suas dinâmicas internas e perceção externa.

Por fim, com base nestas apreciações, faz-se uma leitura da cultura organizacional, a partir da constatação de uma especificidade na disposição hierárquica da revista que, embora fosse de divulgação exígua e difusa, pode ser apreciada com recurso às ferramentas analíticas sobre poder simbólico, aplicadas às amostras de discurso identitário que surgem nas páginas da revista.

2.1.1 - Enquadramento Institucional: vetores da prática jornalística

A título introdutório aponta-se a relação da Eva com o grupo editorial que a detinha inicialmente, a Empresa Nacional de Publicidade, vertente muito relevante para a análise dos anos fundacionais da revista, até 1939. A este nível, existe cumplicidade observável com o Diário de Notícias, principal divisa do grupo, que não só serviu de plataforma de lançamento da revista, como também foi impulsionador da campanha social mais abrangente em que a revista participou, a de combate ao analfabetismo, em 1931. A Eva demonstrou grande empenho na mesma, dedicando-lhe cinco extensas

crónicas em primeira página, assinadas por personalidades reconhecíveis, cada qual com expondo uma abordagem própria à questão.¹²

Em "Imprensa e Opinião Pública em Portugal" (2006), José Tengarrinha refere-se ao Diário de Notícias como o jornal que desencadeou a despartidarização do setor jornalístico em Portugal, durante o século XIX (também Pinto, 2010), considerando-o, todavia, conservador e afeto aos poderes vigentes, sob uma máscara de imparcialidade. Apelida-o, na relação com o Estado Novo, "servil" (p.61) e até "órgão oficioso do regime" (p.214), afirmação para a qual certamente contribuirá a publicação das já mencionadas entrevistas de Salazar a António Ferro, à data jornalista daquele órgão.

Este dado permite começar a deslindar alguma conformidade política da Eva, patente além da cooperação entre os dois órgãos. Com efeito, as relações sociais das pessoas envolvidas podem ter influência, ainda que discreta, na produção do discurso do periódico. Ou, inversamente, os posicionamentos que estão na origem do discurso podem cimentar afinidades interpessoais e políticas.

Sabe-se da manutenção de relações amicais entre o pessoal da revista e o do jornal, informação suportada por trechos da primeira, como o relato de uma excursão do Diário de Notícias, em 1930, distinguida como momento de grande camaradagem e recordação - a viagem foi organizada por Carolina Homem Christo, futura diretora, também contando com a presença de António Ferro.¹³ Com efeito, existem algumas menções a Ferro na revista, sendo-lhe tecidos rasgados elogios, por ocasião de um artigo escrito em 1931, em defesa da ereção de um busto de Florbela Espanca, e da crítica a uma peça de teatro de sua autoria, em 1932, embora as considerações sobre a obra fossem negativas. Existe ainda uma subtil referência a esta conexão em 1935, depois da sua ascensão como principal propagandista do regime, apresentando-se uma fotografia sua na companhia de Fernanda Castro (sua esposa e colaboradora assídua da

¹² Quanto aos assuntos relacionados com a Educação, a revista foi sendo regularmente interventiva, configurando um âmbito de ação que pode ser entendido como concordante com a ideologia de Estado, uma vez que caberia à mulher a educação dos filhos. Tal visão está presente, aliás, na representação feminina à Assembleia Nacional e à Câmara Corporativa, diminuta mas maioritariamente enquadrada em comissões vocacionadas para a componente educacional da ação política.

¹³ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=ivcueSttnRA> [consultado a 19/9/2017]

Eva) e de Helena Roque Gameiro (antiga diretora e, à data, ilustradora habitual), aquando da estreia da peça "As Pupilas do Senhor Reitor", encenada por Leitão de Barros, irmão e marido de duas outras colaboradoras recorrentes. Inicia-se assim o traçado de um quadro relacional direto entre a redação da revista e as altas instâncias do regime, aprofundado ao encetar uma pesquisa prosopográfica sobre as mais destacadas protagonistas da publicação, a que se dedica um subcapítulo posterior.

A Eva anunciava-se como sendo a revista feminina de maior tiragem nacional, afirmação que é difícil comprovar. A já mencionada tiragem média de 18 mil exemplares é indicativa de uma expansão considerável, principalmente ao relembrar a existência de somente 25 mil mulheres cujo grau de capital escolar as tornaria aptas à fruição da revista. Por forma a apelar a tão vasto público, a revista focava-se em temáticas muito diversas, com enfoque em modas e sociedade (registo próximo ao da atual imprensa "cor-de-rosa", principalmente a partir de 1935: notícias de Hollywood, alguns eventos sociais nacionais), mas sem desconsiderar as lides domésticas, o cuidado com a cosmética e a literatura leve. Paralelamente, dinamizava sorteios, concursos e outras iniciativas de captação e participação de público. A edição de Natal era o pináculo disto: mais extensa, colorida e oferecendo prémios sorteados de valor avultado, incluindo casas e carros, dependendo da situação financeira.¹⁴ Posteriormente esmiúça-se a iniciativa paralela que mais relevo apresenta para a temática orientadora desta dissertação, que é a dinamização da Escola Técnica de Donas de Casa, uma campanha de sucesso que contou com várias edições.

Retomando a temática da Censura, é chegado o momento de especificar os trâmites da relação entre este mecanismo repressor e a Eva. Ao percorrer as edições da segunda, encontra-se somente uma referência vaga, num comentário do subdiretor da primeira, capitão Alfa Nozes, a propósito do vigésimo aniversário da revista "É certo

¹⁴ Tânia Gomes (2011) informa que o número de Natal era a principal fonte de rendimento anual da revista, que permitia a sua subsistência, tal como revelado Carolina Homem Christo em carta a Bissaya Barreto.

que por vezes se zanga. Não lhe agrada a nossa... colaboração. Mas tudo passa. Questões de senhoras vizinhas" (1945, 879, p.52)¹⁵.

No sentido de perceber o significado desta afirmação, cujas implicações podem ser vastas, e de compreender o grau de adesão da revista às diretivas políticas, vertente diretamente relacionada com o ponto seminal de pesquisa, analisaram-se os arquivos dos Serviços de Censura sobre esta, localizadas no diretório do Secretariado Nacional de Informação, na Torre do Tombo.

A maioria das entradas no cadastro da Eva reportam-se a imoralidades presentes em contos, cuja origem não é esclarecida - se gráfica, religiosa ou consuetudinária, por exemplo. Por duas vezes a revista publicou matéria assinalada para corte, tendo sido multada à segunda, com a justificação de incompetência do funcionário responsável pela recolha dos exemplares revistos. Grande parte da matéria censurada teve motivação política, como a publicação de textos sobre a URSS (cuja menção era incómoda ao Estado, dado o carácter anticomunista) e, em tempo de guerra, trechos considerados "anti-neutrais", contrariando a posição oficial do regime. Curiosamente, regista-se que "Por ofensiva a Mussolini, foi cortada passagem de uma crónica", em 1944, sem referência ao estatuto convocado nas outras instâncias¹⁶

É durante o mesmo 1944 que se registam três entradas de relevo para a temática presente, relativas a uma iniciativa que encoraja a reflexão sobre a condição social da mulher. Já em 1947, surge resistência da Censura a outro caso do género, desta vez

¹⁵ Opta-se por esta formulação para a citação das páginas da revista, por se considerar que a referência autoral é menos relevante do que o número, nestas circunstâncias. a haver autor identificado na revista, também o é no corpo do texto. Desta forma, mantém-se a importância ao contributo individual, permitindo situar o discurso na evolução da revista, de forma próxima aos cânones da norma de citação.

¹⁶ A propósito da questão censória e da guerra, é relevante mencionar a Crónica de Londres de Novembro de 1945, por Irene Gorska, na qual a repórter celebra o facto de, pela primeira vez em 5 anos, não ter de submeter o texto à censura (de guerra) inglesa, cuja necessidade compreende mas cujo fim é motivo de júbilo. A inclusão deste texto comemorativo poderá ter interpretações, sendo que a mais segura é, provavelmente, a de que residem descontentamento e crítica na ironia de celebrar o fim de uma censura, de cariz conjuntural, numa publicação sujeito a censura estrutural - não terá sido interpretado dessa forma pelos censores, visto que não há referência a este episódio nos registos.

contendo crítica mais direta ao Estado. Eventualmente, mesmo as peças cortadas na sua totalidade foram publicadas, depois de alterada. Para desventura desta pesquisa, não foram anotados os números referentes, na compilação do cadastro mas, não obstante este obstáculo à clareza da exposição, as passagens são esclarecedoras:

1944- Um inquérito que esta revista se propôr [sic] fazer, ouvindo opiniões sôbre o trabalho da mulher, foi completamente cortado, porque essas opiniões quasi sempre a incompreensão do verdadeiro papel da mulher e tendentes a desfazer a família

1944- A umas entrevistas sôbre, se a mulher deve ou não trabalhar, foram cortadas algumas partes pelos conceitos que fazia para o após-guerra e pela dureza da vida social, digo, da vida actual

1944- A entrevista com o Dr Bento de Jesus Caraça, sôbre o direito da mulher ao trabalho, foram proibidas pelas afirmações doentias que fazia, como seja "O trabalho deve ser a única fonte criadora de direitos", "...existem imperfeições no estado de organização social que se deve alterar", "A mulher deve ter grande liberdade de escolha no trabalho como o homem", "A guerra trará mais liberdade... e mais modificações na vida da mulher"

1947- Artigo muitíssimo longo intitulado: inquérito à professora primária foi complementemente cortado pela sua feição ultra derrotista: tudo é mau, tudo carece de remodelação, tudo falta...

1947- O artigo "O problema das professoras primárias" foi em grande parte cortado nos capítulos "Ordenado e Assistência" porque as sugestões que apresenta são inacreditáveis e se a sua publicação fosse autorizada concorreria para formar um ambiente sem realização

Desta exposição, conjugada com a declaração de Alfra Nozes, se depreende que a Eva incorria em irregularidades, geralmente menores, de forma pontual e que a relação com a Censura se mantinha pacífica, na medida em que a revista tanto respeitava as indicações dadas por aquele órgão como levava a sua avante, acabando por obter anuência para a publicação da matéria a que se propunha.

2.1.2 - Breve Prosopografia: quadro referencial da redação enquanto contexto de confluência social

Por razões de enfoque temático, afigura-se como pertinente que a este respeito o trabalho obedeça a duas diretivas: a restrição de personalidades, ou cujos textos tenham sido alvo de escrutínio, ou cuja relevância no seio da revista enquanto organização seja notória, pela sua regularidade ou pelos cargos ocupados; e a economia no que toca à extensão da referenciação, de modo a que não se incorra no erro de (sobre)fulanizar a análise, mantendo presente que a publicação dos textos depende da concordância de um corpo dirigente, responsável pela visão estratégica e holística do discurso veiculado, ou seja, pela sùmula da mensagem transmitida.

De qualquer modo, reitera-se a importância deste registo no sentido de enriquecer a leitura analítica do ponto de vista sociocultural. A este respeito, tendo por base uma noção dos campos culturais no qual se movimentavam os colaboradores da Eva - o literário, o pedagógico e o ativista - foram consultadas fontes historiográficas cujo trabalho de consolidação histórica foi de tremenda utilidade, dada a escassez de fontes sobre alguns destes indivíduos e a dificuldade inerente ao esforço de identificação fidedigna, nalguns casos. Por outro lado, dada a debilidade da ficha técnica da revista, não se pode afirmar com certeza que não existem personalidades determinantes para a sua concretização que sejam olvidadas desta vertente analítica, pelo facto de os seus contributos não serem assinados, ou a historiografia não os mencionar - reforça-se a questão da desfulanização, dado que a autoria da grande maioria dos excertos sujeitos a exame não estava identificada. Apresenta-se de seguida o resultado do exercício, por ordem aproximadamente cronológica da sua inclusão na História da Empresa Jornalística.¹⁷

A primeira diretora da Eva, Helena de Aragão, distinguiu-se enquanto jornalista e escritora. Tendo colaborado com várias publicações, saiu da Eva para dirigir a Fémina,

¹⁷ Com o intuito de não prejudicar a legibilidade do trecho que se segue, avança-se que, as fontes para o exercício prosopográfico que se segue foram (excluindo Irene Gorska e as entradas subsequentes): Dicionário no Feminino, dirigido por Zília Osório de Castro e João Esteves (2005), Dicionário de Educadores Famosos, dirigido por António Nóvoa (2003), O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: A Principal Associação de Mulheres da Primeira Metade do Século XX, tese de mestrado de Rosa Correia (2013), Da edição de guias para a mulher e ensaios sobre a condição feminina durante o Estado Novo, tese de mestrado de Sónia Pereira (2014), Dicionário de mulheres célebres, por Américo Lopes de Oliveira (1981).

outra revista feminista cuja retórica assentava numa entidade agregadora, por vezes em tom esotérico, assumindo-se como "lar espiritual" (Castro e Esteves, 2005, p.339).

Maria de Cabêdo, escritora madeirense, com direito a secção regular no Diário de Notícias do Funchal, escreveu, no início dos anos 30, a Crónica Feminina, na Eva. Durante esta década, também colaborou na Portugal Feminino.¹⁸

Virgínia de Castro e Almeida escrevia no âmbito da literatura infantil e pedagógica, mas também romances mais maduros. Originária da aristocracia e nacionalista, considerada não feminista, dado o desdém pelas suas colegas de profissão, alinhava-se com os ideais do Estado Novo, tendo-se correspondido com Salazar, criticando a propaganda inglesa em 1942 e escrito obras de doutrinação dos valores e da visão do regime sobre o passado nacional, colaborando com o Secretariado de Propaganda Nacional.

Sara Beirão, cuja contribuição para a Eva se ficou essencialmente pela redação de contos, notabilizou-se como dirigente e figura de proa do CNMP, bem como distinta representante das artes femininas nacionais no Brasil. Também contribuiu para Portugal Feminino.

Teresa Leitão de Barros, professora de liceu de extensa carreira. Escreveu quase todos os editoriais da Portugal Feminino, denotando posições nacionalistas e moralmente próximas às do regime, que se confirmaram ao escrever nas revistas editadas pela Mocidade Portuguesa Feminina, cuja fundação já tinha elogiado no editorial que assinava. De maneira algo oposta, também era sócia do CNMP, associando o trabalho intelectual à causa feminista, o que lhe valeu a apreciação de Elina Guimarães. Todavia, é-lhe apontando maior empenho na Portugal Feminino do que na

¹⁸ Revista mensal, iniciativa privada de Maria Amélia Teixeira, sócia do CNMP, diretora de reconhecido capital cultural e comprovado capital financeiro. Houve estreita proximidade entre a Eva e Portugal Feminino, desde que esta saudou a existência da primeira logo no seu número inaugural, que se concretizou com a abundante sobreposição de colaboradoras, sendo que na Portugal Feminino não existiam homens. Publicação de objetivos e ideário flutuantes, "tinha partido com um certo ideário feminista que, progressivamente, ia sendo camuflado, quer pela participação de não feministas na revista, por exemplo, Marta Mesquita da Câmara e Maria Cândida Parreira, quer pelas que o eram assumidamente, irem subvalorizando tal facto no que escrevem, optando pela escrita de páginas de literatura ou poesia, onde não denotavam qualquer espécie de feminismo" (Castro e Esteves, 2005, p.816)

Alma Feminina, boletim do Conselho, possivelmente por razões de ordem ideológica, assumidamente divergente. Foi ainda uma das contempladas na Exposição das Mulheres Portuguesas, em 1930.

Gabriela Castelo Branco, reconhecida poetisa e concertista de piano, publicou vários dos seus poemas na Eva, aos quais se juntaram crónicas sobre cultura estrangeira e geral. Colaborou com diversas outras publicações, tendo escrito sobre feminismo na Portugal Feminino e, no seio do CNMP, dinamizado a área propagandística, em 1944. A sua obra esteve representada na infame Exposição de Livros Escritos por Mulheres, em 1947, que marcou o fim do CNMP, por intermédio do regime.

Emília de Sousa Costa foi outra autora que se movimentou fundamentalmente no seio da literatura infantil, mas que também se debruçou sobre uma teoria da prática do feminismo, lamentando o denegrimento dos seus valores através de aceções pouco ponderadas, naquilo que era o seu entender da luta pela emancipação. Nesta senda, manteve como preocupação fulcral a função tradicional da mulher, no seio doméstico, sobre a qual escreveu guias e construiu pensamento favorável. Foi fundadora da Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino e sua delegada no CNMP, desde 1914. O seu nome também figurou na exposição das Mulheres Portuguesas de 1930.

Maria de Carvalho (Ferreira), profícua escritora e jornalista, traço que se comprova pela frequente aparição nas páginas da Eva, durante todo o período consultado, aparenta ter um percurso conturbado: aos 18 anos, foi publicada n'A Semeadora, parte da Associação de Propaganda Feminista. Por oposição, aos 30 foi considerada pelo CNMP como "intransigente antifeminista", pelo conteúdo dos seus escritos e por declarações ao Diário de Lisboa. Finalmente, aos 32, louvou o feminismo no nº325 da Eva, escrevendo sobre a princesa Ema da Turquia. Também contribuiu para a Portugal Feminino.

Graciette Branco, outra profícua criadora de literatura para crianças, tornou-se conferencista no âmbito das missões culturais do Secretariado de Propaganda Nacional.

Fernanda de Castro, cuja biografia é automaticamente assomada pelo seu casamento com António Ferro, com quem colaborou assiduamente, partilhando a convicção salazarista, construiu obra individual diversa, que conta com o desenvolvimento dos primeiros Parques Infantis Portugueses e extensa obra literária e pedagógica. Foi outras das colaboradoras partilhadas entre a Eva e a Portugal Feminino.

Aurora Jardim Aranha, ou somente Aurora Jardim, ou Fanfreluche, ou Auronanda, escrevia a Crónica do Porto na Eva, entre vários contos e crónicas de costumes. Colaborou noutras publicações, escreveu alguns romances e foi representante no Porto da revista Portugal Feminino.

Helena Roque Gameiro, filha do reputado pintor, dirigiu a Eva durante um breve período a solo, tendo-se-lhe associado nessas funções a irmã mais nova, Maria Emília. Posteriormente, ambas continuaram a colaborar com a revista, particularmente como ilustradoras, à semelhança da irmã mais velha Raquel (Ottolini). Helena era casada com o cineasta José Leitão de Barros, o que faz dela cunhada de Teresa Leitão de Barros.

Aurélia Borges, que assinou sob o pseudónimo de Ana Maria Rey o inquérito sobre as professoras, notabilizou-se na publicação de textos sobre Florbela Espanca, de quem era amiga. Colaborou em diversos periódicos, dos quais se destaca o Pensamento, de feição socialista, que durou até 1940 e que contou com a colaboração de distintas figuras da luta pela emancipação da mulher, como Elina Guimarães e Maria O'Neill.

Sobre Irene Gorska, é sabido o que foi comunicado na Eva no momento da sua apresentação. Refugiada de guerra polaca, viajou pela Europa fora, tendo chegado a Lisboa e encetado contacto com a revista, que a contratou como enviada a Londres, a partir de onde começou a escrever a Crónica de Londres, que dava conta do ambiente da cidade naquele período singular. Findo o conflito, o trabalho continuou, mais direccionado para a crónica de costumes.

Renée de Charmoy, também apresentada nas páginas da revista, era casada com um diplomata francês residente em Lisboa. Fazendo uso do seu conhecimento em primeira mão de diversas culturas, dada a profissão do marido, iniciou o seu trabalho na Eva com As mulheres e o mundo, um espaço no qual se dedicava a descrever a cultura de um país, diferente a cada edição, e as condições de vida das mulheres nesse contexto. Findo esse assunto, passou a assinar peças de índole variada, amiúde sobre moda.

António Homem Cristo, filho de Carolina, como consta da sua certidão de nascimento, destacou-se enquanto fotógrafo e repórter, enviado com Rogério para levar a cabo trabalhos de destaque no seio da revista, como reportagens dedicadas a confortar os expedicionários de guerra, mostrando-lhes a vida da família nas terras natais destes.

A identidade de Rogério nesta pesquisa permaneceu incógnita até à leitura de "Um teatro com sentido: a voz crítica de Manuela Porto" (Marques, 2007), onde é

identificado como o pintor e escritor Rogério de Freitas e figura da oposição ao regime. A sua inclusão neste âmbito específico da dissertação deve-se à notória rapidez da sua ascensão ao lugar de repórter principal, e homem de confiança de Carolina Homem Christo, dado que está patente nas edições do fim da década de 40. Com efeito, é o autor de algumas peças de relevo para a análise e de diversas outras cuja leitura foi essencial no sentido de apurar as dinâmicas de funcionamento da redação da revista. Ingressou na Eva aquando do seu regresso de Paris, onde estudou pintura, tendo vindo a ocupar o cargo de chefe de redação durante 20 anos (Público, 2001). Durante o período histórico em foco nesta pesquisa, produziu algumas ilustrações e um grande número de reportagens e crónicas (razão para a dedução sobre a sua influência interna). Não foram encontrados dados que permitam determinar o seu posicionamento perante o regime, nesta altura. Porém, sabe-se que fez parte da Comissão Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão¹⁹, coletivo cujo título é indicativo do propósito e que se notabilizou durante o Marcelismo, e ainda que assumiu um papel preponderante no debate, pós-revolução, sobre o controlo dos media, a favor da diversidade de opinião, através do Jornal Novo (Gomes, 2013).

Manuel do Nascimento, que na Eva se notabilizou pela realização do inquérito sobre a condição laboral feminina, é relembado como um escritor da vaga neorrealista, fortemente conotado com a resistência comunista, enfocando no seu trabalho os constrangimentos sociais que cerceavam diferentes grupos, em particular a classe mineira. Não tendo integrado nenhum corpo redatorial, colaborava ocasionalmente com diferentes publicações periódicas.²⁰

Manuela Porto foi declamadora, escritora, jornalista, ativista feminista e oposicionista ao Estado Novo. Fez parte do Movimento de Unidade Nacional Antifascista e foi Vice-Presidente do CNMP entre 1946 e 1947. Não se registam contributos identificados na análise discursiva, tendo assinado mais peças relacionadas com o comentário cultural e artístico. Todavia, enquanto parte da redação e direção da

¹⁹ Do arquivo pessoal de José Pacheco Pereira <https://ephemerajpp.com/2017/06/13/comissao-nacional-de-defesa-da-liberdade-de-expressao-2/> [consultado a 19/9/2017]

²⁰ Ver <http://manueldonascimento.net/> [consultado a 19/9/2017]

Eva entre 1947 e 1950 (Marques, 2007) esteve sem dúvida envolvida no processo de estruturação do seu discurso.

A última referência faz-se a José Cardoso Pires, o insigne escritor, que foi redator da Eva desde 1949 (A Página da Educação, 1998), o mesmo ano em que publicou o primeiro livro, "Os Caminheiros e Outros Contos", retirado de circulação pela Censura. A presença, na redação da revista, de um autor indesejado pelo regime, no fim do período em análise, pode ajudar a explicar algumas tendências que se entreveem em termos de (não) alinhamento político.

Conclusivamente, há que assinalar que muitas colaboradoras da Eva figuram nas entradas do "Dicionário no Feminino", dado que indica a sua distinção individual à época, ideia que se adensa ao verificar que as entradas de algumas delas vão para além de uma curta referência biográfica, desenvolvendo-se frequentemente em considerações alargadas sobre o seu posicionamento ideológico e contributo literário. A revista era, então, espaço de reunião de mulheres dedicadas à produção cultural e reconhecidas enquanto tal. Na mesma obra, em muitos destes casos, sublinha-se o feminismo das visadas devido à defesa acérrima da instrução feminina, por parte de autoras como Teresa Leitão Barros, sendo depois ressalvado, no que toca a outras questões, como um posicionamento intermédio, não vinculado à conceção generalizada da luta feminista.

2.1.3 - Hierarquia e Poder Simbólico: uma timoneira carismática

O leitor atento terá notado a ausência da biografia fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais operantes no interior da redação, a da personalidade cujo cunho individual ficou indelevelmente marcado no discurso da revista, Carolina Homem Christo. Opta-se por apartar esta entrada devido à sua natureza diferenciada - as restantes têm a virtude de permitir construir uma imagem mental das origens do discurso, através do cruzamento de influências, ao passo que a desta diretora, editora e breve proprietária, representa a génese de um pensamento individual que, ao longo da sua evolução, se refletiu no discurso, através da seleção de ideários que o enformam enquanto prática simbólico-ideológica. A grande dedicação que pauta o percurso de Carolina justifica que se assuma a sua preponderância na tomada de decisão.

A partir do registo que os funcionários da Eva utilizam para se referir a esta diretora, é possível estabelecer um paralelismo²¹ entre a sua figura e a de Salazar. Ambos encaram a função dirigente através da proximidade e fiscalização atenta de todas as vertentes. O Estado Novo é indissociável de Salazar, sendo um o reflexo do outro, como Carolina Homem Christo da Eva. Nenhum dos dois era responsável único pelas iniciativas tomadas, mas a sua anuência era fundamental e a presença constante, o que gera reverência daqueles sobre o seu comando. Exemplo claro desta dinâmica, na redação da Eva, é a edição de julho de 1942, nº846, na qual os funcionários fazem questão de salientar a ausência da diretora, de visita aos expedicionários nas regiões insulares, ao apresentar uma edição que a surpreenda. Esta iniciativa é demonstrativa da proximidade da diretora, que de outro modo estaria ciente de todos os processos, e resulta num número cujo registo é mais descomprometido, funcionando como pequena chalaça interna e homenagem a uma personalidade claramente admirada pelos seus companheiros - tal como Salazar, dentro dos círculos situacionistas.

A origem social é terreno fértil para a compreensão desta figura. Filha de Francisco Homem Christo, reputado panfletário de relações volúveis, mas em última instância próximo do regime (foi professor universitário durante a 1ª República, abandonou funções por desacordo com o corpo docente, mas acabou por ser reintegrado sob a chancela autoritária, no fim da Ditadura Militar). Diz o seu perfil no site da Universidade do Porto, em cuja primeira versão lecionou, "Descrito pelos seus conterrâneos como figura de personalidade reacionária e extremamente volátil, encetou, ao longo da vida, diversas polémicas com figuras de diferentes fações políticas e culturais, incluindo o próprio filho, Homem Cristo, filho, jornalista com projeção internacional e amigo pessoal de Mussolini" (Universidade Digital, 2008).

²¹ Certamente controverso, como qualquer símil com uma figura histórica *non grata*, através de uma falácia maniqueísta que só permite este tipo de comparação se for insultuosa, quando pode ser lisonjeira, essencialmente neutra, centrando-se no aspeto analítico, como a que aqui se faz. Tal tem resultado pernicioso, dado que abre portas a um falseamento da consciência histórica coletiva e de perda de eficácia no debate histórico-político. Parece-me essencial este apontamento pessoal, na medida em que esta lógica norteia a investigação, no sentido da maior aproximação possível à objetividade, sem desconsiderar a inevitabilidade da subjetividade nesta área de trabalho.

Do que foi possível apurar e deduzir, também a partir das referências feitas a eles no seio da própria Eva, o irmão e o pai de Carolina foram ambos figuras muito influentes no seu pensamento, e o reconhecimento público das figuras de ambos uma preocupação pessoal. Sob a sua alçada, a revista publicou as seguintes peças de registo destoante com o resto do *corpus*, todas escritas com uma roupagem de distanciamento e imparcialidade, como se tratassem de personalidades sem qualquer tipo de conexão com a revista: em 1933, um relato da homenagem prestada por Mussolini ao irmão, aquando da sua morte, que ocorrera em 1928; em 1938, o relato da homenagem prestada ao pai pela Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, caracterizando-o como eminente jornalista; em 1943, o obituário do pai; em 1948, um texto em memória de Homem Cristo, filho, num registo laudatório de Mussolini, juntando anacronismo à excentricidade do tipo de texto, no âmbito da revista.

Um certo tom reacionário, possivelmente inspirado no pai, sobressai dos seus escritos, na medida em que, até exercer crítica política (pública) ao Estado Novo, o faz de forma branda, como sugestão de melhoria, esforçando-se por evitar um tom de afronta - muito provavelmente por reconhecer a influência pública da sua posição, não querendo nem melindrar o poder político, nem encorajar o descontentamento perante este, à falta de confiança numa alternativa. Embora o pai se prestasse a retórica muito mais inflamada, pode associar-se isso à época política, na medida em Carolina se dirigia a um sistema político consolidado e ele próprio reacionário, enquanto que o pai se insurgia perante uma monarquia decadente ou uma república em permanente convulsão.

Esta proximidade é coadjuvada se substituirmos a adjetivação política por uma caracterização mais relacionada com a personalidade: a postura do pai, irredutível nas suas ideias e insubmisso quando coagido, reflete-se na percurso que a filha fez na revista. Para além da resiliência na publicação de conteúdos a que a Censura inicialmente franzira o olho, o exemplo paradigmático é o desenrolar do ano de 1939, no qual, com grande custo pessoal, anímico e financeiro, debela a ameaça do fecho do projeto através da sua aquisição, dando-lhe nova roupagem. Para esta a durabilidade desta sobrevivência, era fundamental o sucesso da edição de Natal, na qual se planeava um sorteio com prémios de valor muito avultados, que o Ministro do Interior não autorizou. Tal contratempo impeliu Carolina a consultar o seu médico e amigo pessoal,

Bissaya Barreto, solicitando que fizesse uso da sua influência junto da tutela - o que não surtiu efeito.

No ano seguinte, após nova contrariedade com a mesma origem, escreve a Barreto uma missiva na qual não se coíbe de apelidar o Ministro de "cabeçudo e ultra-estúpido" (Gomes, 2011), demonstrado a irreverência e irredutibilidade paralelas às do pai, para além de um acentuado descontentamento com o sistema de governação, nomeadamente a legislação, o que ajuda a explicar a ligeira inflexão na adesão da revista às diretivas do Estado Novo, nomeadamente no campo político, ao quebrar a postura neutral perante o conflito mundial, alinhando-se claramente com os aliados, mesmo sem menção direta e explícita, mas com uma grande focagem nos seus esforços.

Curiosamente, este posicionamento representa um desvio do referencial mais comum da Eva, sob a direção de Homem Cristo, um período em que se tornaram comuns as referências ao mundo da política, de entre as quais menções elogiosas, mesmo que de forma implícita, a Mussolini, inclusive aquando da homenagem a Homem Cristo, filho. É inevitável não adicionar esta questão ao quadro analítico geral, em particular dada a intimidade entre o irmão de Carolina e o líder fascista, resultando na assunção de adesão desta diretora aos ideias de Il Duce, que se sustenta adicionalmente pela difusão que a Eva foi fazendo de valores por ele postulados, com incidência particular nos pensamentos sobre a condição feminina.

Posto isto, há que considerar que o percurso e o pensamento de uma pessoa não se esgotam somente nas influências daqueles que lhe são próximos. Carolina Homem Cristo desde cedo assumiu responsabilidades, tendo colaborado com o periódico O Povo de Aveiro e dirigido o suplemento feminino d'O Século (Castro e Esteves, 2005). Não se apuraram ao certo as suas funções no Grupo Diário de Notícias (posterior Empresa Nacional de Publicidade), que terão sido relevantes, visto ter sido a organizadora da já referida excursão dos funcionários superiores, em 1930.

Em 1931, regista-se a primeira aparição do seu nome na Eva, assinando um conto. Depois de assumida a sua identidade ao leme, em 1933, nota-se um protagonismo encapotado, na medida em que o tom da revista se alterou nas vertentes já descritas, com nuances de maior exposição no caso de Maria do Sol, que se documenta adiante. Subsequentemente, depois de assumir também a edição, em 1939 começa a explicitar-se

a sua centralidade, principalmente nas reportagens são sobre as suas viagens: ao Brasil, em 1940, em representação da empresa proprietária da publicação, cuja cobertura realça o enorme apreço que a população local tem por ela, sendo inclusivamente convidada da mulher de Getúlio Vargas; aos Açores, em 1942, em representação da Eva das madrinhas de guerra, novamente ovacionada pelos anfitriões; a Paris, em 1945, sendo a primeira jornalista portuguesa a visitar cidade no pós-guerra, momento que é relatado insinuando uma representação *quasi* oficial.

Assim se caracteriza o percurso de Carolina Homem Christo e com ele se desvenda a cultura organizacional que terá servido como pano de fundo à produção da Eva durante a maior parte da sua existência, bem como dos anos em análise.

2.1.4 - Ensejos Estruturantes: cronologia comentada

25/4/1925 - Primeiro número da revista. Direção de Helena de Aragão, Edição de Abel Moutinho, propriedade da Empresa Nacional de Publicidade. Preço de 1.5\$

6/12/1930 - Direção de Helena Roque Gameiro

13/12/1930 - Direção de Helena e Mamia Roque Gameiro

14/11/1931 - Direção da Empresa Nacional de Publicidade. Por razões desconhecidas, oculta-se o nome de Carolina Homem Christo do público

4/1/1933 - (Revelação da) Direção de Carolina Homem Christo. Configura uma clara assunção do comando, patente no atenuar da diletância perante os progressos internacionais da emancipação feminina. Maior ênfase num ideário familiar conservador, concordante com o salazarista mas plausivelmente radicado na admiração pelo pensamento fascista italiano, na figura de Mussolini.

3/6/1939 a 1/7/1939 - Comunicação de esforço de modernização da revista e subsequente hiato de publicação. Resultante, na verdade, da intenção de fecho da publicação, por parte da entidade proprietária, e do consequente esforço pessoal de Carolina Homem Christo para assegurar a sua sobrevivência (Gomes, 2011).

1/7/1939 - Direção e Edição de Carolina Homem Christo. Não representa uma mudança de fundo no discurso sobre a mulher, porém intensifica a centralidade da sua figura, através do incremento do número e grau de referências elogiosas à diretora e editora.

8/7/1939 - Propriedade de Carolina Homem Christo. Decorrente da situação periclitante em que a revista se encontrava, que foi estabilizada com grande risco tomado pela proprietária (Gomes, 2011).

2/9/1939 - Propriedade de Editorial Organizações, Lda. Poucas informações há sobre esta empresa, exceto que Homem Christo se tornou funcionária superior e que a Eva assumia um papel preponderante no seu seio, dado notório no *layout* estandardizado da correspondência, presente nos registos da Censura.

23/9/1939 - Comunicação de redução no número de páginas, em consequência da guerra, em particular da escassez de papel, bem como do esforço de renovação tecnológica.

7/1941 - Primeira edição mensal. Subida do preço unitário para 3.00\$, que ainda assim representa uma poupança para os compradores, na medida em que cada edição semanal custava 1.5\$, totalizando cerca de 6.00\$ mensais.

7/1943 - Subida do preço para 5\$, dadas as crescentes contingências da guerra.

2.2 - A Eva em Ação: o Trajeto do Discurso

2.2.1 - Helena de Aragão: progressismo calculado

Foi já referida a propensão conservadora capitular da Eva, na sua apologia da esposa submissa e somente dedicada às lides domésticas. Em 1930, não obstante a constância de um ideal base próximo deste, existe uma manifesta abertura da linha discursiva no sentido da emancipação da mulher, espelhada com frequência na Crónica Feminina de Maria de Cabêdo (ou Ivette, seu pseudónimo). Nestes momentos,

associados às Dimensão Defensiva, com uso do Fundamento Igualitário, apela-se à igualdade de direitos entre géneros, contrariam-se teses que enaltecem virtudes morais da vida doméstica, mas também se criticam feministas consideradas desequilibradas, por recorrerem a tons de afronta ostensiva. Inicialmente, as reivindicações igualitárias apresentavam-se com frontalidade, apelando às leitoras que procurassem ser independentes, com certo expeditivo. Porém, ao longo do tempo, com um ganho de regularidade da crónica, foi desaparecendo o cunho feminista, tendo a autora começando a debruçar-se mais sobre História, nomeadamente as civilizações antigas, ocasionalmente introduzindo paralelismos que podem ser lidos como encorajamento à emancipação. Maria de Cabêdo deixou de figurar no periódico durante a direção das irmãs Roque Gameiro, durante a qual, retomando a temática que descurara, escreveu uma Crónica Feminina destacando a Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Francesas, a ocasião em que a revista se associou mais diretamente a um órgão feminista em atividade.

Em termos da Dimensão Laudatória, eram frequentes as referências a mulheres estrangeiras que haviam atingido posições destacadas no desporto, ciência e profissões liberais, sendo de realçar um fraseamento progressista, que deixa transparecer uma visão positiva perante uma expectável mudança de paradigma em termos de papéis sociais de género, no que toca ao reconhecimento público e à liberdade de escolha profissional. Contudo, este entusiasmo coexistia com uma estrutura de valores tradicional, patente na generalidade dos textos, inclusivamente menosprezando a capacidade de mulheres para o exercício de cargos públicos, ou desviando o mérito para vertentes díspares - Virgínia de Castro Almeida, por exemplo, alega que Marie Curie conquista lugar na Academia Francesa pelo coração e aprumo moral, para além do trabalho científico (Dimensão Moralizante).

Esta contradição interna relaciona-se com a Dimensão Nacionalista, bastante presente neste período, na medida em que, embora se celebre as conquistas feministas a nível internacional, há uma grande distinção e orgulho pela menção da identidade nacional portuguesa, que por sua vez se considera resistente à mudança e muito afeta à doutrina cristã (Fundamento Religioso), o que conduz à docilidade e aversão modernista da mulher portuguesa (Fundamento Essencialista), cuja suprema missão é agradar o marido e educar os filhos (Fundamento Familiar). Esta conjugação múltipla dá-se em

várias circunstâncias como, por exemplo, em "O que as senhoras devem ler", coluna literária que se destaca pelo caráter cicerónico.

Não obstante esta dinâmica, este é o período de entre os contemplados em que se configura a maior afinidade entre o discurso da revista e as conquistas sociais da mulher, na medida em que, mesmo assinalando a crença nas estruturas de valores e virtudes conservadoras, há francas e frequentes afirmações de desejo progressista. Por outro lado, a revista acolhe, neste período, reconhecíveis sócias do Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas, como Elina Guimarães e Sara Beirão, que nos seus contos tece apreciações pejorativas da mulher que anseia somente ser dona de casa, recorrendo à caracterização irónica e ao prejuízo, na sùmula narrativa, destas personagens.

2.2.2 - Irmãs Roque Gameiro: fase de transição

Durante o período em que as irmãs Roque Gameiro (primeiro Helena, depois ambas) assumiram a direção da revista, inicia-se uma transição da tónica do discurso, empolando a estrutura valorativa tradicional, ao acentuar as virtudes do trabalho doméstico, ao passo que a Dimensão Defensiva fica relegada a aspetos menos fraturantes da discussão da igualdade de direitos, à época, como o sufrágio, pondo em causa o critério de atribuição do estatuto de chefe de família a mulheres analfabetas, e criticando a disparidade de sanções, em âmbito jurídico e simbólico, em particular no caso de adultério. Este posicionamento evidencia-se no espaço Cá e Lá, de Emília Sousa Costa, que se presta a uma crítica dura e incisiva dos modelos de comportamento comuns à época. Embora lhes seja dado destaque, amiúde de primeira página, os textos em que Sousa Costa assim se exprime representam uma curtíssima minoria no cômputo geral dos comentários relativos à condição de género, no respetivo período.

Esbatendo-se as referências pátrias, alarga-se a presença do Fundamento Essencialista, por exemplo quando Teresa Leitão de Barros se baseia no argumento da apetência educadora da mulher para sensibilizar as leitoras para a sua importância (note-se o imaginário: as mulheres devem interessar pela educação da população porque são dotadas para a levar a cabo, o que secundariza o interesse generalizado). Por exemplo, o mesmo Fundamento foi duplamente aplicado por Fernanda de Castro, atribuindo um caráter pacifista à mulher e legitimando um papel submisso e passivo na História: dada

a revolta perante esta subalternização, foram descuradas obrigações familiares (Dimensão Gendrificada e Fundamento Familiar) e trocadas por beleza (Fundamento Essencialista). Termina com a apologia de uma nova mentalidade, surgida no pós-guerra, que igualou homem e mulher, porque ela deixou de ser preguiçosa e leviana.

Casos como este torna a ambiguidade num dos elementos preponderantes do discurso, que se foi adensando nesta fase do percurso do periódico. Há um texto assaz demonstrativo desta questão, de Gabriela Castelo Branco, que faz a análise do papel feminino na vertente matrimonial da cultura indiana, fazendo coabitar sem percalço o Fundamento Familiar com o Igualitário num mesmo trecho, recorrendo ao elogio da ocupação do espaço público e laboral e à manutenção das virtudes tradicionalistas e familiares, sacralizando o matrimónio. Leia-se:

"Espôsa amantíssima, mãe estremosa, filha obediente, namorada apaixonada, irmã afectuosa - a indiana pode chamar-se modelo de virtudes (...)

Para defender a sua honra, capaz de se deixar matar! Para manter a sua fidelidade de esposa, chegando a martirizar a própria carne! Que lição exemplaríssima para certas ocidentais!... (...)

(...) essas bailadeiras lascivas (...) formam na Índia uma classe muito à parte. Classe a que não é permitido o casamento, classe proscrita aos sagrados elos da família.

Hoje, a Índia, onde também já chegou a civilização de cá, conta entre as suas mulheres: médicas, matemáticas, escritoras, etc. Todo o cortejo flamante do feminismo! Mas, provavelmente, as virtudes de outrora ainda perdurarão na maioria - para maior glória da biografia da mulher indiana." (1921, 321, p.5)

Este posicionamento multifacetado está na origem da atribuição de um feminismo moderado à Eva, patente em toda a análise. Por um lado, há exaltação de conquistas sociais, quase sempre com enfoque na vertente laboral, mas por outro transparece uma crítica contundente do desvio da tradição, conjunto de práticas que se traduz na norma implícita de subalternização face ao marido e da dedicação familiar exclusivamente feminina. Em suma, pode notar-se que este é um cálculo que não favorece a igualdade de género, na medida em que a mulher ganha o direito ao trabalho sem ganhar direito à

autodeterminação, visto que no discurso corrente há uma notória ausência da partilha de deveres familiares entre o casal. Contudo, como se verá, esta formulação tem incontáveis nuances cuja apreciação é fundamental para se obter uma conclusão fidedigna, ou pelo menos uma discussão aprofundada.

Desde o último mês de 1931 e durante o ano de 1932, embora a ficha da revista indique que a direção pertence à Empresa Nacional de Publicidade, Carolina Homem Christo já teria assumido o cargo cimeiro (em maio desse período, garantidamente) Não obstante, o discurso produzido não apresenta diferenças de fundo, em comparação com a direção Roque Gameiro, provavelmente consubstanciando um período de transição. A tendência geral, no que toca às referências à condição social feminina, mantém-se, ligeiramente refreada no número e grau dos apelos emancipatórios.

2.2.3 - Carolina Homem Christo (até 1944): alinhamento ideológico

Para caracterizar o discurso veiculado sob a orientação de Carolina Homem Christo, há que reter o seu papel, descrito pormenorizadamente, e acrescentar-lhe ferramentas analíticas entretanto desenvolvidas.

A primeira edição de 1933 marca o início de uma nova fase, em que Carolina Homem Christo é apresentada como diretora. Desde logo, há uma Dimensão Discursiva que se transfigura, a Política. Com efeito, nesse quadracentésimo número, a imagem da primeira página é Benito Mussolini, ilustrando um artigo sobre a sua defesa da conceção romana da matrona, a mãe perfeita, devota e roliça.²² A iniciativa tomada e o tom explanatório, traço que retira pretensão neutral ao texto, contrastam de maneira assinalável com a referência neutra feita ao mesmo político - apenas como um homem cujas ideias eram amplamente discutidas - por ocasião de uma peça sobre o casamento da filha, Edda, cerca de dois anos antes, no nº261, sob alçada de Helena de Aragão.

²² Num episódio de discreta ironia, típico de discursos dados à ambiguidade, duas semanas volvidas, a revista dedicou toda a secção de culinária a receitas contra o ganho de gordura.

Este é o episódio inaugural da transfiguração da Dimensão Política, que começou a ser mais recorrente, mas carecendo de desenvoltura no tratamento jornalístico, com ênfase na discussão da vida privada e social dos protagonistas políticos do que a análise e referência à sua atividade governativa (sublinhe-se o relato da alegada paixão entre Hitler e Leni Riefensthal, que foi sumariamente censurado). Contudo, a mudança ocorreu, com pontuais laivos de leitura aprofundada, principalmente por duas razões: o clima de tensão político-militar que desencadeou o segundo conflito mundial e o recurso a contributos de autores estrangeiros, disponibilizados por agências noticiosas internacionais - prática que se tornou mais comum no ano de 1934 mas que se dissipou após a reestruturação de 1939. De qualquer modo, a Censura, que já impedira a propagação de opiniões vinculativas sobre personalidades políticas internacionais, tinha, durante o conflito, a missão de não permitir a quebra da posição neutral do país, pelo que as opiniões políticas, que já rareavam, se tornaram praticamente inexistentes.

Neste seguimento, é plausível assumir que foi a autocensura, derivada do vulto do mecanismos censório oficial, a principal razão para o afastamento da revista de todo o comentário político da cena nacional. Por outro lado, conjectura-se que a visão mais presente sobre o papel feminino afastava a mulher da atividade governativa e da crítica política, consequência direta da Dimensão Gendrificada. Assim, a política não seria tida como assunto próprio o público da revista e, embora por vezes se veiculassem mensagens sufragistas e elogiasses mulheres que singravam na política estrangeira, contrapunham-se a isto diversas caracterizações psicológicas da mulher, focadas na concretização no seio familiar, e o ocasional comentário à inadequação feminina, como se verifica na declaração da Viscondessa de Santo Tirso, que defende a emancipação da mulher, não sendo sufragista, e classifica a política como "charco lamacento que não se atravessa sem mancha" (1935, 516, p.3), pelo que é mais indicado para os homens.

Malgrado este panorama, não deixam de existir indícios de uma inclinação redatorial, em particular nos anos da guerra. Embora Mussolini não tenha deixado de ser figura de referência, dadas as coincidências entre a sua visão familiar e a manifestada na revista - tendo inclusivamente sido dedicada uma peça à devoção da esposa deste - os textos tendiam com maior frequência para os Aliados, respetivos líderes e figuras próximas a estes. A este respeito, realça-se a pertinência da Dimensão Gendrificada aquando da (elogiosa) caracterização das companheiras dos líderes, ao não serem

referidas pelo nome próprio, mas somente como Mrs Neville Chamberlain, por exemplo - pormenor que, no panorama simbólico, enfraquece o elogio, através da degradação do processo de significação linguístico que decorre da alteração do signo.

A ausência de comentário político, por mais leve, da cena nacional, tem exceções nos casos de Maria do Sol e Maria do Carmo, que não deixaram de ser tratados com grande reverência ao poder político, formando crítica social lata e generalizada, sem atribuir responsabilidade à tutela. Existe uma única menção individual de Salazar, francamente positiva, ao longo do período em foco, por ocasião da sua "apoteótica visita à capital do Norte" (1934, 470, p.9). Quanto ao Chefe de Estado, Óscar Carmona, é mencionado de maneira neutra na peça de cobertura da entrega do pedido de indulto de Maria do Sol e somente através do título *ex officio*, aquando da cobertura de uma cerimónia de encerramento do ano letivo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho - peça demonstrativa de afinidade formal ao Estado, o tal reacionarismo, ao fotografar as alunas fazendo a saudação Romana a Carmona e, no plano ideológico, indicativa da inclinação tradicionalista do papel da mulher, relatando a delicada confeção, pelas alunas, de bordados, tapeçarias e costuras, sumarizando através destas atividades a função do Instituto, focado na formação da população feminina.

O discurso enquanto prática simbólica opera a níveis distintos, que se traduzem em posturas variadas, como proselitismo arrogado ou a utilização discreta ou subliminar de simbologia, visual ou léxica. A Eva, no que toca às Dimensões Cicerónica e Moralizante, reflete esta variedade, geralmente mantendo-se num registo discreto, que naturaliza universos de valores e virtudes, como exemplificam as menções à visão de Mussolini e ao trabalho do Instituto Feminino de Educação e do Trabalho.

A religiosidade assume preponderância em termos de vertentes discretas, operando essencialmente no subtexto, na medida em que a propagação das estruturas de valores recorre em larga medida da simbologia e discurso de base cristã para sedimentar a sua posição. Embora geralmente confinado para um plano secundário, o Fundamento Religioso fica a descoberto nalgumas ocasiões, atingindo o expoente máximo aquando da realização de um concurso sobre um filme, Rosa do Adro, que consistiu na seleção, devidamente justificada, da personagem feminina preferida das leitoras que quisessem participar. As participações vencedoras foram as seguintes: "Prefiro «Linda» porque o seu sacrifício é a glorificação da ideia cristã no mais puro

dos sentimentos: o Amor!"; "Prefiro «Deolinda» pela sua abnegação e caridade verdadeiramente cristãs. Só uma alma verdadeiramente crente possui esse espírito de sacrifício em tão elevado grau"; "A figura de «Linda» fica na nossa literatura como a mais justa expressão do que é capaz a alma pura da mulher portuguesa" (1938, 670, p.14). Saliente-se, na última transcrição, a presença adicional dos Fundamentos Nacionalista e Essencialista, pela exaltação da mulher portuguesa.

No entanto, existem matérias e momentos nos quais existe uma afirmação concreta de intencionalidade transformativa, no sentido na interpenetração cultural. Com efeito, quanto à temática da condição laboral da mulher, há uma iniciativa tremendamente esclarecedora quanto àquilo que é a visão da Eva, a Escola Técnica de Donas de Casa, iniciativa que foi exatamente o que o título propõe, um espaço de transmissão de conhecimentos práticos sobre as lides domésticas, destinado a mulheres casadas. "A sua função social modificou-se e, como mulher de casa ou mulher de trabalho, exige-se muito mais do que até aqui: o seu papel doméstico é mais espinhoso do que nunca" (1933, 409, p.5) lê-se no primeiro momento de apresentação da Escola Técnica, atribuindo o papel doméstico somente à mulher, mesmo que trabalhe.

Como é usual, a iniquidade está nos pormenores. Se a mulher trabalha fora de casa e o homem também, porque é que é o trabalho doméstico é responsabilidade da primeira, criando-se uma escola para efeito, sem qualquer menção de partilha de tarefas com o marido? A naturalização deste raciocínio tem a mesma base do que a Dimensão Gendrificada, uma visão da organização social que coordena os papéis de género por defeito, mas que não se adapta perante a evolução do panorama social. Se rebatida esta conceção, o argumento a empregar é pode basear-se no Fundamento Essencialista, apontando para uma apetência natural das mulheres para tarefas do tipo, naturalizando a socialização diferenciada, que enraíza a noção de responsabilidade e de obrigatoriedade da aprendizagem, para as mulheres, e o pejo masculino em relação a esse universo. O fundamental desta socialização faz-se com base na emulação comportamental, um processo que a Eva reconhece e fomenta, por exemplo, incitando as mães a ensinarem as filhas a cuidar, desde tenra idade, dos serviços domésticos, pelo bem-estar futuro. "São nisto, mais felizes as raparigas do povo. Por vezes, aos dez anos, sabem todo o trabalho doméstico que meninas ricas aprendem à pressa nas vésperas de casar" (1939, 728, p.15) - a esta afirmação particular subjaz um silogismo robusto, pela escolha do

termo "felizes", que configura uma opção não acidental de associar à felicidade no casamento à execução das tarefas domésticas.

São recorrentes as peças, no seio da Dimensão Gendrificada, em que se realça a educação diferenciada.. Pode encontrar-se o molde paradigmático num artigo que encoraja as mães a ensinar as crianças a serem desembaraçadas, recorrendo ilustrações claras nas representações de género. Para as meninas, apenas uma imagem comentada, "A menina sabe tornar-se útil cumprindo trabalhos caseiros fáceis!" (1939, 744, p.20), ao passo que o menino sabe o seu nome e morada, não tem medo da escuridão, sabe lavar os dentes, tem iniciativa, arruma e conserta os brinquedos, instrui-se metodicamente, não gosta de desarranjo, é corajoso, vai viajar.

Na mesma edição, numa peça intitulada "A Elegância das mulheres que trabalham", dão-se conselhos de moda e apresentação para um rol de profissões - secretária, datilógrafa, professora, telefonista, empregada bancária, vendedora - que têm em comum um estatuto socioprofissional intermédio e funções subalternas, numa análise em que a omissão de áreas de maior desenvolvimento intelectual e autonomia laboral é indicativa do horizonte de expectativa para a profissionalização feminina. É uma visão coerente com a expressada dois anos mais tarde, aquando da condução de entrevistas a estudantes universitárias, que segundo quem redige o resumo, se preparam para profissões "sérias, isentas de sonho, ausentes de poesia: ajudantes de guarda-livros, de contabilistas, e correspondentes de línguas estrangeiras em escritórios comerciais", não têm "certos devaneios que atacam raparigas fúteis e das outras" (1941, 834, p.51)²³. Desta maneira manifesta um modelo de pensamento sobre a organização social muito presente na Eva, assente na clivagem de expectativas e socialização entre géneros, através de um discurso que desencoraja as mulheres a desenvolver atividades de reconhecimento público e de estímulo intelectual e cultural.

Complementarmente, pode constatar-se que a própria abordagem a algum tipo de matérias, tipicamente associadas ao plano masculino, sofre repercussões desta visão, na

²³ "a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo integralmente sexuado tende a fazer perecer, desencorajando-a, a própria inclinação para efetuar os actos que não são esperados das mulheres" (Bourdieu, 1999, p.53)

medida em que áreas como a política e a ciência são tratadas com ênfase na vida social dos seus protagonistas, ao invés das suas valências teórico-analíticas. É possível que se trate de uma inclinação editorial, não ideológica, da revista, visto que estas temáticas não faziam parte da sua declaração de interesses. Todavia, não deixa de ser curioso notar que esta redução da complexidade dos temas, esvaziados da sua componente gnosiológica, se coaduna com o menosprezo da capacidade mental das mulheres, tradição (proto)científica, já exposta, que legitimava a estrutura dual que dá origem à Dimensão Gendrificada.

De qualquer modo, a Eva não é um organismo prosélito de um separatismo de género, tendo desenvolvido grande esforço para a promoção da cultura física e da prática desportiva variada, especialmente de desportos em que a participação feminina era tradicionalmente estigmatizada. Esta iniciativa desenrolou-se sob a forma de intensiva cobertura do desporto feminino nacional, tendo culminado na tentativa de criação de uma Federação de Desporto Feminino, que claudicou. Por outro lado, esta insistência demonstra um alinhamento notório com a política de cultura física do regime (Brasão, 1999).

Com o advento da 2ª Guerra Mundial, amplificaram-se as vozes que clamavam pela igualdade, às quais a Eva se juntou. Assim, a Dimensão Laudatória tornou-se constante, através do elogio prestado às mulheres (quase sempre francesas ou inglesas) que substituíam o labor masculino ou que ingressavam nas estruturas de apoio às forças armadas, dadas as exigências da guerra. Desenvolve-se assim a retórica da guerra enquanto conjuntura emancipatória, uma vez que a ausência de grande parte da população masculina, convocada pelo esforço bélico, permite que as mulheres provem as suas capacidades de condução dos destinos da sociedade. Não obstante esta clara alteração de paradigma discursivo, há necessárias anamneses tradicionalistas, como o facto de ser muito recorrente mostrar, sob o rótulo de atualidade de guerra, enfermeiras a cuidar de crianças (prática que não destoa entre alturas de guerra e de paz, mas que sugere essência maternal, cuidadora), para além de saídas como a da Crónica Londrina do número 843, de abril de 1943, que legenda a imagem de duas militares a falar, supondo, "com certeza", que estariam a falar de modas.

Apesar da neutralidade portuguesa no conflito, alocaram-se preventivamente contingentes militares nos territórios insulares, os expedicionários. Numa iniciativa cujo

suporte ideológico se enquadra na visão essencialista e familiar da feminilidade, a Eva cria "Madrinhas de Guerra, Madrinhas de Paz", mediando relações, via correspondência escrita, entre os militares e madrinhas, voluntárias cujo intento era a manutenção da moral das tropas. O incentivo da revista às leitoras para que se voluntariassem era ininterrupto, sendo o tema de maior destaque em todos os números durante vários meses. A nível de imaginário, sedimenta o papel feminino de apoio anímico aos empreendimentos masculinos, sendo que o termo madrinha sugere uma posição maternal mas que a aplicação prática tendia para o desenvolvimento de relações amorosas - acaba por ser outra manifestação do discurso familiar, em que as funções maternais e conjugais se equivalem. Tão importante era esta iniciativa que a Madrinha nº1, a Eva, foi visitar os afilhados na Madeira e Açores, personificada na inevitável figura de Carolina Homem Christo, que dirigiu maternais palavras às suas audiências.

Esta personificação da instituição surge como um mecanismo eficaz de aquisição de legitimidade e popularidade, um estilo de propaganda, presente no discurso da revista desde o momento da escolha do seu nome, mas amplificado por esta altura, através do incremento do número de textos em que a Eva se dirige às leitoras para comunicar novidades.

Assim surge, em paralelo com os louvores à emancipação feminina derivada da guerra, um discurso voltado para especificidade nacional da essência feminina: a mulher portuguesa recebe uma abordagem diferente. Numa perspetiva histórica, é caracterizada como "Rainha, heroína e santa - tudo foi a Mulher Portuguesa na longa existência da Pátria (...) Glória aos homens que souberam vencer! Glória às mulheres que souberam acompanhar!" (1940, 781, p.7). Numa perspetiva atual, "Como vivem então as senhoras do Porto? Como vive a mulher portuguesa: marido e filhos, casa, religião, livros, deveres da sociedade, «tricot», bem fazer." (1940, 801, p.10). Nesta senda, reaparece um ícone cultural que nos anos 30 fundamentava muitos dos comentários, no seio da revista, à função feminina, a Cartilha Maternal de João de Deus.

2.2.3.1 - Casos Excepcionais (até 1944)

Tratou-se, até este ponto, das regularidades observadas no discurso. Seguindo o propósito basilar de fazer uma aproximação o mais fiel possível à realidade²⁴, impõe-se fazer uma ressalva, incidindo sobre a Dimensão Defensiva, cujo caso paradigmático é o de Maria do Sol, a história de uma mulher casada que matou um vizinho que a assediava regularmente e que a tentou violar. Tendo conseguido escapar, Maria contou o caso ao marido, que prontamente agrediu o vizinho com uma paulada. Por despeito, o último espalhou rumores falsos sobre um envolvimento sexual consentido de ambos, que geraram desconfiança da parte do marido. Sentindo-se humilhada Maria do Sol assassinou o seu agressor, tendo sido presa preventivamente, julgada e presa efetivamente. É esta a história que a Eva nos conta e é com base no tratamento diferenciado destes casos entre homens e mulheres, nas instituições jurídicas, que lança uma campanha, que decorreu durante grande parte de 1933, pelo indulto de Maria do Sol, alegando a falta de proteção legal das mulheres perante a difamação e pedindo a compreensão pelo seu sentimento de impotência, visto que não existia sanção, de qualquer tipo, para o seu difamador. Por conseguinte, resolveu "lavar a honra com sangue", prática socialmente aceite quando protagonizada por um homem cujo sentimento de honra fosse corrompido, geralmente por via do adultério.

Em simultâneo ao pedido de indulto, assinado por mais de 15 mil mulheres e entregue a um representante do Presidente da República, a Eva pedia contribuições para o pagamento da indemnização que Maria do Sol deveria pagar à família do morto. No final de 1934, é anunciada a vitória, Maria do Sol tinha sido libertada. Em 1937, um caso semelhante, o de Maria do Carmo, foi merecedor de empenho semelhante.

Ainda no que toca às exceções, há que referir um caso, de 1942, em que a postura da revista destoa acentuadamente das regularidades expostas,. O primeiro episódio é um texto de opinião, no qual, combinando um tom cicerónico com uma fundamentação igualitária, Rogério de Freitas acusa a rapariga portuguesa de viver em preconceitos e limitações que admite mas não corrige, limitando a sua cultura a literatura "de cordel",

²⁴ "The exception is more interesting than the rule. The rule proves nothing; the exception proves everything. In the exception the power of real life breaks through the crust of a mechanism that has become torpid by repetition." (Schmitt, 2005, p.15)

de não agradar aos homens por ser envergonhada, de se coibir de determinadas ações para não mostrar as pernas, de não se saber comportar quando vai ao café (o que é raro já de si). Tem espírito estreito, mentalidade fora de época e vive infeliz por isso.

No número seguinte, publicam-se respostas de algumas raparigas ofendidas. Culpam os comportamentos masculinos e outras forças exógenas pelos defeitos que ele lhes atribui. A ocupação do espaço público, como o café, não lhes é natural, por se sentirem ameaçadas pela presença masculina, da qual devem manter distância, segundo a norma social. Os livros que lêem são os que as mães acham apropriados. São julgadas por serem levianas e promíscuas ao mudar o modo de vestir, a frequentar mais abertamente espaços partilhas ou ao falarem com rapazes. "não é mais do que reflexo de vós. Pais, irmãos, maridos, todos concorrem para essa mentalidade fraca. Eles acham bem certas coisas nas outras e a rapariga vive sempre no contínuo receio pelo papá, devido à falta de confiança que em Portugal há entre pais e filhos e muitas vezes ainda submetidas à autoridade de um mano. Do marido, esse ainda professa a teoria da obediência feminina, enquanto devia desejar compreensão prática, camaradagem, o não ser preciso mandar, apenas o simples entendimento entre duas pessoas que se estimam" (1942, 849, p.46).

A Eva, personificada, comenta dizendo ser a reação esperada e desejada pelo autor, encorajando mais respostas e anunciando que a de Rogério surgiria no número seguinte. Na resposta, Rogério revela que a aspereza das suas críticas se destinava precisamente a gerar respostas das jovens portuguesas, já que é sobre elas que se pretende agir, não sobre as mães. Não fala dos rapazes por não lhe parecer tema oportuno.

Por fim, numa nova resposta publicada, acusa-se os homens de maldade e Rogério de só ter regressado a Portugal dois anos antes, pelo que não tem conhecimento de fundo sobre a questão. Adicionalmente, alegam que apenas contacta com, e observa mulheres em ambientes públicos, onde esses mecanismos de opressão existem. É também acusado de confundir a mentalidade portuguesa com a mulher portuguesa.

Este curto debate representou uma novidade na publicação, enquadrando-se numa vertente que só viria a ser retomada anos mais tarde, sob a forma de auscultação de opiniões representativas, num inquérito. A resposta por parte do público é

surpreendente, uma vez que demonstra consciência dos constrangimentos sociais a que as jovens mulheres estavam sujeitas. Por outro lado, a publicação desta discussão indica preocupação, da parte da redação, com o debate sobre as dinâmicas constringentes, bem como um posicionamento progressista, de coadunação complicada com o discurso que se vem expondo.

2.3.4 - O Final da Guerra: irreverência e respetiva mitigação

A 2ª Guerra Mundial deixou marcas em todas as vertentes da vida humana. A Eva não foi exceção, tendo o seu discurso sofrido várias modificações de forma orgânica, dadas as repercussões em termos políticos e culturais do desfecho do conflito. Em termos de afinidades internacionais, a fragilidade francesa fez com que a orientação se voltasse para Inglaterra e para os Estados Unidos, desviando-se da França enquanto farol cultural, à exceção da moda. Multiplicaram-se as peças que tinham como alvo personagens como Churchill ou Roosevelt, surgiram os comentários negativos a Hitler e desapareceram as menções a Mussolini. A questão russa não se coloca, considerando a proibição de menções ao comunismo. Mesmo assim, a edição de natal de 1945 era dedicada à demonstração da riqueza literária das quatro potências aliadas: Reino Unido, Estados Unidos, França e Rússia (a revista escapa à utilização de "União Soviética").

Na continuidade do apoio aos movimentos emancipatórios surge, em 1946, "A mulher em toda a parte", crónica mensal sobre mulheres destacadas no plano internacional, desde a política às instituições académicas, recuperando-se assim a prática de louvar avanços no campo igualdade. Contudo, permanece a dualidade de critérios no que toca à associação às manifestações nacionais dessas dinâmicas. Em 1947, apesar da aproximação a ideias feministas e da exaltação de produção cultural feminina que a revista tendia a fazer, desde a sua génese, é notória a ausência de alusão a "Livros Escritos por Mulheres", a exposição que esteve na origem da liquidação CNMP. Em termos de sociais, convenha-se que já não havia ligação entre os órgãos, visto que os nomes das outrora colaboradoras da Eva pertencentes ao Conselho já há muito não se liam nas suas páginas.

Por outro lado, existe um retrocesso no grau de reprodução dos valores tradicionais, nomeadamente na ênfase outrora colocada num Fundamento Familiar estanque. Lêem-se excertos assaz distantes dos posicionamentos anteriormente

veiculados, inclusive sugerindo, implicitamente, a introdução do homem ao trabalho doméstico, mantendo a questão religiosa e a centralidade da família em primeiro plano. "Os homens da casa de David não cortam o cabelo nem a barba, e levam uma vida idílica e patriarcal, dedicada à cultura das terras, ao amor da família e práticas religiosas. Bendita comunidade!" (1947, 903, p.28). Note-se ainda neste excerto, a apologia da vida campestre, retórica cara ao Estado Novo.

Ainda relativamente à modificação do discurso, surgem em 1948 momentos de elogio a feministas portuguesas como Ana de Castro Osório, em homenagem póstuma, e Maria Lamas, ansiando a continuidade da sua obra, considerada libertadora. Do mesmo modo, há audaciosas iniciativas cujo objetivo é claramente o de por em causa a normatividade das estruturas sociais, sob a forma de três inquéritos.

O primeiro, ocorrido em 1944, no auge do fulgor igualitário fomentado pela guerra, coloca em evidência a questão sobre se a mulher, especialmente a casada, deve trabalhar, recolhendo depoimentos de representantes de vários campos da sociedade. O próprio Manuel do Nascimento, autor do inquérito, reconhece a divergência entre este momento e a prática corrente da revista, declarando que "Com o mais sincero desejo de fazer obra útil, agitando um dos maiores problemas do nosso tempo, pela sua complexidade e repercussão, a «EVA» entra a fundo no assunto, pondo orgulhosamente um parêntesis nas suas páginas magazinescas (1944, 866, p.34) Previamente, o anúncio da realização do inquérito (Anexo 1) já demonstrara uma revista consciente da mudança de paradigma e disposta a debater o campo de possibilidades adaptativas. Uma vez que o inquérito se prolongou por várias edições, sendo assaz redundante, procurar-se-á sumariá-lo de forma eficaz.

No primeiro número, nenhum dos entrevistados se opõe à profissionalização da mulher, nem invoca um diferencial cognitivo relevante. No entanto, existe uma notória salvaguarda da posição conservadora, baseada em diferenças biológicas que, à exceção da resistência física não se especificam. Considera-se que a situação ideal é a permanência da mulher no lar, ou a figura do "regresso ao lar" (em que se baseou um dos raros elogios a Hitler, na Eva, em 1934, pela pena de Maria de Carvalho), verificadas condições económicas para tal, e que a concretização feminina reside na maternidade, não no trabalho. Esta posição, certamente mais aceitável por parte da Censura, que proibira uma primeira iteração do inquérito, é partilhada por cinco dos oito

inquiridos, com lógicas nuances individuais: Almeida Eusébio, diretor da penitenciária de Lisboa e prévio Ministro da Justiça, Marcelo Caetano, à data Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Cunha Leal, antigo Presidente de Ministério e Ministro da Finanças, Fernanda de Castro e Eufrezinda Teixeira, médica ginecologista. Os restantes três defendem a plena integração da mulher no mundo de trabalho, sem prejuízo da atividade masculina, são eles Agostinho da Silva, professor de humanísticas e pedagogo, Seomara da Costa, bióloga e Amaral Pyrrait, membro da Comissão Concelhia da União Nacional e antigo assistente do Instituto Nacional do Trabalho.

Seguiu-se a auscultação da academia de Lisboa, cujo resultado total se aproxima do anterior. Contudo, a este ponto, dado o nivelamento categorial - estudantes universitários - é pertinente incluir a variável género, que indica que a maior parte das raparigas inquiridas, 4 num total de 8, concordava com a igualdade no acesso ao trabalho. 3 opunham-se e 1 alegava a excecionalidade, ou seja, o trabalho feminino como último recurso para a subsistência financeira familiar. Já quanto aos rapazes, 6 eram favoráveis, 2 opunham-se e 7 defendiam a excecionalidade.

Posteriormente, foi auscultada a opinião internacional, através do contacto com estrangeiros residentes em Portugal. O representante finlandês professa uma paridade sem igual na Europa, em que as mulheres exercem todo o tipo de funções, o inglês afirma a guerra como oportunidade para uma emancipação justa, posição próxima da do francês, o americano (para desilusão de Manuel do Nascimento) opõe-se firmemente à profissionalização feminina e o espanhol alega que as famílias deveriam acomodar-se a um nível de vida modesto, para que as mulheres pudessem permanecer no lar.

Retomando as opiniões individuais, respondem Raúl Esteves, presidente da agremiação "Voz do Operário", que se mostra favorável à inclusão da mulher, defendendo a criação de infraestruturas de apoio, como creches, e Isabel Von Bronhorst, Presidente do CNMP, que exemplificou casos de sucesso profissional e maternal como Marie Curie, e mesmo em Portugal, como Guilhermina Suggia e Virgínia de Castro Almeida para defender a sua ideia. Seguiram-se a entrevistas a atletas do Sport Lisboa e Benfica, homens e mulheres, que são unânimes na resposta: a mulher casada não deve trabalhar, apenas em casos de necessidade. No mesmo número o autor dirige-se à Sociedade Nacional de Fósforos, contexto operário, no qual se considera importante a

inclusão feminina, e aos Grandes Armazéns do Chiado e a uma fábrica de chocolates, A Favorita, locais onde o trabalho fora de casa é unanimemente encarado negativamente.

O inquérito prosseguiu, passando pelo Porto, onde se repetiu o processo: entrevistaram-se individualidades conhecidas do público, questionaram-se estudantes do ensino superior e contextos laborais diversos. Como nota o autor na abertura da peça, as respostas não divergem, a maioria considera que a mulher deve permanecer no lar, mesmo sendo capaz de executar as mesmas funções do que o homem. Estende-se o esforço a Coimbra, com os mesmos resultados, assim como na auscultação de outras personagens de reconhecimento público nacional.

Com efeito, na conclusão do inquérito, 8 meses depois de ter sido iniciado, Manuel do Nascimento sumariza isto mesmo, subtilmente auspiciando uma remodelação da vida da mulher portuguesa:

"Dêsses depoimentos, uma opinião geral se desenhou, indiscutível na sua maioria - A ocupação doméstica da mulher (...) A «EVA» levantou o problema, agitou-o, essa era a sua tarefa e a minha. Aqui ficam arquivadas as várias opiniões que colhemos. Talvez que num futuro próximo elas possam servir como elementos para uma remodelação da vida da mulher portuguesa" (1944, 874, p.33)

Anos mais tarde, em 1947, a revista dedicou grande atenção a dois outros inquéritos, já mencionados, também relacionados com a sobreposição entre o feminino e mundo laboral. Um sobre a situação profissional das professoras primárias, que se concluiu ser precária e pouco atrativa, numa conclusão que apontava tantas falhas ao sistema de ensino, em termos de condições para atuação destas profissionais, que a Censura também cortou a totalidade da primeira versão, como já se transcreveu, tendo também proibido a publicação de um segmento intitulado "Ordenado e Assistência". O outro inquérito, respeitante a uma iminente rutura do sistema de saúde, dado o número muito deficitário de enfermeiras, dirigiu-se às escolas da área, com o intuito de perceber esta falência formativa.

Foi desta maneira que se desenharam momentos que sobressaem do cômputo geral daquilo que foi o discurso da Eva, conformista e conservador. É interessante referir a este propósito uma rubrica que contrabalança diretamente os momentos de exceção: Querida Leitora, assinada pela entidade da revista personificada, na qual se transmitiam conselhos às leitoras, geralmente de ordem maternal e doméstica. Realce-se

que a associação específica do nome da revista a estes conteúdos não é leviana, tendo o propósito de conferir maior legitimidade aos conteúdos aí presentes, pelo que devem ser lidos com atenção redobrada às suas minudências.

No período em que decorreu o inquérito sobre as professoras, aconselha-se as leitoras a não "lavar roupa suja" em público, pelas consequências que isso pode trazer à sua reputação social. Do mesmo modo, com base no respeito pela intimidade própria, manifestações de carinho e afeto também são reprováveis, em especial no o estabelecimento de relações de confiança, de modo a evitar ciúmes do marido e agradar aos seus amigos, simultaneamente. Mantém-se o discurso de submissão conjugal, segundo o qual é responsabilidade da mulher não importunar o marido. No mesmo período, defende que:

"Uma rapariga que sorri... que se mexe, que anda dum lado para o outro, que borda, faz «tricot», lava, sabe tão bem coser a roupa velha, como vigiar na cozinha o assado, mas que faz todas estas coisas com uma serena ligeireza... quem melhor poderia ajudar a viver aqueles que têm as responsabilidades e as preocupações? (...) Tem que se exercitar com fervor no grande mister de mãe e mulher" (1947, 905, p.43)

Em 1948, na mesma chancela, Querida Leitora, ocorre um dos exemplos mais crassos de contrariedade interna no discurso, notório ao comparar as edições de outubro, 921 e novembro, 922. A primeira desenvolve que as mulheres, ao educar os filhos, contrariamente às filhas, a serem dependentes delas em casa, estão a prolongar essa visão desigual da vida doméstica. Já a segunda, aconselha que desde cedo habituem as filhas (somente) a governar a casa, para que depois as auxiliem.

Um ano mais tarde, em outubro 1949, a mesma rúbrica apresenta uma amálgama destas linhas discursivas, ao tecer o seguinte raciocínio, que inclui a habituação dos filhos ao trabalho doméstico e apoio moral do marido, para que depois a esposa possa demonstrar disponibilidade para o apoio conjugal que dela se requer:

"Convence-te: é um favor que fazes aos teus filhos se os habituares a arrumar as coisas e a ajudar-te um pouquinho na lida da casa. Quanto ao teu marido, brandamente, acostuma-o também a dar-te certo apoio moral nesse sentido, sabendo ele próprio poupar-te em certas coisas, a fim de que nos momentos

graves da vida te possa apta a prestares-lhe todo o auxílio que tem direito a exigir de ti" (1949, 833p.43)

No brotar do ano 1949, foi introduzida uma rubrica de teor inédito na revista, uma vez que se dedicava à transmissão sistematizada de informação de carácter cultural mais desenvolvido, um campo até sempre apontado à masculinidade. Chamou-se "10 Minutos Para Pensar - A Marcha do Mundo" e, por razões desconhecidas, durou apenas 6 meses, nos quais promoveu a reflexão sobre temas diversos como o sistema de saúde público e gratuito que se implementava em Inglaterra, o direito de voto que as mulheres siamesas não exerciam e a emancipação da mulher turca, pela abolição da legislação teocrática. Introduziu-se da seguinte maneira, reconhecendo o teor corriqueiro da maioria do conteúdo da revista:

"Embora a «Eva» não pretenda ser uma revista com características altamente culturais, procurando, antes, fazer passar, aos seus leitores, momentos aprazíveis, por vezes mesmo com futilidades - pois também fazem parte da existência - pareceu-nos que faltava nas suas páginas aquele momento sério que, no meio do turbilhão aparece e faz pensar um instante, esclarecendo-nos" (1949, 924, p.28)

Com efeito, com o desenrolar do biénio 1949-1950, verifica-se uma mitigação do tom interventivo, desvanecido o entusiasmo do pós-guerra. Escasseiam os comentários ou iniciativas de teor igualitário, na medida em que as questões da luta pela igualdade parecem naturalizadas, já não estando tão vincadas as concepções da divisão funcional dos géneros. O conteúdo a incluir na análise discursiva torna-se, portanto, menos numeroso e relevante, por reflexo do que acontece com tomadas de posição simbólica em relação à condição social feminina.

Considerações finais

Ao revisitar as questões colocadas relativamente à problematização com que deu mote a esta investigação, conclui-se que as respostas são muito nuanceadas, mas que podem ser sumarizadas e comentadas, em especial para efeitos conclusivos de um texto que pretende ser uma sistematização gnosiológica.

Terá a Eva operado como um panfleto do regime ou exibido discordâncias? Exibiu discordâncias, embora grande parte da sua produção fosse alinhada como o pensamento político vigente. Em que temáticas é que se confrontava o regime e com que consistência? O regime nunca foi diretamente confrontado, somente questionado aquando dos casos de Maria do Sol e Maria do Carmo. Por outro lado, é possível enquadrar as partilhas sobre a emancipação feminina internacional numa perspetiva contestatária da ordem interna. Tratava-se de uma publicação regida por um entendimento uniforme ou abria espaço à pluralidade de opiniões? Conviviam nas páginas da Eva variadas perspetivas. No entanto, a visão do mundo feminino doméstico e submisso ao masculino raramente era posta em causa. Quais as personagens que se destacavam na construção desse posicionamento, quer funcionários da revista quer indivíduos ou instituições que fossem tidos em consideração? Depende da época, sendo todavia necessário destacar a ubiquidade de Carolina Homem Christo, durante a maior parte do período abrangido, bem como o respeito pela matriz de valores católica. Qual a relação entre os posicionamentos veiculados e os momentos históricos, quer de abrangência nacional, quer da própria empresa jornalística? Existe uma relação direta, particularmente no contexto internacional, no decorrer da 2ª Guerra Mundial.

Posto isto, é interessante expor uma reflexão sobre o legado histórico da Eva, aprofundando as respostas a estas e outras questões. Como é que a análise desenvolvida ao longo de todo este texto justifica que a historiografia portuguesa pouco se tenha preocupado com a Eva, relegando-a para um pano de fundo de uma realidade feminina amplamente abordada, malgrado a influência da publicação nesse universo?

A Eva surgiu em 1925, num contexto de incremento dos hábitos de leitura de publicações periódicas, que teve início em meados do século anterior, no qual se inseriu também a disseminação das revistas femininas, o género predileto do conjunto homónimo (Vaquinhas, 2011). Ao ser anunciada e publicitada no Diário de Notícias,

promoveu-se a ideia de que, até a esse ponto, os interesses femininos haviam sido descurados pela imprensa (Gomes, 2011).

São deixados claros, desde o primeiro número, muitos dos propósitos norteadores que se mantiveram como estruturantes no futuro da revista, vincando o autoatribuído estatuto de guia, moral e prático, da mulher portuguesa. Nesta edição inaugural, no que concerne à condição social da mulher, é clara a propensão moralizante e conservadora. Se em termos de conselhos práticos isto se manifesta organicamente através do enfoque excecional nos conselhos sobre os cuidados do lar e dos filhos, em termos morais a mensagem é direta, denotativa do entendimento regedor do critério editorial dos assuntos mais práticos: no texto de abertura do primeiro número, simultaneamente em jeito de editorial e manifesto, é postulada a imagem de que uma mulher moralmente sã se dedicada total e abnegadamente ao bem-estar da família, mesmo que em detrimento da própria felicidade. Deve amparar obedientemente o marido, apoiando-o animicamente e encarregando-se de todas as tarefas relacionadas com a vida familiar. Dentro deste entendimento de boa conduta conjugal, é inclusivamente sugerido que em casos de adultério a mulher perdoe o deslize, cabendo-lhe refletir sobre se não estará ela própria na origem da traição, por não oferecer ao marido amparo suficiente para que ele lide com a pressão emocional da vida social e laboral.

Uma das regularidades observáveis ao longo das duas décadas abordadas é a utilização muito particular de um meta-discurso, que tem o propósito de criar e de associar à publicação um conjunto de significados e características convenientes. Isto ocorre em textos nos quais a "Eva" fala de si e se dirige ao público, em tom amical mas na terceira pessoa. Esta prática configura uma opção linguística relevante, na medida em que a personificação da Eva cria no leitor um sentimento de proximidade, ao passo que o emprego da terceira pessoa deixa transparecer a credibilidade institucional, principalmente quando enquadrado num tom norteador e discretamente persuasivo. A título de exemplo, enunciam-se formulações nas proximidades morfológicas de "a «Eva»... tem feito /esforça-se por /procura ser /acha que /sempre defendeu". Este tipo de discurso também é construído quando um colaborador escreve um texto sobre a revista, do ponto de vista institucional, o que também contribui para a noção de proximidade.

Não obstante esta estratégia distintiva, os pormenores formais também devem ser lidos de acordo com a época de produção e contexto social, na medida em que não destoam do resto da produção impressa em condições semelhantes (corrobora-se, quanto à Eva, a atenção e cuidado aos traços estilísticos a que Mário Pinto se referia em excerto supracitado). De qualquer modo, a aplicação desta estratégia cumpre funções variadas, entre as quais o anúncio de alterações de relevo na revista, como edições especiais, inovações técnicas, e variações de preço ou periodicidade. Serve ainda como recurso tonal para associar a instituição a determinadas dinâmicas sociais, através de tomadas de posição, apoio a eventos ou dinamização de iniciativas fora do âmbito tradicional de ação. A constatação desta segunda função é assaz útil para o trabalho desenvolvido, por permitir identificar muito dos compromissos simbólicos que a revista celebra, ao invés de correr o risco de cair numa falácia sinédoque, associando o posicionamento de um texto de autor individual que, embora ganhe relevância sob alçada da publicação, pode não corresponder integralmente ao da entidade coletiva.

Fora ocasionais textos de opinião, comuns mas sem periodicidade estabelecida, as estruturas axiológicas eram normalmente transmitidas por omissão, inserindo os assuntos em lógicas de pensamento apresentadas hermeticamente a cada momento (contudo, como se verá, reformavam-se com frequência), o que torna possível a aplicação das categorias que fundamentam a análise discursiva levada a cabo.

À parte disto, convém relembrar que o grosso das páginas eram ocupadas por assuntos parcamente relacionados com as questões valorativas e de organização social, mas que satisfaziam o imaginário dos interesses femininos que é, em última instância, consequência de uma interpretação dessas questões ulteriores. Seria erróneo subvalorizar o nexos de causalidade entre o ideário patente na revista, canonizando um perfil-tipo de mulher que é dona de casa inefável, que procura ser bela, vestir bem e que ocupa os tempos livres com atividades no seio doméstico, e os assuntos que aborda abundantemente, consagrando-lhes crónicas na quase totalidade das edições, por vezes mais do que uma crónica por número. Relembre-se: moda, culinária, manutenção do lar, decoração, orientações de pintura e bordados, literatura "feminina" e "cor-de-rosa".

Outra área na qual se reflete este ideário é a publicidade, predominantemente dedicada a produtos de limpeza doméstica, de cuidado infantil, cosméticos, armazéns de

pronto-a-vestir, marcas de conservas e afins. A construção estética desses anúncios é concordante com o ambiente doméstico, o fraseado amiúde indicativo da heteronomia financeira e quotidiana, através de formulações como "Peça /mostre ao seu marido" ou "Não agradará mais o seu marido do que se". Repleta de conotações e subtextos ricos em conteúdo, a publicidade foi ponderada como uma área produtiva para a análise em questão, cuja transposição textual se revelou excessiva.

Identificados estes pontos conectores, torna-se transparente o universo de valores e virtudes em que estas práticas editoriais radicam. Contudo, ainda se torna mais claro que o seu escrutínio não tem espaço na presente análise, de acordo com os trâmites da presente investigação, dadas as exigências a que se prestam estas minudências, em termos de ferramentas interpretativas de discursos sobre a estetização do quotidiano, menos intuitivos ou tipificáveis sob o ponto de vista sociopolítico, e das consequências que um esforço dessa índole teria para dimensão da dissertação, reitere-se.

Retomando a temática que é alvo de reflexão direta, sublinhe-se que este universo feminino é, para todos os efeitos, trivial ou corriqueiro, na medida em que se reporta a aspetos cuja noção é eminentemente prática, furtando-se a questões de teor mais abstrato, a análises mais contundentes das problemáticas inerentes ou até à exposição de conteúdos potencialmente catalisadores de animosidade, quer por parte do público, que se espera acatador, quer dos poderes instituídos. Assim se evidencia a ausência de notícias ou comentários políticos, bem como o carácter das sugestões de consumo cultural, que passam ao lado das obras historicamente consagradas, em particular na literatura, traço editorial patente em rubricas como "O que as senhoras devem ler", correspondente ao primeiro triénio da década de 1930, mas à qual se sucederam diferentes formatos com o mesmo conceito subjacente. (Note-se que o termo "senhora" é empregue com propósito de conferir uma noção de respeitabilidade a quem seguisse os conselhos, uma legitimação interna da função de guia moral).

Como se demonstrou, as considerações que acabam de se tecer não encaixam em todos os momentos do periódico, havendo inclusive episódios que contrariam veementemente tal visão, que tanto se destacam que acabam exatamente por confirmar o que contrariam - "a exceção confirma a regra".

Em algumas conjunturas, a Eva veiculou demonstrações de um feminismo moderado, louvando o movimento internacional mas evitando associar-se a organismos nacionais. Teceu também elogios a algumas figuras particulares, principalmente em homenagem póstuma tardia, como Emmeline Pankhurst ou Ana de Castro Osório. Contudo, estas e outras flutuações afirmam-se, nalguma medida, como sinais dos tempos, configurando uma retórica e posicionamento que seriam praticamente inevitáveis, sob pena de perda de público, face ao desenvolvimento de uma consciência coletiva dos mecanismos opressores e da luta pela emancipação. Faz-se esta constatação não querendo inferir juízos sobre a legitimidade ou honestidade desta militância ou "ativismo" (interprete-se o termo com os devidos ajustes históricos), contudo, as suas incongruências no plano temporal indiciam retração na abordagem a estes assuntos (com as devidas exceções), o que poderá ter origem na relutância na adesão aos ideais ou aos movimentos organizados, ou até no receio de sanção por parte do poder político, prática corrente e com efetivas repercussões na estabilidade financeira das publicações.

Nesta análise, configurou-se uma Dimensão Defensiva que se bate intransigentemente contra poderes instituídos pela equidade. Verificou-se a evolução de uma Dimensão Informativa que se dedicou a expor temáticas fraturantes, procurando um debate sobre as condições sociais femininas. Tratou-se uma Dimensão Laudatória e Fundamento Igualitário que se emparelham para comunicar que a emancipação feminina não tardaria, envergando as vestes simbólicas do feminismo para inspirar as leitoras a tomar rédeas dos seus destinos.

Assim se desenha uma componente da Eva, uma das facetas de um discurso amplo que exhibe outras preocupações fundamentais e ineficiência na sua veiculação. Começando por colocar as notícias sobre o feminismo no referencial de um ambiente externo e inacessível, o estrangeiro, conjugado com um movimento lato e pouco palpável, a cavalcada do feminismo, pouco sentida pelas mulheres portuguesas, sem direito à associação livre, constantemente perseguidas e censuradas nos seus esforços pela mudança social. Poderia raciocinar-se que a mera existência destas achegas, que surgem com regularidade, seria suficiente para cumprir um papel que desse relevo histórico à revista. A este respeito, impõe-se um aprofundamento da reflexão.

No seu âmago, a roupagem dada a esta vertente discursiva assenta numa retórica pouco esforçada contra construções mentais naturalizadas, que se procurou representar nos Fundamentos, entidades morais que fazem um átono contraponto.

Qual é o poder da noticiação de avanços estrangeiros pela igualdade de género, particularmente laboral, numa revista que muito mais frequentemente faz a apologia da vida doméstica? Que com muito mais veemência desenvolve narrativas sobre a grandeza de Portugal e a diferença essencialista da sua população, em especial a feminina? Que faz a apologia constante da família, atribuindo nela um papel estanque à mulher, que deverá assumir responsabilidades tão diversas que, feitas as contas, não teria tempo para conjugar com uma profissão, a não ser que as partilhasse com o marido (assunto tabu na revista)? Uma revista que reproduz discurso de origem eclesiástica, já por si uma entidade forte de interpenetração cultural, cuja tradição doutrinária é eminentemente conservadora. Qual é o efeito de tudo isto, inserido num contexto social repressivo, construído por um Estado integralista cuja maior habilidade é a naturalização dos seus ideais e a adaptação das suas políticas para manter o *status quo*, contrariando dinâmicas externas de mudança social?

A resposta a estas questões é a mais plausível razão para que uma publicação como a Eva não figure com mais frequência no trabalho de investigação socio-histórica. Não pelo seu conteúdo final, tão variável quanto o número de pessoas que a pretendam obter, mas sim pela sua característica óbvia, que perpassa as duas décadas de Eva que são aqui dissecadas e o próprio período histórico, em tudo o que não fosse oposição direta ao Estado Novo: a ambiguidade, ferramenta maior do regime e sucesso decisivo para a sua durabilidade, fomentando um relacionamento naturalizado com largas franjas da população, através de instrumentos de propaganda próprios, mas também de outros, externos e inadvertidamente apropriados, como a Eva.

Para finalizar, sublinha-se que a análise levada a cabo nesta investigação não é, de modo algum, a sistematização definitiva das questões sobre a relação entre o Estado Novo e a Eva, muito menos outras publicações do género. Para referência futura de como expandir o esforço aqui feito, deixa-se a óbvia sugestão de escrutinar os anos de 1951 em diante e outra, a de proceder à análise do discurso publicitário, presente nesta e noutras revistas, com base na apreciação de que a sua evolução espelha as representações da população, dados os seus objetivos.

Referências bibliográficas

A Página da Educação (1998). José Cardoso Pires (1925-1998). *A Página da Educação* 74, 14. Retirado de <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=74&doc=7491&mid=2> [consultado a 19/9/2017]

A. Nóvoa (Dir) (2003). Dicionário de Educadores Portugueses. Porto: Asa Editores

Almeida, J. F., Pinto, J. M. (1990). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença

Almeida, V. de C. (1906). *Como devo governar a minha casa*. Lisboa: Clássica Editora

Baptista, C. (2012). *Apogeu, Morte e Ressureição da Política nos Jornais Portugueses - do Século XIX ao Marcelismo*. Lisboa: Escrit'orio Editora

Becker, H. (1982). *Art Worlds*. Berkeley: University of California Press

Becker, H. (1986). *Doing Things Together*. Evanston: Northwestern University Press

Benjamin, W. (1987). *Obras Escolhidas, Vol. 1 - Magia e técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense

Bourdieu, P. (1979), Les trois États du capital culturel. *Acte de la recherche en sciences sociales*. 30(1) 3-6

Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel

Bourdieu, P. (1996). *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras

Bourdieu, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Celta Editora: Oeiras

Bordieu, P. (2002). *Esboço de Uma Teoria da Prática*. Celta Editora: Oeiras

Bourdieu, P. (2010). *A distinção: uma crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70

Butler, J. (2008). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge

Brasão, I. (2012). *O Tempo das Criadas. A condição servil em Portugal (1940-1970)*. Lisboa: Tinta-da-China

Brasão, I (1999). *Dons e Disciplinas do Corpo feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo*. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Brasão, I. (2009). A fingir que lia no eléctrico de Sintra: leituras subalternas e controlo político. In Brasão, I., Curto, D. R., Domingos, N., Kumar, R., Medeiros, N., Santos, T. Comunidades de leitura: cinco estudos de sociologia da cultura. (pp.) Lisboa: Colibri

Burawoy, M. (2005) For public sociology. *American Sociological Review*, 70, 4-28

Correia, R. L. M. P. (2013). O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: A Principal Associação de Mulheres da Primeira Metade do Século XX (1914-1947) (Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa)

Cova, A.; Pinto, A. C. (1997). O salazarismo e as mulheres: uma análise comparativa. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, 17, 71-94

Crehan, K. (2002). Gramsci, Culture and Anthropology. London: Pluto Press

Creswell, J. W. (2014). Research Design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches. London: Sage

Cruz, M. B. (1992). O Estado Novo e a Igreja Católica. In Serrão, J. & Marques, A. H. O. (Dir.), Portugal e o Estado Novo (1930-1961). (pp.202-248) Lisboa: Editorial Presença

Denzin, N. (1995). Symbolic Interactionism and Cultural Studies. Oxford: Blackwell

Ferro, A. (2007). Entrevistas a Salazar. Lisboa: Parceria António Maria Pereira

Gomes, P. M. (2013). O Jornal Novo, a Revolução e a Liberdade de Imprensa. *Media & Jornalismo*, 12(23), 63-76

Gomes, T. V. A. (2011). Uma revista feminina em tempo de guerra: o caso da "Eva" (1939-1945). (Dissertação de mestrado, universidade de Coimbra)

Gorjão, V. (2002). Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Grilo, M. (2011). Ideologia e História no Estado Novo - A Revisão Integralista do Passado Nacional. *Promontoria*, 9(9) 191-218

Guimarães, E. (1945). A Situação Jurídica da Mulher e a Futura Reforma do Código Civil. *Revista da Ordem dos Advogados* 5(3-4) 81-100

Hanks, F. (2000). Notes on Semantics in Linguistic Practice. In Robbins, D. (Ed) Pierre Bourdieu, Vol. II (pp160-174) London: Sage Publications

Heinich, N. (2004). Sociologie de l'art. Paris: Éditions la Découverte

Hobsbawm, E. (2005). Tempos interessantes: uma vida no século XX. Porto: Campo das Letras

Inverno, C. R. C. (2010). Mulher no País de Maria Lamas - A questão sem nome na obra para além do amor (Master's thesis, Universidade Nova de Lisboa)

Lima, H. (2013). Meios de Censura e Formas de Condicionamento do Jornalismo da Ditadura Portuguesa. *Media & Jornalismo*, 12(23), 165-188

Loff, M. (2008). O Nosso Século é Fascista! O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945). Lisboa: Campo das Letras

Lucena, M. (1995). O Regime Salazarista e a sua Evolução. Matosinhos: Contemporânea Editora

Marques, D. D. M. (2007). Teatro com sentido: a voz crítica de Manuela Porto. (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa)

Martins, H. (1998). Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais

Martins, M. de L (1990). O Olho de Deus no discurso salazarista. Porto: Afrontamento

Medina, J. (2000). In Tengarrinha, J. (Org.), História de Portugal. (pp.297-312) São Paulo: Fundação Editora da UNESP

Moi, T. (2000). Appropriating Bourdieu: Feminist Theory and Pierre Bourdieu's Sociology of Culture. In Robbins, D. (Ed) Pierre Bourdieu, Vol. IV (pp314-342) London: Sage Publications

Neves, S. (2009). O silêncio mordaz das mulheres na ciência: lideranças ocultas (ou ocultadas) na psicologia. In E. Macedo & M. Koning (Orgs.), Reiventando Lideranças: Género, Educação e Poder (pp. 117-139). Porto: Livpsic/FCF

Oliveira, A. M. (1981). Dicionário de mulheres célebres. Lisboa: Porto: Lello & Irmão

Oliveira, C. (1992). A Evolução Política. In Serrão, J. & Marques, A. H. O. (Dirs.), Portugal e o Estado Novo (1930-1961). Lisboa: Editorial Presença

Osório, A. C. (1905). Às Mulheres Portuguesas. Lisboa: Editora Viúva Tavares Cardoso

Parsons, T. (2002). Family: socialization and interaction process. London: Routledge and Kegan Paul

Pereira, S. M. (2012). Casa e Mudança Social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa. Casal de Cambra: Caleidoscópio

Pereira, S. M. M. (2014). Da edição de guias para a mulher e ensaios sobre a condição feminina durante o Estado Novo (1933-1950) (Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro)

Pimentel, I. F. (2001). História das organizações femininas do Estado Novo. Lisboa: Temas & Debates

Pimentel, I. (2013, 6 de maio). No Portugal de Salazar, o casamento das professoras primárias. [artigo em blog] Retirado de <http://jugar.blogs.sapo.pt/3524216.html> [consultado a 4/09/2017]

Pinto, M. (2010). A teorização do jornalismo em Portugal: Estado Novo - 2ª parte (de Junho de 1958 a Abril de 1974). In Sousa, J.P. (coord.), *O Pensamento Jornalístico Português: Das Origens a Abril de 1974* (pp.143-398) Covilhã: Livros LabCom

Pinto, O. M. P. R. N. (2014). *Educação e Ideologia - Portugal, pátria de heróis: a figura histórica em contexto educativo (1926-1974)* (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa)

Pinto, R. P. (2008). *Prémios do Espírito. Um Estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais

Plummer, K. (2000). *Dybbolic Interactionism in the Twentieth Century*. In Turner, B. (Ed), *The Blackwell Companion to Social Theory*. Oxford: Blackwell Publishers

Público. (28/7/2001). Morreu o pintor e escritor Rogério de Freitas. Retirado de <https://www.publico.pt/2001/07/28/culturaipsilon/noticia/morreu-o-pintor-e-escriptor-rogerio-de-freitas-33473> [consultado a 19/9/2017]

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva

Rebelo, J.(1998). *Formas de legitimação do poder no salazarismo*. Lisboa: Livros e Leituras

Rey, A. M. (1947, maio). *Eva: Jornal da Mulher e do Lar*, 904

Ramalho, P. N. C. M. (2012). *A Imagem Socialmente Dominante da Mulher no Período do Estado Novo*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro)

Rodrigues, G. A. (1980). *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura de Língua Portuguesa

Rosas, F. (1992). As Grandes Linhas da Evolução Institucional. In Serrão, J. & Marques, A. H. O. (Dirs.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1961)*. (pp.86-139) Lisboa: Editorial Presença

Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, XXXV(157), 1031-1054

Rosas, F. (2012). *Salazar e o Poder - A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China

Saussure, F. (1992). *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote

Santos, P. A. F. B. (2012). A Política Religiosa do Estado Novo (1933-1974): Estado, Leis, Governação e Interesses Religiosos (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa)

Secretariado Nacional de Informação (1972). Eva. Lisboa: Direção dos Serviços de Censura

Serrão, J. & Marques A. H. O. (Dirs.) (1992), Portugal e o Estado Novo (1930-1961). In Rosas, F. (coord.), Nova História de Portugal. Lisboa: Editorial Presença

Shmitt, C. (2005). Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty. Chicago: Chicago University Press

Sousa, J. P. (2010). Relembrando o contexto histórico: 1644-1974. In Sousa, J.P. (coord.), O Pensamento Jornalístico Português: Das Origens a Abril de 1974 (pp.3-51) Covilhã: Livros LabCom

Sousa, F. C. P. S. (2013). As Relações entre o Vaticano e o Estado Novo. (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias)

Tengarrinha, J. (2006). Imprensa e Opinião Pública em Portugal. Coimbra: Edições Minerva

Torgal, L. R. (2000). O Estado Novo. Fascismo, Salazarismo e Europa. In Tengarrinha, J. (Org.) História de Portugal. (pp.313-338) São Paulo: Fundação Editora da UNESP

Torgal, L. R. (2009). Estados novos, Estado Novo: ensaios de história e política cultural. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Universidade Digital (2008). Docentes e Estudantes da Primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Francisco Homem Christo. Retirado de https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20primeira%20flup%20-%20francisco%20homem%20cristo [consultado a 19/9/2017]

Vaquinhas, I. (2011). A Época Contemporânea - Introdução. In Mattoso, J. (Dir.) História da vida privada em Portugal: A época contemporânea. (pp.15-16) Lisboa: Círculo de Leitores

Z. O. Castro, J. Esteves (Dirs) (2005). Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX). Lisboa: Livros Horizonte

Fontes Documentais

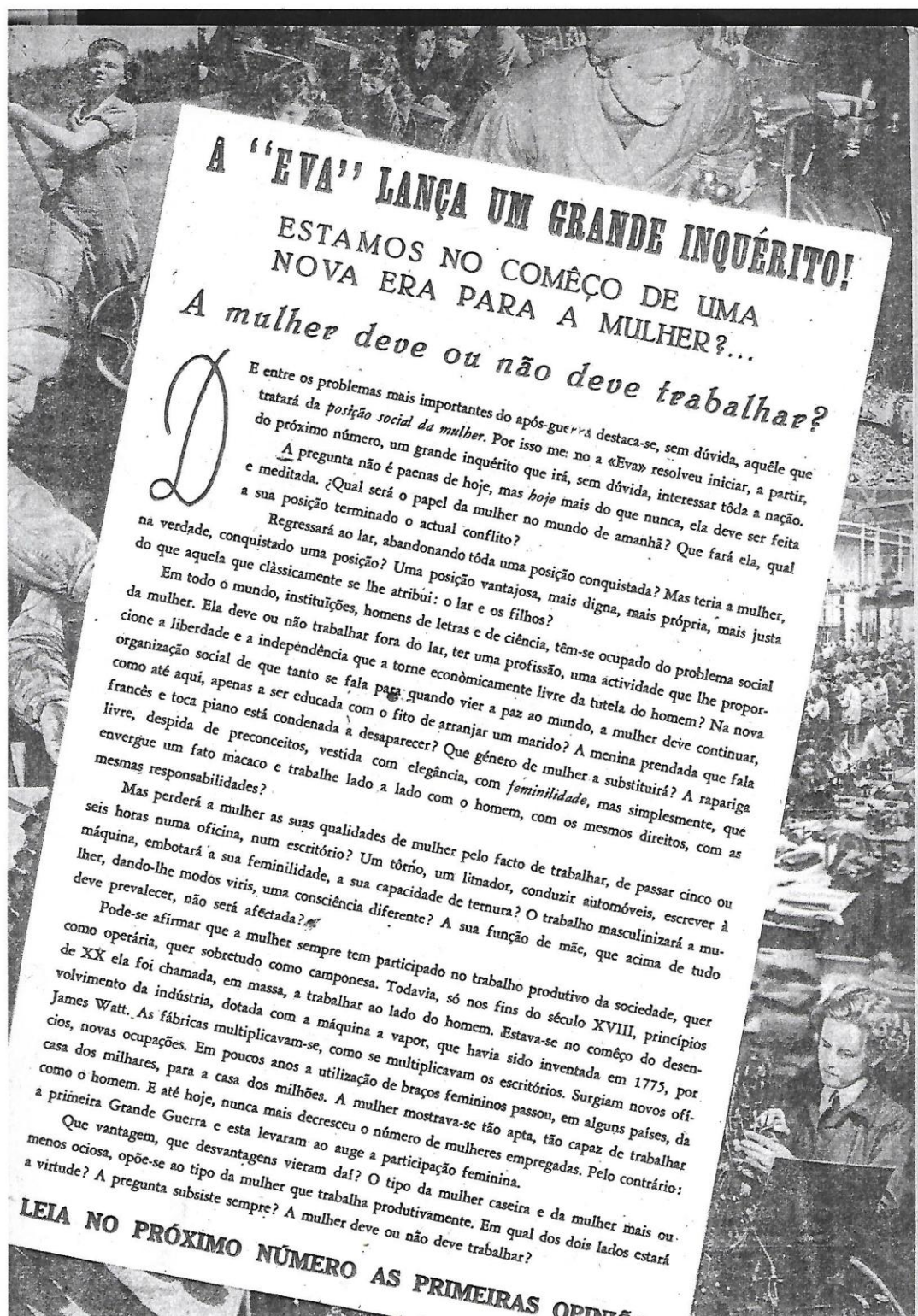
Revista Eva: Jornal da Mulher e do Lar (n.243-944)

"Revista Eva".Arquivo dos Serviços de Censura. Diretório do Secretariado Nacional de Informação. Torre do Tombo

Instituto Nacional de Estatística (1945). VIII Recensamento Geral da População - No Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa

ANEXOS

Anexo 1: Anúncio do Inquérito "A mulher deve ou não trabalhar?"



A "EVA" LANÇA UM GRANDE INQUÉRITO!

ESTAMOS NO COMÊÇO DE UMA NOVA ERA PARA A MULHER?...

A mulher deve ou não deve trabalhar?

Dentre os problemas mais importantes do pós-guerra destaca-se, sem dúvida, aquele que tratará da *posição social da mulher*. Por isso me: no a «Eva» resolveu iniciar, a partir, do próximo número, um grande inquérito que irá, sem dúvida, interessar toda a nação.

A pergunta não é pacas de hoje, mas *hoje* mais do que nunca, ela deve ser feita e meditada. Qual será o papel da mulher no mundo de amanhã? Que fará ela, qual a sua posição terminado o actual conflito?

Regressará ao lar, abandonando toda uma posição conquistada? Mas teria a mulher, na verdade, conquistado uma posição? Uma posição vantajosa, mais digna, mais própria, mais justa do que aquela que classicamente se lhe atribui: o lar e os filhos?

Em todo o mundo, instituições, homens de letras e de ciência, têm-se ocupado do problema social da mulher. Ela deve ou não trabalhar fora do lar, ter uma profissão, uma actividade que lhe proporcione a liberdade e a independência que a torne economicamente livre da tutela do homem? Na nova organização social de que tanto se fala para quando vier a paz ao mundo, a mulher deve continuar, como até aqui, apenas a ser educada com o fito de arranjar um marido? A menina prendada que fala francês e toca piano está condenada a desaparecer? Que género de mulher a substituirá? A rapariga livre, despida de preconceitos, vestida com elegância, com *feminilidade*, mas simplesmente, que envergue um fato macaco e trabalhe lado a lado com o homem, com os mesmos direitos, com as mesmas responsabilidades?

Mas perderá a mulher as suas qualidades de mulher pelo facto de trabalhar, de passar cinco ou seis horas numa oficina, num escritório? Um tórrio, um litnador, conduzir automóveis, escrever à máquina, embotará a sua feminilidade, a sua capacidade de ternura? O trabalho masculinizará a mulher, dando-lhe modos viris, uma consciência diferente? A sua função de mãe, que acima de tudo deve prevalecer, não será afectada?

Pode-se afirmar que a mulher sempre tem participado no trabalho produtivo da sociedade, quer como operária, quer sobretudo como camponesa. Todavia, só nos fins do século XVIII, princípios de XX ela foi chamada, em massa, a trabalhar ao lado do homem. Estava-se no comêço do desenvolvimento da indústria, dotada com a máquina a vapor, que havia sido inventada em 1775, por James Watt. As fábricas multiplicavam-se, como se multiplicavam os escritórios. Surgiam novos officios, novas ocupações. Em poucos anos a utilização de braços femininos passou, em alguns países, da casa dos milhares, para a casa dos milhões. A mulher mostrava-se tão apta, tão capaz de trabalhar como o homem. E até hoje, nunca mais decresceu o número de mulheres empregadas. Pelo contrário: a primeira Grande Guerra e esta levaram ao auge a participação feminina.

Que vantagem, que desvantagens vieram daí? O tipo da mulher caseira e da mulher mais ou menos ociosa, opõe-se ao tipo da mulher que trabalha produtivamente. Em qual dos dois lados estará a virtude? A pergunta subsiste sempre? A mulher deve ou não deve trabalhar?

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO AS PRIMEIRAS OPINIÕES

Anexo 2: Grelha de Análise de Conteúdo

Ano	Título(s) / Conteúdo / Citação	Autor	Dimensões	Fundamentos	Número
1930	"Vestir bem gastando pouco - Como se moderniza um vestido e um chapéu (...) A economia é virtude preciosa... A vida moderna obriga a frequentar assiduamente a sociedade... É preciso variar de toilettes para não incorrer ao desagrado da crítica impiedosa" (p9)	s/a	Cicerónica	Tradicionalista	4 janeiro / 243
	História sobre um homem que quis que o filho nascesse num avião. "A sede de originalidade transforma o bom senso de certos americanos, mas, isto é ainda menos para espanto do que a submissão da mulher, necessariamente sacrificada (...) Eu creio que apesar da mulher portuguesa ter a fama de ser a mulher mais submissa do mundo, depois da japonesa, nenhuma se submeteria a idêntico capricho do marido." (p10)	Ivette (Maria de Cabêdo)	Defensiva	Essencialista	
	Anúncio da 3ª Exposição de Trabalhos Femininos	s/a	Laudatória, Informativa	Essencialista	
	A propósito de um concurso de homens "Às meninas convém ensinar-lhes a amarem as suas bonecas, a cuidarem-nas, a vestirem-nas, gracioso e agradável tirocínio de que mais tarde, já mulheres e mães, encontrarão proveitoso resultado" (p18)	João Maria Ferreira	Cicerónica; Gendrificada	Essencialista; Familiar	
	Destaque de 1ª página para mulheres artistas: Ema Vieira Lisboa, Alda Machado Santos	s/a	Laudatória	Igualitário	11 janeiro / 244
	Sobre Josephine Dunn "Pelo Mundo do Cinema (...) Quando a mulher, qualquer que ela seja, sobe pacientemente o calvário da sua vida e lá em cima em vez da cruz encontra o triunfo, ninguém, absolutamente ninguém, lhe pode negar, em consciência o justo aplauso ao seu esforço (...) Bem aventurados os que sofrem porque eles serão consolados" (p11)	s/a	Laudatória; Defensiva	Essencialista; Religioso	
	"Como se afirma o valor intelectual da mulher (...) Marie Curie vai entrar na Academia Francesa, cujo lugar já conquistou há muitos anos pela sua ciência, pelo seu coração, e ainda pelo seu inconfundível aprumo moral" (p3)	Virgínia de Castro Almeida	Laudatória; Informativa	Essencialista	18 janeiro / 245
	Notícia sobre Escola Naval Feminina em França "Criar Yatchwomen... sem que a mão do homem tenha que intervir para retificar a direção do leme"	s/a	Laudatória; Informativa	Igualitário	

(p7)				
"Fora do Mundo do Cinema (...) Desde então -1925- a gloriosa Gloria [Swanson], é uma grande senhora, distinta, reservada e exageradamente respeitadora das conveniências sociais"- a partir do 3º casamento	s/a	Laudatória	Tradicionalista	
"Crónica Feminina (...) Luciana Radisse - A mulher do futuro (...) Veio um pouco antes da sua era própria (...) É curioso saber-se destes arrojos femininos que por alguma forma vão desfazendo o preconceito errado da fragilidade do nosso sexo" (p10) - violoncelista e radialista que pilota aviões	Ivette (Maria de Cabêdo)	Laudatória; Informativa	Igualitário	
Carta aberta a uma leitora que escreveu argumentando que João de Deus já não era um poeta tão interessante para as leitoras portuguesas. Em resposta, assinalam-se as virtudes líricas do poeta, com referência à "Cartilha Maternal" e a sua importância para as mães portuguesas	Zuzarte de Mendonça	Moralizante	Familiar; Tradicionalista; Essencialista	
História "Nem tudo o que luz é Oiro" sobre casal feliz - "Ela, o protótipo de boa dona de casa, bonacheirona, vulgar, um ar ingénuo parente muito próximo da estupidez. Ele vivo, activo" (p10) - Provável ironia sobre a dona de casa	Sara Beirão	Defensiva		25 janeiro / 246
"Crónica Feminina (...) Pregam os moralistas que a mulher é para o lar, e sugestionam que fora dele é planta deslocada que se estiola (...) é lógico, é humano incitar a mulher ao trabalho e instrução" (p19)	Ivette (Maria de Cabêdo)	Defensiva	Igualitário	
O que as senhoras devem ler	Isabel Saavedra	Cicerónica	Essencialista, Tradicionalista	8 fevereiro / 248
Crónica Feminina sobre o tamanho das saias e decotes. Incomodam as saias curtas e decotes impróprios, mas tudo são convenções e há exagero de quem fala de desmoralização	Ivette (Maria de Cabêdo)	Moralizante	Tradicionalista, Igualitário	
"O Feminismo em Inglaterra" - curto texto que reporta o muito reduzido número de mulheres juradas em Inglaterra. Dados relativos a 1928	s/a	Laudatória, Informativa	Igualitário	22 fevereiro / 250
Crónica Feminina sobre casamentos muçulmanos	s/a	Informativa	-	1 março / 251
A mulher na sociedade futura - como as mulheres herdaram e geram as grandes fortunas dos EUA. Banqueiro afirma que mundo será governado por mulheres "dentro de 12 anos" (p.20)	s/a	Laudatória, Informativa	Igualitário	
Cultura Física e Desportos - dedicada à entrada de mulheres em desportos	s/a	Laudatória,		8 março /

	anteriormente vedados como atletismo, remo e futebol. Menciona nomes de atletas e a inclusão das competições femininas nos Jogos Olímpicos		Informativa	Igualitário	252
	Peça sobre mulheres engenheiras, advogadas e economistas no Brasil, e juíza alemã. "Nunca é demasiado encarecer os progressos do feminismo no mundo inteiro, pois é certo que a mulher vai conquistando lugares de destaque em todos os meios sociais" (p.7)	s/a	Laudatória, Informativa	Igualitário	22 março / 254
	Na Polónia - texto referente ao avanço da presença das mulheres polacas na sociedade pós-guerra, nomeadamente nas carreiras jurídicas	s/a	Laudatória, Informativa	Igualitário	5 abril / 256
	Em que pensam as mulheres - reprodução de revista feminina estrangeira que plesbicitou 1000 das suas leitoras. Resultado: aos 4 anos pensam em bombons e pastéis, aos 7 na boneca preferida, aos 13 num priminho, aos 18 num homem para casamento romântico, aos 21 anteveem um bebé, aos 35 desolam-se com o primeiro cabelo branco, aos 40 lamentam as primeiras rugas, aos 50 pensam no passado, aos 60 só interessam os netinhos.	s/a	Gendrificada, Cicerónica	Essencialista, Familiar	
	Crónica Feminina - sobre trajes, critica Violette Morris, atleta francesa que se veste como os homens "ridícula e anormal é uma mulher que se masculiniza (...) como é ridículo e anormal o homem adamado (...) Por haver tantas feministas desequilibradas, é que o feminismo não tem ainda a força que podia ter (...) Copiar homens só no seu desenvolvimento intelectual, na sua aplicação e coragem pelo trabalho" (p.11)	Ivette (Maria de Cabêdo)	Gendrificada, Cicerónica	Essencialista	19 abril / 258
	A Evolução da Mulher - "Eis como funciona o espírito da mulher no dizer de um psicólogo notável" Interesses, traços fundamentais: biberon e papinhas até aos 6 anos, egoísmo entre os 12 e os 15, vaidade entre os 15 e os 20, vaidade intelectual entre os 20 e os 25, sentimento maternal nas casadas, <i>coquetterie</i> sem limites nas celibatárias entre os 25 e os 40, vaidade e cuidados de <i>toilette</i> entre os 40 e os 50, luta contra a velhice depois dos 50 e aos 60, foco em ser avó. Comentário da Eva "Temos de convir que não há demasiada benevolência nesta apreciação" (p.18)	s/a	Gendrificada, Cicerónica	Essencialista, Familiar	
	Destaque na 1ª página para jornalista e autora francesa, Raymonde Latour	s/a	Laudatória, Informativa	Igualitário	26 abril / 259
	Crónica Feminina - Comparações entre homem e mulher, as mulheres "mais requintadamente perversas" e "ingénuas ao casar com quem não tem as mesmas afinidades espirituais" (referindo-se à educação e à forma de	Maria de Cabêdo	Gendrificada	Essencialista	

	pensar) (p.15)				
	Feminismo - Avanços profissionais de mulheres estrangeiras: aviadoras, capitãs de navios	s/a	Laudatória, Informativa	Igualitário	3 maio / 260
	História de amor em que a menina revela ao amado, estudante em Coimbra e distante dela, que pretende ter uma carreira independente e que por isso não o poderá seguir.	s/a	Defensiva	Igualitário	
	Notícia do casamento de Edda Mussolini - referência neutra ao pai "homem mais discutido do mundo". Muito elogiosa da inteligência e da coragem da filha	s/a	Informativa, Defensiva, Política	-	10 maio / 261
	Crónica Feminina - obituário de Cosima Wagner	Ivette (Maria de Cabêdo)	Informativa, Laudatória	Familiar	
	A Mulher na Política Social - peça sobre as mais distintas mulheres estrangeiras neste âmbito	s/a	Laudatória, Informativa	Igualitário	24 maio / 263
	Crónica Feminina - Defesa da instrução feminina e das mulheres intelectuais, contrariando mulheres que afirmam as virtudes da vida doméstica	Ivette (Maria de Cabêdo)	Cicerónica	Igualitário	
	Revela-se que Ivette (Maria de Cabêdo) é pseudónimo de Maria de Cabêdo numa peça sobre a palestra dada por esta, intitulada O Trabalho é Redenção	s/a	História da Empresa Jornalística, Cicerónica	Igualitário	14 junho / 267
	Referência à mãe que se deita tarde e acorda cedo para tratar das roupas dos filhos	s/a	Gendrificada, Cicerónica	Familiar, Essencialista	5 julho / 269
	Excerto da palestra de Judith Maggioly, que apela à compra e promoção de vestuário nacional: "a mulher portuguesa não é tão maliciosa quanto a julgam. É moderna, sim, mas sem adotar para si os exageros do modernismo que ficam bem nos outros. É ainda com uma certa timidez que aceita e imita as liberdades vindas do estrangeiro. O modernismo com as suas extravagâncias exóticas não poderá adaptar-se nunca ao seu temperamento naturalmente dócil, domável, onde viaja, ainda fresquinha, a flôr da cândura!" (p.10)	s/a	Moralizante, Gendrificada	Essencialista, Nacionalista	
	Poema "A Portugal" de cariz patriótico	s/a	Cicerónica, Política	Nacionalista	
	No Instituto Feminino de Educação e Trabalho - As meninas expõem	s/a	Gendrificada;		12 julho /

	trabalhos como bordados, tapeçarias, costuras à mão e à máquina. Numa das gravuras saúdam à romana o Presidente da República (menção do título <i>ex officio</i> sem menção do nome, à data seria Óscar Carmona), que compareceu à cerimónia de encerramento do ano letivo		Informativa	Tradicionalista; Nacionalista	270
	A interessante excursão do Diários de Notícias - publicação de registos fotográficos da viagem à Curia, Luso, Bussaco, Aveiro, S. Pedro do Sul e Vousela. Descrita como "três dias de encantadora camaradagem e de inolvidável recordação" (p.11) [António Ferro esteve presente nesta excursão organizada por Carolina Homem Christo, futura diretora]	s/a	História da Empresa Jornalística	-	19 julho / 271
	Saúda-se as festas do centenário da independência grega, principalmente por ter sido um momento histórico protagonizado por uma mulher, Bourbalina	s/a	Laudatória, Informativa	Essencialista	26 julho / 272
	Crónica Feminina - no laboratório de Histologia da Escola Médica "Fico satisfeita por vêr ocupadas nêstes trabalhos duas figuras de mulher, e noto que é como amor e com a máxima atenção que se dedicam ao seu mister" (p.15)	Ivette (Maria de Cabêdo)	Laudatória, Informativa	Igualitário	
	O que a moda manda usar nas praias - "Nem mesmo as exortações e as penas cominadas pela Santa Sé, constantes instruções enviadas aos delegados apostólicos, para que, por sua vez, as transmitam aos presbíteros seus subordinados, conseguiram ter mão na fúria exibicionista que, principalmente nos meios italianos, acometeu o mundo elegante feminino, tornando difícil o discriminar de quais eram, de entre as mulheres que, em plena luz do sol e com desprezo de todas as normas sociais e convenientes, exibiam as suas formas tentadoras ante os olhares lúbricos (...) Continua a fazer-se a imoral parada (...) A Eva tem por dever trazer as suas gentis leitoras ao corrente do que em questões de moda ocorre por esse mundo além, sem que a publicação dos modelos importe a sua sanção. Nem todas as modas são para todas as mulheres, nem todas as mulheres são para todas as modas. Mal da moral e da família, se assim não fosse (...) Apareceu nas praias da nossa terra (...) com grave escândalo das famílias mais burguesas e menos versadas em modernismos.	s/a	Moralizante, Informativa	Religioso, Tradicionalista	2 agosto / 273

	Tal é o poder da moda, soberana onipotente, que conta por milhares, mais do que súbditas, escravas insubmissas" (p.7)				
	Mulheres que se distinguem - uma aviadora e outra tocadora de gaita de foles, ambas estrangeiras	s/a	Laudatória, Informativa	Igualitário	
	Elegância à beira-mar - sugere-se o roupão até junto à ondulação, depois o pyjama ou u elegante maillot	s/a	Cicerónica	Tradicionalista	9 agosto / 274
	O Pudôr Feminino - texto a criticar "O que vai por essas praias, Santo Deus! (...) trajas rudimentares de mulheres que em casa cumprem rigorosamente os requisitos morais". Termina com sugestão à compra de <i>toilettes chics</i> nos Armazéns do Chiado (p.8)\	s/a	Moralizante	Tradicionalista	
	Feminismo - elogio a mulheres portuguesas, médicas. A propósito da inclusão da primeira mulher francesa num corpo clínico hospitalar	s/a	Laudatória, Informativa	Igualitário	16 agosto / 275
	A Vida Social das Mulheres - As francesas podem ocupar cargos na justiça, mas "convém registar: as mulheres não confiam umas nas outras, preferem dar defesa dos seus interesses aos homens. Uma questão de psicologia..."	s/a	Informativa	Essencialista	23 agosto / 276
	Mulheres de que se fala - "Miss Lloyd George, grande na Guerra e Notável na Paz"	s/a	Laudatória, Informativa	Familiar	13 setembro / 279
	Mulheres que trabalham - Pretende desmistificar o conceito de que as mulheres se masculinizam quando trabalham, apresentado casos de "pessoas de categoria social" - Isolda Lino, filha do arquiteto Raúl Lino [1º número sob direção de Helena Roque Gameiro]	s/a	Laudatória, Informativa	Igualitário	6 dezembro / 291
	Uma jornalista - Irene de Vasconcelos, representante da Propaganda de Portugal em Genebra, no seio da Sociedade das Nações. Retrato feito por Judith Maggioly	s/a	Laudatória, Informativa	Igualitário	13 dezembro / 292
	Cinema Português - sobre "A Portuguesa de Nápoles", "sem falsas atitudes, sem outras formas que não sejam aquelas que põem a história ao serviço duma tradição que honra Portugal e a alma feminina portuguesa" (p.6) [Direção de Helena e Mamia Roque Gameiro]	s/a	Moralizante	Nacionalista	
	Mulheres que trabalham - as Associações Femininas e a protecção à infância. Louvor a mulheres que empregam o seu tempo livre em prol da sociedade, especialmente da "maior preocupação das mulheres" (p.16)	Elina Guimarães	Laudatória, Informativa	Essencialista	20 dezembro / 293
1931	Crónica Feminina - história de vida de Madame Avril de Sante Croix,	Maria de	Laudatória,		3 janeiro /

	famosa feminista, Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Francesas	Cabêdo	Informativa	Igualitário	295
	Uma Grande Obra de Caridade - Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino	Maria de Cabêdo	Laudatória, Informativa	Igualitário	21 fevereiro / 302
	Destaque de 1ª página a Florbela Espanca. Em rodapé: "O «Diário de Notícias», pela pena de António Ferro, inseriu um artigo primoroso (...) alvitrando a erecção do seu busto no lindo jardim público de Évora (...) A Eva associa-se com o maior entusiasmo" (p.5)	s/a	Informativa, História da Empresa Jornalística	Igualitário	7 março / 304
	Marcelle Tynaire - artigo sobre esta romancista francesa, ao lado do apelo à erecção do busto de Florbela	s/a	Informativa	Igualitário	14 março / 305
	Aquela mulher - conto	Carolina Homem Christo	História da Empresa Jornalística		4 abril / 308
	Trabalho Feminino - Pintura em esmalte	s/a	Informativa	Tradicionalista	
	Perfumes estrangeiros para quê? - publicidade aos Produtos Nally, com testemunho das irmãs Roque Gameiro	s/a	Cicerónica	Nacionalista	11 abril / 309
	Perfumes estrangeiros para quê? - publicidade aos Produtos Nally, com testemunho de Helena de Aragão (diretora da Fémina) e Maria Lamas (diretora da Modas & Bordados)	s/a	Cicerónica	Nacionalista	25 abril / 311
	Uma Rainha sem Preconceitos - Recusa apelidar Cristina da Suécia de feminista, por ter traços viris no seu comportamento. Refere apenas que foi feminista ao liderar um período de paz ao subir ao trono. [Silogismo: Se foi apologista da paz, foi mulher, se foi mulher, foi feminista]. Acusa de "vistas curtas" quem discorde da sua opinião (p.6)	Tereza Leitão de Barros	Moralizante	Tradicionalista; Essencialista	13 junho / 318
	Actualidades - fotografia de alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, novamente fazendo saudação romana	s/a	Informativa	Nacionalista	27 junho / 320
	Enigma Oriental - "Espôsa amantíssima, mãe estremosa, filha obediente, namorada apaixonada, irmã afectuosa - a indiana pode chamar-se modelo de virtudes (...) Para defender a sua honra, capaz de se deixar matar! Para manter a sua fidelidade de esposa, chegando a martirizar a própria carne! Que lição exemplaríssima para certas ocidentais!... (...) (...) essas bailadeiras lascivas (...) formam na Índia uma classe muito à	Gabriela Castelo Branco	Cicerónica; Informativa	Familiar; Igualitário	4 julho / 321

	<p>parte. Classe a que não é permitido o casamento, classe proscrita aos sagrados elos da família.</p> <p>Hoje, a Índia, onde também já chegou a civilização de cá, conta entre as suas mulheres: médicas, matemáticas, escritoras, etc. Todo o cortejo flamante do feminismo! Mas, provavelmente, as virtudes de outrora ainda perdurarão na maioria - para maior glória da biografia da mulher indiana." (p.5)</p>				
	<p>Tomás Ribeiro - sobre a obra deste e as heroínas por ele criadas, elogia-se a superioridade moral, dirigindo-lhe a "comovida homenagem de todos os portugueses de hoje que sabem distinguir, entre os portugueses de ontem, os que mais alto ergueram uma imaculada bandeira de virtudes cívicas e de inatacável grandeza moral" (p.6)</p>	Tereza Leitão de Barros	Laudatória; Cicerónica	Tradicionalista; Nacionalista	11 julho / 322
	<p>Cá e Lá - "À romântica Mariposa, que em estilo gongórico me escreve, pedindo opinião da cronista, sobre o adultério da mulher da esperança de que as suas teorias feministas a levem a absolver a culpada (...)</p> <p>No que podem interessar as minhas ideias à amável Mariposa? Eu, mísera e mesquinha, nem sequer tenho direito a voto, nesta era de notáveis conquistas e quando a minha lavadeira, chefe de família e assinando elegantemente o seu nome - Puliquémia de Jasus Himpólita - apenas com três erros de ortografia, vai em breve concorrer para a felicidade pública com o quadrilátero zinho de papel onde a alforria da multi-secular escravatura vibra e canta o seu Ça Ira entusiástico.</p> <p>(...) A estes assassinatos, simpáticos a juizes e jornalistas, e que a larga generosidade masculina, para os vícios e crimes do seu sexo, apelida de passionais, as lástimas vão para aquele que lava a frágil honra com o sangue de uma desgraçada e não para a vítima, a quem uma vida de arrependimento poderia talvez redimir de todas as misérias. Ninguém indaga se à pecadora assistiram razões para repudiar o marido, para o matar também. Mas bastará que a mulher ofendida se desforce, por forma mais ou menos violenta, e logo o negro humorismo indígena frechará a megera ciumenta com sarcasmos impiedosos</p> <p>Foi sempre assim o mundo: inclemente para os fracos, lisonjeiro para os poderosos (...)</p>	Emília de Sousa Costa	Defensiva	Igualitário	18 julho / 323

	Na próxima crónica continuaremos a conversa, sobre outras punições usadas em casos semelhantes. Não convém confranger duma assentada, as sensibilidades cristãs que nos escutam" (p.5)				
	1ª página dedicada à Princesa Ema da Turquia, cujo labor é elogiado, com referência aos benefícios do feminismo	Maria de Carvalho	Laudatória	Igualitário	1 agosto / 325
	Cá e Lá - termina a carta, em tom palestrante, a Mariposa, sobre a injustiça e brutalidade dos castigos infligidos às mulheres adúlteras	Emília de Sousa Costa	Defensiva	Igualitário	29 agosto / 329
	Cá e Lá - "Maria das Angústias acha iníquo que ele a faça calar, quando as suas queixas justas o incomodam, embora saiba que os seus juízos desfavoráveis existem, custodiados pelo silêncio. É lógico. Se ele tem o apoio incondicional da sociedade, por ser homem, para que há-de permitir impertinências e incómodos?" (p.7)	Emília de Sousa Costa	Defensiva	Igualitário	19 setembro / 332
	Combatamos o Analfabetismo! - "Um novo mandamento - evitarás que o próximo seja analfabeto (...) enquanto a nossa situação económica não habilite o Estado ao emprego de grandes meios que outros países já experimentaram" (p.3)	Tereza Leitão de Barros	Moralizante	Intellectual; Igualitário	26 setembro / 333
	A mulher e o analfabetismo - A mulher, professora nata, tem papel preponderante nas sociedades e deve ter consciência desse seu dever. "A instrução não deve arrancar o lavrador e o jornaleiro aos trabalhos do campo, nem o operário aos labores da oficina, mas sim concorrer para que eles saibam enobrecer essas profissões" (p.3) [Revela-se que decorre campanha do Diário de Notícias para combate ao analfabetismo]	Maria de Carvalho	Cicerónica; História da Empresa Jornalística	Intellectual; Essencialista	3 outubro / 334
	Cá e Lá - tece considerações políticas sobre a Guerra Civil Espanhola, o pós-Rivera, o consulado de João Franco e a Rússia Soviética, para concluir que a moral política é igual em toda a parte, e sempre vendável. Introduce o tema da moral enaltecendo que as portuguesas já usufruem do direito de voto.	Emília de Sousa Costa	Política; Moralizante	Igualitário	
	O problema do analfabetismo - evoca as alegrias da instrução básica, o progresso escandinavo e a responsabilidade do Estado no assunto	Ernestina Freixo	Cicerónica	Intellectual	10 outubro / 335
	O problema do analfabetismo - o problema é educar, não ensinar a ler, porque ler sem educação não vale de nada, é veneno sem antídoto	Oliva Guerra	Cicerónica	Intellectual	17 outubro /

					336
	A Mãe e o analfabetismo - responsabilidade maternal na educação dos filhos	Graciette Branco	Cicerónica	Intelectual; Essencialista	24 outubro / 337
	Para as Mulheres Meditarem - discorre sobre uma rede de ensino, não necessariamente pública, gratuita como elemento fundamental para a ação social [Transição de direção das irmãs Roque Gameiro para Empresa Nacional de Publicidade]	Sarah Benoliel	Política	Intelectual	14 novembro / 340
	Em Espanha - "Podem votar as Mulheres Espanholas pela vontade de Clara Campoamor e contra as ideias de Victoria Kent. Quem tem razão?" Debate sobre se o voto concedido às mulheres não será perigoso para a República que nasce, dada a sua falta de instrução, que as induz em conservadorismo	s/a	Política; Informativa	Tradicionalista	
	A mulher moderna - História das mulheres como pacíficas, submissas e de uma passividade estruturante no desenrolar dos grandes acontecimentos. A mulher revoltou-se e descurou obrigações antigas, trocou-as por beleza. Ganhou responsabilidade com a Guerra, tornou-se companheira do homem, em igualdade. A mulher moderna, com nova mentalidade, nasce no pós-guerra. Pode estudar, pode trabalhar. Deixa de ser frívola, inconsequente, preguiçosa e leviana.	Fernanda de Castro	Defensiva; Informativa; Laudatória	Igualitário	5 dezembro / 343
1932	Actividade feminina - sugere ocupação dos tempos livres com encadernação	s/a	Cicerónica	Tradicionalista; Familiar	9 janeiro / 348
	Uma princesa cozinheira - "A filha do Príncipe herdeiro da Suécia está frequentando uma escola culinária em Estocolmo - Um exemplo que fica nesta hora quente de modernismo e frivolidade (...) Nada poderá existir na vida duma mulher melhor que ser anjo do lar... uma boa dona de casa" (p.15)	s/a	Moralizante	Tradicionalista; Familiar	16 janeiro / 349
	Chamada de 1ª página para aviadora que bateu recorde (feminino) de distância navegada	s/a	Laudatória	Igualitário	23 janeiro / 350
	O Lar 1930 - notas colhidas de uma conferência de Maurice Bedel. Fala sobre lar de casal de jogadores de ténis, termina com testemunho da mulher "A minha ambição foi sempre ser mulher de um campeão do mundo, respondeu a noiva. E não pensamos noutra coisa". Em lar de bacharel em Direito e licenciada em Letras, que se retiraram para o campo e cultivam a	s/a	Cicerónica	Tradicionalista; Familiar	20 fevereiro / 354

	terra, pratica-se "heroísmo a dois" (p.8)				
	Cá e Lá - crítica ao puritanismo de jornalistas franceses "feminofos" e à ilegitimidade dos tribunais, no caso do julgamento da romancista George Sand (p.3)	Emília de Sousa Costa	Defensiva	Igualitária	27 fevereiro / 355
	Teatro - crítica a "O Estudante", peça de António Ferro. Maioritariamente negativa mas muito elogiosa do autor, pela inteligência, conhecimento e trabalho enquanto crítico. Para além disso, havia prometido ao público uma peça e cumpriu. [autor(a) refere conhecê-lo há 20 anos]	M. B.	História da Empresa Jornalística		23 abril / 363
	Texto sobre o Marechal Hindenburg, que se demonstra carinhoso com os netos. Exalta a sua firmeza no discurso e a luta contra Hitler, "que pretende deter a chama do nacionalismo alemão" (p.21)	s/a	Política		30 abril / 364
	Entrevista à rainha da Colónia Portuguesa no Brasil, Leopoldina Belo, qual felicita Carolina Homem Christo pela sua "magnífica revista" (p.20) [datada de 12 de maio]	G. de B.	História da Empresa Jornalística		18 junho / 371
	A morte de D. Manuel de Bragança - detalhado relato, na primeira página, do sofrimento da mãe do último rei, que morreu em Londres. Refere-se ao regicídio como "Tragédia do Terreiro do Paço" (p.3)	s/a	Política	Tradicionalista	23 julho / 376
	Curiosidades - Peça laudatória dos ideais e da luta de Clara Zetkin, a mais velha deputada ao Reichstag, histórica feminista e pacifista, afeta ao partido comunista. "milhares de mulheres falaram da ridícula comunista, mas não hesitaram em aproveitar-se mais tarde dos direitos por ela conquistados" (p.13); "Esta notícia tem apenas o fim de mostrar que a mulher, por esse mundo fora, se vai preocupando com a moda das actividades sociais" (p.21)	s/a	Laudatória	Igualitário	15 outubro / 388
1933	Destaque de 1ª página para Mussolini: a campanha contra a mulher esbelta, a favor da matrona romana "excelentes mães, sãs e robustas" (p.3) [Direção de Carolina Homem Christo]	s/a	Política; Cicerónica	Familiar; Tradicionalista	7 janeiro / 400
	Para não engordar - secção de culinária	s/a	Cicerónica	Essencialista	14 janeiro / 401
	Os cursos práticos e o Salão de Vendas da Eva - "O êxito incontestável e o número de inscrições nos cursos práticos da Eva são a confirmação da lacuna que vinha notando-se há bastante tempo na forma de educação da mulher moderna (...) Corte, costura, chapéus, cozinha, rendas, malhas, desenho aplicado a trabalhos modernos e decoração"	s/a	Cicerónica; Gendrificada	Tradicionalista	28 janeiro / 403

A Escola Técnica de Donas de Casa - "renovação social e mental"	s/a	Cicerónica; História da Empresa Jornalística	Tradicionalista	4 fevereiro / 404
Às mulheres portuguesas - sobre o caso de Maria do Sol "é de nós todas, mulheres como ela, que a lei não protege contra os profissionais da difamação" (p.3). Pede adesão ao movimento pelo indulto de Maria do Sol, através de pedido ao Presidente da República	Carolina Homem Christo	Defensiva	Igualitário	18 fevereiro / 406
Reportagem sobre Maria do Sol. Manuel de Sousa, o morto, é retratado como crapuloso e desonesto constantemente a importunar Maria, que "se furtava, fingindo que não percebia" (p.5). Certo dia, Manuel agrediu-a, procurando impor-se sexualmente. A atacada gritou por ajuda, o que o fez recuar. Abalada e repleta de equimoses, contou ao marido que "justiceiramente, agrediu-o à paulada" (p.6). Após isto, humilhado, Manuel espalhou boatos sobre a infidelidade de Maria, o que gerou desconfiança do próprio marido, além da maledicência da população. Esta situação levou a que Maria do Sol ao homicídio do difamador. No momento da reportagem, Maria do Sol estava presa nas Mónicas, tendo cumprido 13 meses de prisão em Anadia, sem desconto de pena.	Aurora Jardim Aranha	Informativa; Defensiva		
Escola Técnica de Formação de Donas de Casa - "Uma nova era surge para a mulher portuguesa, que desmente todos os dias a sua forma frívola e ociosa" (p.20)	s/a	Cicerónica	Tradicionalista; Essencialista	
Completando a obra - sobre o apoio a Maria do Sol, em 1ª página "milhares de assinaturas recolhidas em menos de 8 dias!" (p.3). A pena é de 2 anos de prisão e 15mil escudos. Pede-se que cada mulher deposite 1 escudo, o suficiente para pagar (os bens da condenada estão penhorados como garantia)	s/a	Defensiva; Laudatória		25 fevereiro / 407
Maria do Sol - poema encorajador	Graciette Branco	Defensiva; Laudatória		
Transcrição da carta do advogado de defesa a Carolina Homem Christo, agradecendo o esforço e enaltecendo a sua honra	s/a	Informativa		
O Novo Austin Ten-Four - "Adequado para a mulher de hoje pela elegância	s/a	Gendrificada		

	das suas linhas, facilidade de manejo e poucas avarias (...) Consumo diminuto que permite, sem desequilíbrios orçamentais, que a esposa tenha um automóvel privativo, além do de seu marido. Lembre ao seu marido as vantagens" (p.21)			Tradicionalista	
	Publicação, em 1ª página, da carta endereçada ao Presidente da República pelo indulto de Maria do Sol	Carolina Homem Christo	Defensiva	Igualitário	11 março / 409
	Escola Técnica de Formação de Donas de Casa - a sua inauguração e os seus fins. "A sua função social modificou-se e, como mulher de casa ou mulher de trabalho, exige-se muito mais do que até aqui: o seu papel doméstico é mais espinhoso do que nunca" (p.5)	s/a	Cicerónica	Tradicionalista; Familiar	
	Escola Técnica - abertura do curso de tratamento, arranjo e conservação das donas de casa "as raparigas de hoje têm excelentes escolas, liceus e universidades" mas não sabem tanto das lides domésticas quanto desejável	s/a	Cicerónica; Gendrificada	Familiar	18 março / 410
	Maria do Sol e os seus acusadores - questiona lealdade das pessoas que, contrariando o movimento de que a Eva tomou parte, se intitularam "Mulheres de Sangalhos" (localidade onde a história se passou). Anónimas, sem número definido e apoiadas por 2 jornais, um de Lisboa e outro da província. Neste texto revela-se que as listas de apoio contam com 50 mil assinaturas, incluindo dezenas de Sangalhos e localidades vizinhas	s/a	Defensiva	Igualitária	25 março / 411
	Actualidades - relato da homenagem prestada, por decisão de Mussolini, ao jornalista Homem Christo filho, por serviços prestados à causa fascista	s/a	Política; Laudatória		8 abril / 413
	Maria do Sol - a entrega da mensagem ao Presidente da República. Relato da entrega da comissão de senhoras ao secretário geral, visto que o General Carmona se encontrava fisicamente debilitado. Ainda sobre o caso "num impulso irrefletido, esgotada a sua capacidade de sofrimento, apenas quiz desagrar a honra do seu marido" (p.8). Comissão formada por Carolina Homem Christo, Emília de Sousa Costa, Maria de Carvalho, Palmira Bastos e Helena de Roque Gameiro entrega 4 pastas, cada uma com 15 mil assinaturas. As Mulheres de Sangalhos entregam 102 assinaturas	s/a	Defensiva; Gendrificada	Tradicionalista; Essencialista	
	Curiosidades - escola de noivas na Alemanha "faz-lhes compreender a diferença que existe entre a vida de solteira e a vida depois de casada (...) Entre nós vai sendo necessário fazer ver à mocidade (...) que para ser esposa	s/a	Cicerónica	Familiar	3 junho / 421

	não basta casar (...) a mulher tem uma alta missão a cumprir junto do marido: ajudá-lo" (p.4)				
	Publicação de lista de quase todos os agentes da Eva e do montante recolhido por cada um, destinado a Maria do Sol (2220 agentes - 21240\$85). Lamenta-se a ausência de resposta do Governo	s/a	História da Empresa Jornalística		17 junho / 423
	A um Marido - poema. Conselhos a um marido para tratar bem a mulher, apoiá-la e compreende-la. No final, contém a estrofe "Sê bem homem, não te deixes dominar / E (aqui em segredo que todas nos ouvem) uma pequena brutalidade a tempo nunca fez mal a ninguém / Se infringires o tal pecaminoso mandamento, nega sempre / A mulher «contanto que não o saiba», vive feliz..." (p.9)	Aurora Jardim Aranha	Cicerónica; Gendrificada	Tradicionalista; Essencialista	8 julho / 426
	Cartas de mulheres «1933» - publicidade à Morris sob forma de relatos de primeiras experiências enquanto dona de um carro, por parte de Alzira. Luiza, a destinatária, responde desejando ter um, que pedirá ao marido, se se comportar adequadamente	Morris	Cicerónica; Gendrificada	Familiar	429 - 436
	Anúncio da reabertura da Escola Técnica		História da Empresa Jornalística		14 outubro / 440
	O falso progresso - a visão da jogadora de hockey é deselegante. Compara a graciosidade das mulheres automobilistas, em 1885, com a agressividade da desportistas modernas	s/a	Gendrificada	Essencialista	28 outubro / 442
	Curiosidades - põe em causa os argumentos da Grande Chancelaria Francesa na não atribuição do grau de comendadeira da Legião de Honra a Colette	s/a	Defensiva	Igualitário	18 novembro / 445
1934	Curiosidades - nomeação, por Roosevelt, de várias mulheres para altos cargos públicos; A direção da Companhia dos Telefones de Nova Iorque pediu às empregadas que cedessem lugares às filhas solteiras, não admitindo, de futuro, mães de família. A Eva louva a iniciativa "do mais alto alcance social e merece aplauso de todas as mulheres" (p.11)	s/a	Informativa	Familiar	24 fevereiro / 459
	A proteção ao casamento - Mussolini e a felicidade dos noivos - Destaque de 1ª página para medida de pagamento de mil liras a noivos na impossibilidade pecuniária de casar. "Hoje, mais do que nunca, procura-se alicerçar a vida das sociedades, que tantos pretendem desagregar, no fulcro	s/a	Laudatória; Política; Informativa	Familiar	12 março / 462

	natural: a família" (p.3)				
	De Perto e de Longe - Resumo de crónica de jornal francês que atribui aos homens motivos graves para a infelicidade no casamento e à mulher motivos fúteis, que são vinte vezes mais numerosos. Relata o regresso da mulher ao lar, na Alemanha, desejando que seja recebida como filho pródigo, esperando também que se faça exceção das pobres que não têm pai ou marido	Maria de Carvalho	Gendrificada	Familiar; Essencialista	28 abril / 468
	Actualidades - "O Sr. Dr. Oliveira Salazar conversando com um grupo de gentilíssimas senhoras (...) por ocasião da sua apoteótica visita à capital do Norte, e que constituiu um acontecimento de extraordinário relevo e significado" (p.9)	s/a	Política; Laudatória		12 maio / 470
	Curiosidades - A Moral Feminina na Alemanha e as ideias de Goebbels - A mulher esposa e mãe não é uma ideia inovadora de Goebbels, esse é "o fulcro da moral, fulcro eterno!" (p.5)	s/a	Política; Laudatória	Familiar	19 maio / 471
	Coisas da Alemanha - História de homem ariano de raça mas judeu de crença, que se viu despojado dos seus bens; Notícia de uma família judaica ortodoxa polaca com o apelido Hitler; Repartição estatística do Reich alega existirem 96 milhões de alemães, sendo a maior raça do mundo.	s/a	Informativa; Política		9 junho / 474
	O mistério do suicídio da mulher de Staline - contém referência a Staline a rezar com uma cruz, junto do túmulo da falecida, que havia pedido para repousar no cemitério de um convento. Quando os oficiais do seu regime foram entaipar as janelas da torre desse convento, o ditador ficou furioso.	s/a	Política	Religioso	
	Uma entrevista com a escritora mais lida e mais criticada em França - Colette - Fala-se da emancipação das francesas e do seu interesse pela participação política (Machard alega que só o Ministério da Maternidade as interessaria); Aborda-se o debate fascismo-parlamentarismo "As mulheres, desde algum tempo, têm feito uma propaganda pouco lisonjeira das instituições democráticas" (p.22)	Lucian Coros e Raymonde Machard	Gendrificada; Política	Familiar	7 julho / 478
	Londres a Negra - Texto sobre Oswald Mosley, o "Valentino" fascista britânico, no qual se dá conta da sua crescente popularidade e se elogia a sua apresentação tipicamente aristocrática mas se critica a tautologia do seu discurso. Descreve um ambiente hostil nas ruas de Londres perante o desfile fascista e termina com menção ao apego inglês pelo parlamentarismo, que	Didier de Saulnier	Política		14 julho / 479

	difícilmente deixará Mosley singrar				
	Em que se tornariam as grandes vedetas de «ecran» sem o cinema - exercício ficcional sobre hipotéticos desenlaces. Greta Garbo era reconhecidamente competente na vertente comercial "e tudo leva a crer que uma vez nomeada chefe de secção, um dos seus diretores se apaixonaria por ela, acabando por a desposar" (p.12)	Gustave Jean Lemoire	Gendrificada; Cicerónica	Familiar	18 agosto / 484
	As solteiras - Relato crítico das mulheres solteiras depois dos 30, sem alegria de viver, num "caminho banal e despido de tudo quanto constitui o encanto e o tormento da vida de uma mulher" (p.3). Caracteriza-as como rudes na linguagem, desleixadas na aparência a hábitos de higiene. Remata com "já não há solteironas, há mulheres celibatárias" (p.3)	Maurice Bedel	Moralizante	Familiar; Essencialista	20 outubro / 493
	Notícia da libertação de Maria do Sol, na certeza do seu agradecimento eterno pela ajuda que recebeu das portuguesas, por intermédio da Eva	s/a	Defensiva; Informativa;	Igualitário	27 outubro / 494
1935	O homem dos mil segredos - "um livro para mulheres (...)perpassa suave e simples, sacrificada e humilde, cheia de amor e ternura, uma nobre figura da mulher (...) aureolada pelo martírio, doce criatura esmagada pela fatalidade, que luta heroica e abnegadamente" (p.6)	Rocha Júnior	Gendrificada	Essencialista	2 fevereiro / 508
	Quem o poderia supor? - novela que se inicia com a discussão de dois homens sobre a recente viuvez de uma mulher que encantava ambos, confessando que sempre tomaram iniciativa para a seduzir, visto que era encantadora e que o marido não a merecia. Na conclusão, a viúva revela que os provocava na esperança de que o marido deixasse de se mostrar indiferente, que reagisse, demonstrando sensibilidade.	Miriam	Gendrificada	Essencialista	9 fevereiro / 509
	Na Suécia, a mulher e a lei - Descreve a paridade entre sexos: direito de voto e governação, à propriedade, obrigações de manutenção económica do lar, no mundo laboral, custódia dos filhos em caso de divórcio, situação de filhos pré-nupciais (direito a herança e apelido). A autora congratula-se por ser testemunha desta sociedade.	Gabriela Castelo Branco	Laudatória; Política	Igualitário	2 março / 512
	Atitudes - história que começa com conversa entre 4 amigos. "Jorge pensou que, na verdade, era a pena a Mariluz, tão linda e inteligente, adoptar aquelas atitudes desdenhosas e irritantes, talvez próprias da educação moderna, mas tão diferentes da feição feminina, dedicada e terna, que ele	Aurora Jardim Aranha	Gendrificada; Cicerónica	Tradicionalista; Essencialista	16 março / 514

	tanto apreciava" (p.3). Mariluz não gosta da declaração, do romantismo. Acaba por rejeitar todos os amigos na conversa, exceto aquele que a fez quebrar o orgulho ao assumir-se não romântica. Termina com "beijo silencioso e profundo, vincando o másculo domínio apaixonado e a vibrante fragilidade feminina" (p.22)				
	Heroínas de Hoje - Entrevista a Angelica Balabonof, russa de nascença, militante socialista desde tenra idade, que colaborou com Mussolini (inclusive tendo-lhe dado aulas de alemão). Tornou-se secretária de Lenine em 1919, na 3ª Internacional. À data, vivia de traduções e algumas colaborações para jornais, não se alinhando com nenhum regime existente	Lucian Coros	Informativa; Laudatória; Política	Igualitário	23 março / 515
	A mulher moderna - Aprova a emancipação da mulher, não sendo sufragista. Classifica a política como "charco lamacento que não se atravessa sem mancha" (p.3), pelo que é mais indicado para os homens. Não discute se haverá proveito a tirar da ocupação feminina desse campo. Argumenta que a mulher não veio ao mundo só para ter filhos, tem espírito livre dado por Deus para decidir a sua carreira. No entanto, ser mãe é a carreira mais difícil que a mulher pode ter, no sentido de ser educadora e preceptora dos filhos. Poeticamente, termina com um elogio à mulher "Uma mentalidade sã / Uma noção exata do dever / Um pouco menos de calão / um pouco mais de maillot" (p.22)	Viscondess a de Santo Tirso	Cicerónica; Gendrificada	Igualitário; Familiar; Tradicionalista	30 março / 516
	Da vénus magra à mulher de formas opulentas - sobre a evolução estética da beleza feminina, amplamente discutida	Maurice de Waleffe	Informativa		13 abril / 518
	Fotografia de Fernanda Castro e Helena Roque Gameiro com António Ferro num camarote do Tivoli, durante a estreia de "As Pupilas do Sr. Reitor", de Leitão de Barros	s/a	História da Empresa Jornalística		
	A nossa casa - poema no qual se lê "Um ar de religião / que nos encha de prazer! (...) Uma fé profunda, imensa, / Na Bondade de Jesus! (...) É dentro da nossa casa / que o nosso espírito brilha (...) Raparigas e senhoras, / atendei o meu cantar! / São tão bonitas as horas / passadas dentro do lar! (...) Vive com tranquilidade, / sem vaidades e ambição, / é ter a felicidade / dentro da palma da mão" (p.11)	Graciette Branco	Moralizante	Religioso; Tradicionalista	11 maio / 522
	Mães e filhas de hoje - através de duas observações, o autor incita as leitoras a retirar conclusão própria. Primeiro, muito antes de casar, a filha	Marcel Prevost	Gendrificada		25 maio / 524

	não vive com a mãe, mas sim em casa dela, como hóspede. Tem vida social aparte com camaradas de ambos os sexos. Segundo, aquando da emancipação da filha, emancipa-se também a mãe, que tem a possibilidade de prolongar a sua mocidade, havendo um estado de competição entre ambas.				
	Depois da publicação, em vários números, as cartas de amor de Napoleão a Josefina, exclusivas em Portugal, a Eva anuncia que publicará a história do romance entre Leni Rieffenhahl e Hitler.	J. Riegler	Política		29 junho / 529
	Do harém ao «fox-trot» - breve resumo da emancipação feminina na Turquia, que beneficiou da abolição da legislação teocrática. Comenta que há problemas daí resultantes, para a família	Léon-Pierre Quint	Informativa	Familiar	
	A campanha do pudor contra o cinema americano - Os dirigentes das diversas igrejas americanas protestam contra a glorificação do adultério e das mulheres amancebadas, bem como da valorização do sex-appeal: Querem o fim das cenas escabrosas e dos beijos demorados. Por outro lado, querem proteger a instituição do casamento, através da aproximação do cinema à realidade, não mostrando tantos atores bonitos, que encantam a mulheres, aos quais o homem comum não se equipara em termos de sex-appeal. Mais, esses homens, como exemplificam, são maus maridos.	G. Stansbury	Moralizante; Gendrificada	Tradicionalista; Familiar	21 setembro / 541
	Veremos uma humanidade nova - entrevista a Mussolini, que defende um nivelamento por baixo para que os mais dotados se revelem, ainda que os mais fracos também tenham direito a viver. Enumera qualidades da mulher: sensibilidade, generosidade, coragem moral e física. Todavia recorda que, ao longo da História, os cérebros mais construtivos sempre foram masculinos. Declara a morte do socialismo, por depender do capitalismo que, por sua vez, definha.	Andrée Sikorska	Política; Gendrificada	Essencialista; Tradicionalista	12 outubro / 544
	Como emprega o seu dia Albert Lebrun, Presidente da República Francesa - muito dedicado e organizado. Simples, com tiques de homem comum. Homem culto que serve fielmente a República.	Jean Charles Rivel	Política		23 novembro / 550
	Na 1ª página, descrição do oxímoro entre o desejo de magreza de todas as mulheres e idolatria de Mae West, mais volumosa do que ditavam os cânones	s/a	Informativa		30 novembro / 551
	Notícia da celebração do 10º aniversário da Escola Feminina de	s/a	Laudatória;	Igualitário	

	Engenheiras, em Paris, por constituir avanço nas possibilidades sociais da mulher		Informativa		
1936	Como vestirão as mulheres no Verão de 1936? - Estilista critica as modas burlescas, anuncia a vitória e o regresso a tradições mais "francesas e saudáveis", através de mulheres vestidas com simplicidade	Jean Patou	Cicerónica	Tradicionalista	22 fevereiro / 563
	Eduquemos as nossas mãos - lamenta-se que a evolução do ensino tenha levada à valorização da teoria sobre a prática. "Aprende botânica, mecânica, electricidade: Sabe por acaso desmontar uma tomada, pregar um prego, plantar uma batata?" (p.19)	Paul Morand	Cicerónica	Tradicionalista	7 março / 565
	Entrevista a Pedro e Iren Joliot Curie. É descrito todo o percurso de vida social, sem qualquer menção à sua atividade científica	s/a	Informativa	Tradicionalista	14 março / 566
	Conselhos de Beleza - Evitemos o snobismo! - incita as mulheres à prática de exercício físico compenetrada e diariamente	Marcel Rovet	Cicerónica	Igualitário	11 abril / 570
	Conselhos de Beleza - sobre natação [raríssima inclusão da cultura física nesta secção]	s/a	Cicerónica	Igualitário	18 abril / 571
	Supremacia Feminina? - notas de Hollywood - fala de um domínio da mulher em Hollywood, onde aufere mais do que em qualquer outro lado. Menciona mulheres que sub-repticiamente dominam o marido, pelo subterfúgio, iludindo-o da sua dominação. Mais tarde, critica mulheres que reivindicam demasiados direitos "Se realmente amais um homem, o vosso único direito é torná-lo feliz..." (p.21) Argumenta ainda que as mulheres poderiam ter evitado a guerra mundial, se estivessem mais livres e informadas. Seriam boas ditadoras, fazem leis e fazem-nas cumprir (no contexto familiar). No entanto, não seriam capazes de lidar com as solicitações da democracia.	Anne Dvorak	Moralizante; Gendrificada	Familiar; Essencialista	
	Reportagem da festa de inauguração do "Parque Infantil Oliveira Salazar", organizada pela Eva. Nas fotografias, vê-se Carolina Homem Christo junto de Bissaia Barreto	s/a	História da Empresa Jornalística		9 maio / 574
	A frivolidade, virtude feminina - a frivolidade é para as mulheres o que a seriedade é para os homens. Mulheres não são interessantes para conversas de cultura intelectual com os homens. "Não é gracioso nem inteligente uma mulher falar de ciência com um sábio ou de finanças com um banqueiro" (p.3)	Gabriela Chanel	Gendrificada	Tradicionalista	20 junho / 580

Uma mulher que passou a ser homem - Mary Weston, destacada atleta inglesa, agora é Mark Weston. O caso é apresentado como um acaso natural: exames médicos ditaram uma mudança biológica do sexo, a que se seguiu intervenção cirúrgica.	s/a	Informativa	Igualitário	27 junho / 581
Raparigas de hoje - As raparigas, mesmo desejando o amor, estudam e trabalham porque têm de ser práticas e prevenir-se contra eventualidades da vida. Há raparigas fantasistas que sonham com o reconhecimento público de proezas futuras, há outras razoáveis que estudam e trabalham para alimentar o espírito. Se um marido se cruzar no seu caminho e ganhar o suficiente para sustentar a família, cuidarão da casa, dos filhos e de cultivar o espírito. Caso assim não seja, têm possibilidade de contribuir economicamente para o sustento da família.	Georges Lecomte	Gendrificada;	Tradicionalista; Essencialista	18 julho / 584
Retrato de Donna Rachel, esposa de Mussolini - mulher totalmente dedicada a servir o marido, inclusive perdoando traições. Passa pouco tempo com o marido mas aguarda-o sempre em casa, só saindo para cumprir deveres, como ir à missa. Il Duce é retratado como um homem totalmente dedicado à governação, foco único da sua rotina. A mulher deve "encantar o homem e rodeá-lo de cuidados, mas sem se tornar para ele peso ou embargo" (p.4)	Luc Valti	Cicerónica; Gendrificada	Familiar	
A mulher japonesa - flor de cerejeira na tempestade - ponderada, serena, doce, guarda da história do país, silenciosa, submissa, reta, pronta a servir: confere equilíbrio ao homem japonês. Trabalha na atividade moderna, mas é à cabeceira dos doentes que a atividade feminina serve a vida nacional e social. Exemplo de destacada feminista japonesa, que obteve reconhecimento pela sua luta, mas que se queixa que o marido prefere o perfil típico da mulher servil. Menção à infelicidade das deputadas	s/a	Cicerónica; Gendrificada	Familiar; Essencialista	25 julho / 585
Não matará! - lamenta os vários casos de homicídio de que tem tido conhecimento, muitos deles no seio conjugal. Culpa a mudança de mentalidades que levou ao desuso da paciência e do perdão, problema cuja solução não está na autorização do divórcio, mas sim na educação. Entra em muito maior detalhe ao referir-se aos crimes das mulheres traídas do que aos dos maridos ciumentosos.	Georges Lecomte	Moralizante	Tradicionalista	8 agosto / 587

	A terra das mulheres felizes - em Burma, as mulheres são independentes, casam por amor e trabalham. Os homens, que consideram trabalho castigo pelo pecado original, dedicam-se ao desporto, agricultura e educação. Em geral, são as mulheres que mandam no casamento, e pedem o divórcio com frequência	L. A. Frazer	Informativa; Laudatória		22 agosto / 589
	As mulheres de Bakou sabem o que querem e reivindicam os seus direitos - pretendem não usar véu (lei abolida pela USSR mas socialmente persistente), falar em público, trabalhar, escolher marido e ganhar a vida	Viola W. Markelins	Laudatória	Igualitário	5 setembro / 591
	Artigo sobre a importância das prestações femininas nos Jogos Olímpicos de 1936, no qual se faz homenagem à mulher desportista, símbolo de beleza e força	s/a	Laudatória	Igualitário	
	Mussolini e as mulheres - entrevista na qual a jornalista principia por ficar confusa com as opiniões do ditador, mas começa a compreendê-lo melhor, segundo a própria. Mussolini diz que as mulheres não inspiram o homem porque há coisas que não compreendem e que o seu papel é de esposas e mães, salvo raras exceções de talento extraordinário	Constance Drexel	Gendrificada	Familiar; Essencialista	12 setembro / 592
	Entrevista a Silvia Pankhurst, célebre sufragista inglesa, que fala das enormes vantagens e igualdade que o voto trouxe à sua sociedade, pela legitimação da capacidade intelectual da mulher, que no mundo do trabalho está equiparada ao homem.	Myramond e	Laudatória	Igualitário	26 setembro / 594
	Artigo de 1ª página sobre casamentos precipitados que terminam em divórcios pouco tempo depois. O objetivo é sensibilizar para a redução de problemas relativo ao pagamento de pensões alimentares, lamentando-se as situações em que as mulheres não as recebem porque os ex-maridos não as podem pagar, sendo presos por consequência.	s/a	Cicerónica	Familiar	2 outubro / 595
	Novo anúncio à Escola Técnica de Donas de Casa	s/a	História da Empresa Jornalística		16 outubro / 597
1937	Desportos Femininos - inclui fotografia de jovem arqueira, na legenda lê-se <i>Giovinezza Fascista</i> - Juventude Fascista	s/a	Laudatória	Igualitário	23 janeiro / 610
	Mulheres do Século XX - recorda Edith Cavell, enfermeira responsável por um hospital de guerra durante a guerra mundial. Comentário sobre as diferenças entre homem e mulher, guerra e paz, violência e serenidade, ódio	s/a	Laudatória	Essencialista	20 fevereiro / 614

	e amor. Pretende inspirar as mulheres em tempos que se avizinham duros.				
	As comemorações do 28 de maio em Lisboa - "O Deslumbrante Cortejo Folclórico (...) uma parada grandiosa do Portugal pitoresco"	s/a	Política	Tradicionalista	12 junho / 630
	Actividade Feminina - notícias da publicação dos livros de duas autoras e da primeira engenheira civil formada em Portugal, que em entrevista revela que pensa que a mulher é capaz todas as atividades e que deve demonstrá-lo. A Eva elogia o seu desejo de viver do trabalho	s/a	Laudatória; Informativa	Igualitário	26 junho / 632
	Retrato de Anne Vera Cole, quase sempre designada por Mrs. Neville Chamberlain. Mulher exceccionalmente inteligente, com grande oratória que desempenha papel de esposa e amante do sucesso do marido, PM britânico. Dá-lhe confiança, não se cansa de o ouvir, está informada, certifica-se de que a casa está bem tratada.	E.P. Tisdal	Cicerónica	Familiar	24 julho / 636
	Um apêlo às mulheres de Portugal - O crime de Prados - caso idêntico ao de Maria do Sol. Não se defende o assassinio, mas Maria do Carmo matou para defender a honra ultrajada. Apela-se ao contributo para pagamento da indemnização [dedicam-se, no total, 10 págs ao caso, nos nºs subsequentes]	s/a	Defensiva	Igualitário	7 agosto / 638
	Madrinhas de Guerra - passa-se a mensagem de combatentes na guerra civil espanhola que pretendem madrinhas de guerra	s/a	Cicerónica	Essencialista	21 agosto / 640
	Sobre Maria do Carmo - a Eva compromete-se a lutar pela comutação ou redução da pena de 3 anos	s/a	Defensiva	Igualitário	4 setembro / 642
	Maria do Carmo escreve carta à diretora da revista, agradecendo o apoio	s/a	Defensiva	Igualitário	11 setembro / 643
	1ª página dedicada ao apelo à solidariedade feminina para com Maria do Carmo, à semelhança do movimento em torno de Maria do Sol	s/a	Defensiva	Igualitário	2 outubro / 646
	Abrem as inscrições para o curso de 37/38 da Escola Técnica de Donas de Casa	s/a	História da Empresa Jornalística		
	Carta de Maria do Sol a recordar a importância do apoio que recebeu, a demonstrar a sua solidariedade e a deixar a sua contribuição monetária a Maria do Carmo	Maria do Sol	Defensiva	Igualitário	15 outubro / 648
	Peça sobre prisão para mulheres na Hungria, que não tem guardas. Prática	s/a	Cicerónica	Tradicionalista;	23

	ideologia feminina dos três "k" alemães - Kinder, Kirche, Küche			Essencialista	outubro / 649
	A vida dum casal moderno - a incerteza, um presente sem futuro, o modernismo - flagelo social no espírito das gerações mais velhas	Maurice Bedel	Moralizante	Familiar	11 dezembro / 656
1938	Nova menção à campanha solidária para com Maria do Carmo	s/a	Defensiva	Igualitário	19 fevereiro / 666
	O Crime de Prados - transcrição da carta do advogado de Maria do Carmo ao ministro da Justiça, referindo a necessidade de sublinhar "a suplicante como mulher ultrajada e não esposa adúltera e indigna" (p.22)	s/a	Defensiva	Tradicionalista	5 março / 668
	A homenagem prestada ao eminente jornalista Homem Christo - pela Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto	s/a	História da Empresa Jornalística		19 março / 670
	Anúncio das vencedoras de um concurso sobre o filme "Rosa do Adro", no qual as participantes teriam de selecionar a personagem feminina preferida, justificando. O júri foi composto por 3 homens. Participações vencedoras: "Prefiro «Linda» porque o seu sacrifício é a glorificação da ideia cristã no mais puro dos sentimentos: o Amor!"; "Prefiro «Deolinda» pela sua abnegação e caridade verdadeiramente cristãs. Só uma alma verdadeiramente crente possui esse espírito de sacrifício em tão elevado grau"; "A figura de «Linda» fica na nossa literatura como a mais justa expressão do que é capaz a alma pura da mulher portuguesa"	s/a	Cicerónica	Religioso; Essencialista; Nacionalista	
	Elogios ao trabalho de Bissaya Barreto pela cidade de Coimbra	s/a	História da Empresa Jornalística		1 maio / 675
	Mocidade Feminina - uma bela exibição de beleza sadia das raparigas de Portugal - "é a certeza da mulher sã de amanhã (...) o braço ao alto é a afirmação de que a ideia é compreendida (...) o coração a transbordar de amor pela Pátria e alegria de viver" (p.11). Peça a propósito das comemorações do 28 de maio. Assinala-se que, pela primeira vez, se apresentou em parada militar um grupo de filiadas na Legião Portuguesa	s/a	Política; Cicerónica	Nacionalista; Essencialista	4 junho / 680
	As crianças e a sua educação - defende a educação pelo exemplo, tratando	C. Meitner	Cicerónica		25 junho /

	as crianças como seres responsáveis e preparando-as para as funções que vão desempenhar			Tradicionalista	683
	Anúncio do Cruzeiro de Férias da Eva, que passará pela Madeira, cruzará o Mediterrâneo e o Adriático, dirigindo-se depois à Europa Central	s/a	História da Empresa Jornalística		
	Tema oportuno - As 4 paixões de Marie Curie - Polónia, família, ciência e filhos	s/a	Informativa; Laudatória	Familiar; Nacionalista	6 agosto / 689
	Olympe Bradna - a primeira estrela de 1938 - dá mais valor ao matrimónio do que à sua carreira cinematográfica	s/a	Laudatória	Familiar	27 agosto / 692
	Actividades Estrangeiras - sobre automobilistas e polícias inglesas	s/a	Informativa; Laudatória	Igualitário	24 setembro / 696
	Na Academia Feminina de Letras - Escrito por ocasião da entrega do prémio "Marie de Wailly", um dos raros de nomeação feminina	Line Coline	Laudatória	Igualitário	1 outubro / 697
	Coisas de que o homem não gosta - Lista de comportamentos atribuídos às mulheres de que os homens não gostam, por influência sociocultural, exemplificativos de uma posição social dominante e sobranceira, de quem espera devoção da parceira e liberdade de decisão para si. Termina com "Parece que não tem senão defeitos, o homem. Mas afinal... afinal... ainda é esta a palavra mais doce do mundo: Nós..." (p.7)	Aurora Jardim	Defensiva; Gendrificada	Igualitário; Tradicionalista	8 outubro / 698
	Mulheres Asiáticas - Alguns destinos prodigiosos - "o vento da emancipação da mulher sopra por todas as regiões do mundo" (p.12). Histórias de mulheres e movimentos coletivos que se batem pela ocupação do espaço público	E. F. Hale	Laudatória	Igualitário	
	Actualidades - reportagem de homenagem a Bissaya Barreto	s/a	História da Empresa Jornalística		22 outubro / 700
1939	O prestigioso vulto de Madame Pasteur - a mulher deve criar ambiente ao génio	Charles Clerc	Cicerónica; Gendrificada	Familiar; Essencialista	25 março / 720
	Em França - As enfermeiras mutiladas da Guerra [1ª GM] formam um triste cortejo de vidas mergulhadas em sofrimento - Relato de uma situação de vida muito precária e difícil	s/a	Laudatória; Informativa	Igualitário	8 abril / 722
	Socorro às Mães em Perigo - A Brigada Volante - peça sobre equipas de	Jean Bullier	Informativa;		6 maio /

	emergência, constituídas em 3 cidades inglesas, com o objetivo de salvar parturientes em risco de vida		Laudatória	Familiar	726
	A educação das raparigas - incita as mulheres a ensinarem as filhas a cuidar, desde tenra idade, dos serviços doméstico, pela sua felicidade futura. "São nisso, mais felizes as raparigas do povo. Por vezes, aos dez anos, sabem todo o trabalho doméstico que meninas ricas aprendem à pressa nas vésperas de casar" (p.15)	s/a	Moralizante; Gendrificada	Familiar; Tradicionalista	20 maio / 728
	Anúncio de um esforço de modernização da revista, que demora mais tempo do que o esperado a concretizar-se. O modo de impressão será mais resistente e colorido. Espera-se que não haja interrupção dos números	s/a	História da Empresa Jornalística		3 junho / 730
	O que vai ser a Eva - Uma Nova Fase - Carolina Homem Christo será Diretora e Editora	s/a	História da Empresa Jornalística		1 julho / 731
	Carolina Homem Christo, para além de Diretora e Editora, figura como Proprietária	s/a	História da Empresa Jornalística		8 julho / 732
	Rúbricas de regresso: conselhos de beleza de Sylvie e de Beladona. Inclusão do correio sentimental, que havia sido requisitado pelas leitoras		Cicerónica; História da Empresa Jornalística	Essencialista	15 julho / 733
	Para escolher marido - a felicidade garantida por largo tempo- questionário	s/a	Cicerónica	Familiar; Essencialista	22 julho / 734
	Notícia de atribuição do prémio de filosofia do concurso geral de França a uma mulher, Micheline Sauvage	s/a	Laudatória	Igualitário	29 julho / 735
	Vida caseira - Minhas senhoras, atenção! - "A mulher não deve atrasar-se, porque isso aborrece os homens / A mulher deve escolher bem a altura para falar com o marido, de modo a não o incomodar / Deve perceber o que eles pensam: se criticam o vestuário de outra mulher, estão adverti-la de que não gostam e de que não querem ser obrigados a proibi-las e interferir na «toilette", se se queixa de outra casa, por de arrumação, por ausência constante da mulher que trata dela, está a advertir a mulher para se concentrar nessas tarefas" (p.21)	s/a	Gendrificada; Cicerónica	Familiar	
	Julga que é uma esposa ideal? - questionário cujos resultados podem ser:	s/a	Cicerónica		26 agosto

esposa fiel e bondosa; boa esposa, não muito satisfeita; quase esposa ideal; escrava submissa; não vale a pena. Esta categoria final inclui responder negativamente, no questionário, sobre pedir conselhos sobre todos os aspetos da vida diária e se o marido não se lhe impõe, geralmente.			Familiar	/ 739
Propriedade atribuída a Editorial Organizações, Lda	s/a	História da Empresa Jornalística		2 setembro / 740
Texto sobre o que dizem os traços físicos sobre a personalidade das pessoas, bem como da sua aptidão para o casamento	J. G. Sinclair	Cicerónica	Tradicionalista	9 setembro / 741
Julga-se um marido ideal? - questionário cujos resultados podem ser: indiferente; bom marido, mas autocentrado; excelente marido; mais do que é ideal, é enfadonho; demasiado bom e calmo; não nasceu para o casamento	J. G. Sinclair	Cicerónica	Familiar	16 setembro / 742
Conselhos para todos - "A mãe deve esconder a tristeza e não se queixar do trabalho doméstico / A sogra deve adorar o genro, que já lhe fez o favor de a livrar da filha / A filha não deve usar as meias da mãe / O filho, chegando tarde, não deve fazer barulho / O pai não deve criticar a mulher em público, nem discordar quando aos filhos"	s/a	Gendrificada	Familiar; Essencialista	
Aviso de que a revista terá menos páginas nos números dos meses seguintes, devido às contingências da Guerra	s/a	História da Empresa Jornalística		23 setembro / 743
Pimprenelle - crónica semanal protagonizada narrada pelo marido de Pimprenelle sobre a própria, jovem mulher francesa que vive com ele e uma filha. Nesta edição, a mulher declara-se a favor do trabalho feminino, defendendo que, desde a guerra, as mulheres demonstraram ser capazes de desempenhar todas as funções com competência. O marido discorda por achar as mulheres muito temperamentais. A história termina de modo irónico, com Pimprenelle a optar por não entrar num táxi, meio de transporte pelo qual tinha insistido, por ser conduzido por uma mulher.	Lucien François	Gendrificada	Essencialista	
A Elegância das mulheres que trabalham - conselhos de moda e apresentação para cada profissão: secretária, datilógrafa, professora, telefonista, empregada bancária, vendedora	s/a	Informativa	Essencialista	30 setembro / 744
Bons hábitos - acostumem as crianças a serem desembaraçadas! - "A	s/a	Gendrificada;		

	menina sabe tornar-se útil cumprindo trabalhos caseiros fáceis!" (p.20). O menino sabe o seu nome e morada, não tem medo da escuridão, sabe lavar os dentes, tem iniciativa, arruma e conserta os brinquedos, instrui-se metodicamente, não gosta de desarranjo, é corajoso, vai viajar. [Todos os exemplos estão ilustrados com desenhos claros quanto ao género representado]		Cicerónica	Tradicionalista	
1940	A Mulher e a Guerra - o papel da mulher enquanto enfermeira, a formação de grupos de defesa passiva contra ataques aéreos, a substituição em funções masculinizadas como condução de autocarros, combate ao fogo e evacuações	s/a	Laudatória	Igualitário	13 janeiro / 758
	Referência a expatriados de guerra presentes em Portugal: Eva Curie	s/a	Informativa	Intelectual	5 fevereiro / 762
	A Mulher Britânica na Guerra - peça sobre a <i>Women's Auxiliary Air Force</i> , corpo feminino de apoio à Força Aérea Britânica: são cozinheiras, motoristas, datilógrafas, etc...	s/a	Laudatória	Igualitário	12 fevereiro / 763
	Actualidades da Guerra - quase só inclui imagens de enfermeiras a cuidar de crianças	s/a	Laudatória	Igualitário: Tradicionalista	19 fevereiro / 764
	A mulher inglesa na guerra - louva-se a competência reconhecida das mulheres no apoio às forças armadas	s/a	Laudatória	Igualitário	9 março / 766
	As mulheres francesas trabalham - cumprem funções de operárias na indústria de guerra e asseguram o funcionamento do resto da sociedade, incluindo a moda e o acolhimento de refugiados	s/a	Laudatória	Igualitário	30 março / 769
	As esposas da outra guerra	s/a	Informativa	Familiar	6 abril / 770
	As mulheres perante a guerra - "melhor que todas as campanhas, que todos os sufrágios, o conflito europeu de 1940 serviu para a emancipação" (p.19)	s/a	Informativa	Igualitário	20 abril / 772
	Viva a mulher inglesa! - destaque de 1ª página para louvar o sacrifício das inglesas	s/a	Laudatória	Igualitário	27 abril / 773
	A mulher francesa perante a guerra - notas para a História do valor feminino "Executa todos os trabalhos, construção, advogada, médica, vindimeira, chauffeur..." (p.3)	s/a	Laudatória	Igualitário	11 maio / 775

	Valor Feminino - relato de mulheres francesas que são motoristas e mecânicas de aviação, entre as funções em tempo de conflito	s/a	Laudatória	Igualitário	1 junho / 778
	A Mulher Portuguesa através da História - "Rainha, heroína e santa - tudo foi a Mulher Portuguesa na longa existência da Pátria (...) Glória aos homens que souberam vencer! Glória às mulheres que souberam acompanhar!" (p.7)	s/a	Laudatória; Gendrificada	Tradicionalista; Nacionalista; Religioso	22 junho / 781
	Em todos os lados há heroínas - a mulher comum, com dificuldades económicas, que acompanha o marido, que cuida dos filhos, que estuda com dificuldade, a enfermeira, a professora, a que procura manter-se jovem de aspeto	s/a	Gendrificada; Cicerónica	Familiar; Essencialista	6 julho / 783
	Em resposta ao jornal "O Trabalho", que considera que as revistas femininas portuguesas não cumprem a sua função social, a diretora sublinha a publicação de várias peças, de interesse social, de mulheres. Refere também a iniciativa da Escola Técnica de Donas de Casa	Carolina Homem Christo	Laudatória	Tradicionalista	14 setembro / 792
	Carolina Homem Christo no Rio de Janeiro - foi tratar de assuntos relacionados com a empresa proprietária da revista, da qual era administrador-delegado. Lista de entrevistas e de referências da imprensa portuguesa e brasileira à sua chegada. Foi convidada especial do embaixador e ainda homenageada várias vezes, incluindo num almoço organizado pela mulher de Getúlio Vargas e pela Câmara de Comércio Portuguesa no Rio de Janeiro	s/a	História da Empresa Jornalística		12 outubro / 797
	A vida agitada da jornalista polaca Irene Gorska - história de vida da nova correspondente da revista em Londres, que fugiu da sua terra natal devido à guerra, tendo passado por Lisboa	s/a	História da Empresa Jornalística		19 outubro / 798
	As Bombas e os Pijamas - reportagem do decorrer da guerra em Londres. Termina mencionando a beleza de Portugal e a "maravilhosa exposição, bem mais linda que a de Paris" (p.13)	Eddy (Irene Gorska)	Laudatória	Nacionalista	2 novembro / 800
	Um pastor da Roménia fala com Deus!...	s/a	Informativa	Religioso	9 novembro / 801
	Crónica do Porto - "Como vivem então as senhoras do Porto? Como vive a mulher portuguesa: marido e filhos, casa, religião, livros, deveres da sociedade, «trictot», bem fazer." (p.10)	Aurora Jardim (Aranha)	Informativa	Familiar; Religioso	16 novembro / 802

	Os países e as mulheres - Suécia - início de série de artigos sobre a vida em vários países visitados pela autora, mulher de um diplomata francês. Comentários de teor generalista, com observações ocasionais sobre aspetos culturais relacionados com a vida das mulheres	Renée de Charmoy	Informativa		14 dezembro / 805
	Os países e as mulheres - Dinamarca	Renée de Charmoy	Informativa		21 dezembro / 806
1941	As Mulheres Polacas		Informativa		11 janeiro / 809
	Solteirona porquê? - coloca questões às leitoras para que reavaliem a sua conduta e se tornem desejáveis, não contrariando ou desagradando potenciais candidatos	s/a	Cicerónica	Familiar	
	A Checoslováquia	Renée de Charmoy	Informativa		18 janeiro / 810
	Rainhas da Roménia - a romena não precisou de feminismo ardente para conquistar a posição junto do homem. Pela sua localização geográfica, as guerras encarregaram-se disso, ao longo dos séculos	Renée de Charmoy	Informativa	Igualitário	8 fevereiro / 813
	Atribuição do prémio "Sousa Cardoso", pelo Secretariado de Propaganda Nacional, a Ofélia Marques, primeira mulher artista distinguida oficialmente	s/a	Informativa; Laudatória	Igualitário	25 fevereiro / 814
	As mulheres jugoslavas	Renée de Charmoy	Informativa		22 março / 819
	Na Suíça	Renée de Charmoy	Informativa		12 abril / 822
	As mulheres defendem-se - relato das exigências de direitos de viúvas e noivas da guerra anterior, em França e Inglaterra	s/a	Laudatória	Igualitário	
	A Federação Feminina de Desporto - Iniciativa da Eva para encorajar e dinamizar o desporto feminino português, desorganizado e amador	s/a	Laudatória	Igualitário	19 abril / 823
	A Bulgária, o Povo e as Rosas	Renée de Charmoy	Informativa		3 maio / 825
	As Grande Figuras do Desporto Feminino - inclui aprovação da iniciativa de criação de uma federação por duas mulheres destacadas no plano desportivo português	s/a	Laudatória	Igualitário	10 maio / 826

	Última edição semanal, publicação passa a ser mensal, com acréscimo de preço e número de páginas	s/a	História da Empresa Jornalística		28 junho / 833
	Cinco raparigas discutem problemas sérios da vida - "A rapariga que estuda deve preocupar-se com a família (arranjar marido) ou trabalho?" (p.8) Opiniões auscultadas dividem-se: "uma boa mãe também pode trabalhar fora de casa" A prioridade é a família para umas e a independência para outras. As entrevistadas, segundo quem redige, preparam-se para profissões "sérias, isentas de sonho, ausentes de poesia: ajudantes de guarda-livros, de contabilistas, e correspondentes de línguas estrangeiras em escritórios comerciais", não têm "certos devaneios que atacam raparigas fúteis e das outras" (p.51)	s/a	Gendrificada	Essencialista	Julho / 834
	Quanto às madrinhas de guerra "ser madrinha desses homens é ser o elo forte entre a metrópole <i>mater</i> e as províncias ultramarinas, o traço de união fraternal entre portuguesas e portugueses" (p.6)		Laudatória	Nacionalista	Dezembro / 839
	A Alemanha Fala - publicidade, a ocupar meia página desta frase acompanhada de uma cruz suástica, na qual assentam as garras de uma água de cabeça perfilada. São atualidades em Língua Portuguesa pela Emissora Alemã de Ondas Curtas de Berlim	s/a	Política		
1942	Madrinhas de Guerra - carta da Madrinha nº1, a Eva aos expedicionários portugueses nos Açores	s/a	Laudatória	Nacionalista; Essencialista	Janeiro / 840
	A mulher e a guerra - "a mulher trocou o doce papel da vítima pela odiosa posição de agressora" (p.32) ao participar na guerra, em legítima defesa. É lamentável porque põe em causa as instituições da família e do casamento	Rocha Júnior	Moralizante; Gendrificada	Familiar	
	Conselhos para combater a timidez - aconselha tranquilidade, por exemplo, ao aguardar que um rapaz a convide para dançar	s/a	Cicerónica	Tradicionalista	
	As raparigas portuguesas esfriaram o entusiasmo pelo desporto - lamenta-se que muitas abandonam a prática porque o cônjuge não permite, não sendo ele desportista. Relata-se o fecho de instituições e o desaparecimento de atletas estrangeiras, dinamizadoras, por conta da guerra.	s/a	Informativa; Cicerónica	Igualitário	Fevereiro / 841
	Madrinhas de guerra - congratulação pelo sucesso da iniciativa e menção à revista oficial "Defesa Nacional", patrocinada pela Presidência do Conselho, que já tinha feito apelo semelhante	s/a	Laudatória; Política	Essencialista	

	Na capa lê-se "Madrinhas para todos! Alerta, raparigas, apresentem-se!" (p.1)	s/a	Laudatória	Essencialista	Março / 842
	Madrinhas de batalhão - celebridades como Adelina Abranches e Amália Rodrigues figuram como madrinhas de batalhões inteiros	s/a	Laudatória	Essencialista	
	Desporto - incita-se à prática do ciclismo. Para as casadas, mediante aprovação do marido	s/a	Cicerónica	Familiar	
	Nesta altura de guerra, há especial atenção à economia do lar	s/a	Cicerónica	Tradicionalista	
	A Alemanha Fala - mudou o grafismo, apresentando as Portas de Brandeburgo	s/a	Política		
	A Eva na FLUC - Elas pensam assim - várias opiniões sobre a função social da mulher, idade para casar, áreas que deve estudar, se deve ter as liberdades dos homens. [Pouco consenso e desenvolvimento de ideias, tom coloquial]	Roberto Carlos	Informativa		Abril / 843
	Crónica Londrina - na legenda de duas militares a falar, lê-se "de modas, com certeza" (p.8)	Eddy (Irene Gorska)	Gendrificada	Essencialista	
	O pensam as alunas da FLUL - opiniões mais homogêneas do que na FLUC, no desejo pelo casamento, com o propósito de concretizar o amor, "principal interesse da mulher" (p.10). A felicidade é interna, o homem é menos sensível e leal; a principal função da mulher na família é educar o os filhos	Alice Gomes	Informativa	Essencialista; Familiar	Maio / 844
	Romagem da Paz: N ^a S ^a de Fátima	s/a	Laudatória	Religioso	
	Universitárias do Porto - riem-se da ideia de uma mulher ministra. Definem a idade para casar aos 22, embora não seja unânime	Aurora Jardim (Aranha)	Gendrificada	Tradicionalista	Junho / 845
	Alunas da FLUC escrevem carta em resposta à peça sobre elas, esclarecem, por exemplo, que o à-vontade da primeira entrevistada se devia ao facto de ter sido apresentada por colegas ao repórter, não porque é do seu carácter (estar à vontade ao falar com homens desconhecidos)	s/a	Defensiva	Tradicionalista	
	Na secção de publicidade, junta-se a "A Alemanha Fala" o noticiário da BBC	s/a	Política		
	Reportagem sobre Maria Cachucha, viúva de Torres Vedras que trabalha no matadouro, tem bigode, voz grossa, bebe bagaço no café, enrola cigarros e se diverte noite fora com os homens. Dá medo ao autor, por ser tão pouco	Rogério	Gendrificada	Tradicionalista	Julho / 846

	feminina.				
	Viagem da «Eva» aos Açores - A Madrinha nº1 visita os afilhados - reportagem à chegada à Madeira, Carolina Homem Christo recebida com enorme afeto	s/a	História da Empresa Jornalística		Agosto / 847
	Reportagem da estadia na Madeira - "A nossa última visita na Madeira é uma verdadeira apoteose" (p.26)	s/a	História da Empresa Jornalística		Setembro / 848
	Rogério acusa a rapariga portuguesa - de viver em preconceitos e limitações que admite mas não corrige, limitando a sua cultura a literatura "de cordel", de não agradar aos homens por ser envergonhada, de não fazer coisas para não mostrar as pernas, de não se saber comportar quando vai ao café (o que é raro). "Falta-lhe cultura, caráter, bondade, juventude, alegria, simplicidade!" (p.14) Tem espírito estreito, mentalidade fora de época	Rogério	Cicerónica	Igualitário	
	Regressada da viagem, a diretora queixa-se da falta de fervor das madrinhas, perante tantos pedidos. Intensifica-se a campanha	Carolina Homem Christo	Cicerónica	Essencialista	Outubro / 849
	Rogério acusa... e as raparigas defendem-se - quatro cartas de raparigas muito ofendidas com os comentários do colunista. Culpam os comportamentos masculinos e outras forças exógenas pelos defeitos que ele lhes atribui. A ocupação do espaço público, como o café, não lhes é natural, por se sentirem ameaçadas pela presença masculina, da qual devem manter distância, segundo a norma social. Os livros que lê m são os que as mães acham apropriados. São julgadas por serem levianas e promíscuas ao mudar o modo de vestir, a frequentar mais abertamente espaços partilhas ou ao falarem com rapazes. "não é mais do que reflexo de vós. Pais, irmãos, maridos, todos concorrem para essa mentalidade fraca. Eles acham bem certas coisas nas outras e a rapariga vive sempre no contínuo receio pelo papá, devido à falta de confiança que em Portugal há entre pais e filhos e muitas vezes ainda submetidas à autoridade de um mano. Do marido, esse ainda professa a teoria da obediência feminina, enquanto devia desejar compreensão prática, camaradagem, o não ser preciso mandar, apenas o simples entendimento entre duas pessoas que se estimam" - Milucas (p.46) A Eva comenta, dizendo ser a reação esperada e desejada pelo autor,	s/a	Defensiva;	Tradicionalista	

	encorajando mais respostas e anunciando a de Rogério.				
	Oiça a voz da América em marcha - junta-se à publicidade do regime alemão e da BBC	s/a	Política		
	Rogério acusa... e as raparigas defendem-se - revela que a aspereza das suas críticas se destinava precisamente a gerar respostas das jovens portuguesas, já que é sobre elas que se pretende agir, não sobre as mães. Não fala dos rapazes por não lhe parecer tema oportuno. Numa nova resposta publicada, acusa-se os homens de maldade e Rogério de só estar em Portugal há 2 anos, apenas contactando e observando mulheres em ambientes públicos, onde esses mecanismos de opressão existem. É também acusado de confundir a mentalidade portuguesa com a mulher portuguesa.	Rogério	Cicerónico	Igualitário	Novembro / 850
1943	Anúncio de o preço da revista subirá de 3 para 5 escudos, com o desejo de voltar a descer	s/a	História da Empresa Jornalística		Março / 854
	Desapareceu um dos maiores de Portugal, Homem Christo - obituário muito elogioso do pai de Carolina Homem Christo	s/a	História da Empresa Jornalística		Abril / 855
	Publicidade à rádio do regime italiano, juntando-se às três restantes	s/a	Política		Maio / 856
	Do Album da Família de Churchill - biografia de Winston Churchill	s/a	Política		Setembro / 860
	A propósito de questionário para averiguação de características masculinas nas mulheres, consistente na atribuição de significados a sombras, "Pode ser-se muito mulher e ter algumas facetas masculinas, da mesma forma que se pode ser masculamente homem e ter facetas femininas (...) Mesmo tendo muitas facetas masculinas, não se aflija" (p.30). Tendo muitas características masculinas, como George Sand ou Catarina da Rússia, pode competir com os homens nas profissões liberais. Num grau intermédio, será artista ou comerciante. Se for muito feminina, é alguém que precisa de ser tratada com carinho e cautela, uma mãe que se submete ao marido mas que presta mais atenção aos filhos	s/a	Cicerónica; Gendrificada	Tradicionalista; Essencialista	Outubro / 861
1944	Artigo dedicado a demonstrar que o homem é mais sentimental do que a	s/a	Gendrificada		Janeiro /

	mulher, que sente até necessidade de admirar a mulher por quem se apaixonou, pela sua superioridade.			Essencialista	864
	Uma biografia por vez: Eleanor Roosevelt	s/a	Laudatória	Igualitário; Tradicionalista	
	Anúncio do Grande Inquérito da Eva: A mulher deve ou não trabalhar?	s/a	Informativa		
	Reportagem sobre Jardim-Escola da família de João de Deus, autor da "Cartilha Maternal" [documento muito elogiado na revista ao longo dos anos]. O Jardim-escola segue o método aí postulado	s/a	Laudatória	Familiar	Fevereiro / 865
	Calendário da Dona de Casa - afazeres mensais consoante a época: limpar a casa, mudar os armários, bordar agasalhos, preparar festividades. Inclui Quadro de Serviço para uma semana, calculado para uma família de quatro pessoas, em Lisboa. O trabalho é dividido entre a mãe e a criada. Termina com tabela de Emprego Diário do Tempo, guia para as atividades quotidianas da mulher, todas feitas dentro de casa a cozinhar, preparar a mesa, limpar e arrumar os espaços e cuidar das crianças	s/a	Cicerónica	Familiar	
	Um problema que atravessa o país inteiro: A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão? - Respostas detalhadas de 8 distintas personalidades como Marcello Caetano, Agostinho da Silva e Fernanda Castro	Manuel do Nascimento	Informativa		Março / 866
	A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão? - respostas nas Escolas Superiores de Lisboa	Manuel do Nascimento	Informativa		Abril / 867
	A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão? - A Opinião Estrangeira Manifesta-se - respostas de personalidades estrangeiras: jornalistas, diplomatas e escritores (Finlândia, Inglaterra, América, Espanha, França, Alemanha)	Manuel do Nascimento	Informativa		Maio / 868
	Nª Sª do Rosário de Fátima - Romagem da Esperança - reportagem das comemorações do 13 de maio em Fátima	Roberto Carlos	Laudatória	Religioso	Junho / 869
	A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão? - respostas de representantes de instituições: o presidente da associação "Voz do Operário", a presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e atletas do SL Benfica	Manuel do Nascimento	Informativa		
	A Eva anuncia que vai assumir como pupilo uma de 10 crianças, responsabilizando-se pela sua formação. Os candidatos prestarão provas no	s/a	Informativa	Essencialista	

	IOP - Instituto de Orientação Profissional				
	A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão? - resposta em fábricas portuguesas como a Sociedade Nacional dos Fósforos, Grandes Armazéns do Chiado e a fábrica de chocolates A Favorita	Manuel do Nascimento	Informativa		Julho / 870
	Descrição das 4 tardes de sábado nas quais decorreram as provas de seleção do futuro pupilo da Eva	s/a	Informativa		
	A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão? - respostas de personalidades portuenses como Ângelo César, Artur de Magalhães Basto e Manuel Pinto de Azevedo	Manuel do Nascimento	Informativa		Agosto / 871
	Anúncio da vencedora do concurso, cujas despesas de educação serão responsabilidade da revista. Comunica-se também o desejo de apoiar o vencedor da vertente técnica do mesmo, para apoiar o seu percurso numa escola especializada	s/a	Informativa		
	A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão? - nas Escolas Superiores e na indústria do Porto	Manuel do Nascimento	Informativa		Setembro / 872
	Ponto de situação dos donativos recebidos para a educação do rapaz selecionado pela sua aptidão técnica	s/a	Informativa		
	A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão? - respostas de personalidades da academia de Coimbra	Manuel do Nascimento	Informativa		Outubro / 873
	A mulher, especialmente a casada, deve ou não exercer uma profissão? - respostas de outras personalidades como Irene Lisboa, uma dirigente da OMEN e Manuel da Fonseca	Manuel do Nascimento	Informativa		Novembro / 874
	Crónica de Londres - Capital prepara-se para festejar vitória	Eddy (Irene Gorska)	Informativa; Política		
	Qual é o pior dos sete pecados mortais? - novo inquérito a figuras destacadas	Manuel do Nascimento	Informativa	Religioso	Dezembro / 875
1945	Conselhos às mães - introdução de uma nova rubrica, um consultório médico destinado à informação sobre maleitas comuns nas crianças	s/a	Informativa	Familiar	Janeiro / 876
	Notícia de que Manuel Haderer, o protegido da Eva, ingressa no Colégio Moderno	s/a	Informativa		
	O que pensa da «Eva»? - inclui resposta do subdiretor da censura "É certo que por vezes se zanga. Não lhe agrada a nossa... colaboração. Mas tudo	s/a	História da Empresa		Abril / 879

	passa. Questões de senhoras vizinhas" (p.52)		Jornalística		
	Crónica comemorativa do 20º aniversário, na qual a diretora conta, na sua perspetiva, a História da Revista	Carolina Homem Christo	História da Empresa Jornalística		
	Na França Nova a Mulher é Igual ao Homem - perfis de várias mulheres que desempenham cargos na gestão pública, nas forças armadas e em grupos de ação política	s/a	Laudatória	Igualitário	Maio / 880
	Crónica de Londres - sobre o dia da Vitória na Guerra	Eddy (Irene Gorska)	Política		Junho / 881
	Num artigo sobre a incógnita que é a futura personalidade dos bebés, mostra-se o retrato de um imberbe Adolf Hitler, responsabilizando-o por 27 milhões de mortes	s/a	Política		Julho / 882
	Notícia de que Carolina Homem Christo vai ser a primeira jornalista portuguesa a visitar Paris depois da Guerra	s/a	História da Empresa Jornalística		Setembro / 884
	Relato da viagem a uma Paris em reconstrução, simbólica e material, depois do jugo alemão	Carolina Homem Christo	História da Empresa Jornalística		Outubro / 885
	Artigo de dez páginas dedicado à abertura da estação da moda em Paris	Carolina Homem Christo	Cicerónica		Novembro / 886
	Crónica de Londres - celebra o facto de, pela primeira vez em 5 anos, não ter de submeter o texto à censura (de guerra) inglesa, cuja necessidade compreende mas cujo fim é motivo de júbilo	Eddy (Irene Gorska)	Política; História da Empresa Jornalística		
	Reportagem sobre a princesa Elizabeth, herdeira do trono inglês, que se mantém em contacto com o povo, inclusivamente tendo ingressado no exército.	s/a	Laudatória	Igualitário	Dezembro / 887
	Reportagem sobre Mrs. Clement Atlee, mulher do Primeiro Ministro britânico "é uma dona de casa que adora o lar acima de tudo" (p.22)	s/a	Cicerónica	Familiar	
	Jane Addams - A mulher que dedicou uma vida inteira à causa da humanidade e da paz - texto muito desenvolvido e elogioso sobre esta presidente do Congresso Feminino Internacional	s/a	Laudatória	Igualitário	

	A mulher americana. Ou como após longa luta, ela conquistou a igualdade social - a americana não lutou só pela igualdade política, mas também profissional e social, batendo-se por melhorias no sistema educativo	s/a	Laudatória	Igualitário	
1946	A mulher em toda a parte - deputada dinamarquesa que decidiu ser mãe sem casar; professoras nas escolas superiores de Londres; artistas em Paris; Elleanor Roosevelt; responsáveis pela acusação em Nuremberga; representantes na Assembleia Geral das Nações Unidas; professoras em Marrocos; embaixadora francesa	s/a	Laudatória	Igualitário	Abril / 891
	A mulher em toda a parte - mulher eleita presidente dos Homens de Letras Franceses; Hostesses austríacas; jogadoras de xadrez em Londres	s/a	Laudatória	Igualitário	Maio / 892
	Faltam 4000 enfermeiras, onde as iremos buscar? - entrevista a Hazel Goff, diretora da Escola Técnica de Enfermagem	Maria de Carvalho	Informativa		
	A mulher em toda a parte	s/a	Laudatória	Igualitário	Junho / 893
	O Porto tem a 1ª biblioteca feminina	s/a	Laudatória	Igualitário	
	Onde vamos buscar as 4000 enfermeiras de que os hospitais precisam? - entrevista a Irene Ribeiro, enfermeira-chefe da Escola de Enfermagem Artur Ravara	Maria de Carvalho	Informativa		
	A mulher em toda a parte - A «Educação Profissional» da mulher e a sua preparação para a vida - conferência no Ateneu Comercial de Lisboa	Fernanda de Carvalho	Cicerónica	Igualitário	Julho / 894
	O problema das enfermeiras - a Escola S. Vicente de Paulo	Maria de Carvalho	Informativa		
	A mulher em toda a parte - primeira mulher aceite na academia francesa desde Curie	s/a	Laudatória	Igualitário	Agosto / 895
	O problema das enfermeiras - Escola de Enfermagem do Porto	Maria de Carvalho	Informativa		
	A mulher em toda a parte	s/a	Laudatória	Igualitário	Setembro / 896
	Conclusão do inquérito: onde vamos buscar as 4000 enfermeiras de que os hospitais precisam? - são formadas apenas 40 enfermeiras por ano, há um défice enorme	Maria de Carvalho	Informativa		

	A mulher em toda a parte - a mulher turca emancipada, toma o espaço público; mulheres na política, na ciência e na moda	s/a	Laudatória	Igualitário	Outubro / 897
1947	Em 1912, eles enganaram-se... - O Mundo às avessas ou o triunfo do feminismo - peça que reúne gravuras caricaturais de 1912, altura de debate intenso sobre a emancipação da mulher. Faz-se a contraprova fotográfica de afirmações da época, demonstrando que as mulheres nem se masculinizaram, nem se ridicularizaram, ocupando progressivamente estatutos socioprofissionais que almejavam	s/a	Informativa	Igualitário	Março / 902
	1ª Reportagem - Como se faz uma professora - Visita à Escola Normal de Lisboa - lamenta-se a falta de condições materiais que as espera, nos equipamentos escolares, ao ingressar na vida profissional	Ana Maria Rey	Informativa		Abril / 903
	Portugueses que triunfam lá fora! - relato de sucesso da Secretária da Missão de Aviação Civil, no decorrer da Conferência do Pacífico Sul	s/a	Laudatória	Igualitário	
	Numa peça de cariz antropológico lê-se "Os homens da casa de David não cortam o cabelo nem a barba, e levam uma vida idílica e patriarcal, dedicada à cultura das terras, ao amor da família e práticas religiosas. Bendita comunidade!" (p.28)	s/a	Informativa	Familiar; Religioso	
	Querida Leitora - aconselha-se as leitoras a não "lavar roupa suja" em público, pelas consequências que isso pode trazer à sua reputação social. Do mesmo modo, manifestações de carinho e afeto também são reprováveis. O argumento é o respeito pela intimidade própria.	"Eva"	Moralizante	Tradicionalista	
	2ª Reportagem - O Problema das Professoras Primárias - levantam-se como pontos cruciais da solução do problema o facilitamento de instalação em casos de deslocalização geográfica, o acesso a assistência médica e a subida de vencimentos	Ana Maria Rey	Informativa		Maio / 904
	Querida Leitora - incita, mais uma vez, à discrição nas demonstrações de afeto. Também no estabelecimento de relações de confiança, de modo a evitar ciúmes do marido e agradar aos seus amigos, simultaneamente	"Eva"	Moralizante	Familiar	
	3ª Reportagem - O Problema das Professoras Primárias - Aspirações modestas numa época de egoísmo - a situação no Porto	Ana Maria Rey	Informativa		Junho / 905
	Querida Leitora - "Uma rapariga que sorri... que se mexe, que anda dum lado para o outro, que borda, faz «tricot», lava, sabe tão bem coser a roupa velha, como vigiar na cozinha o assado, mas que faz todas estas coisas com	"Eva"	Moralizante		

	uma serena ligeireza... quem melhor poderia ajudar a viver aqueles que têm as responsabilidades e as preocupações? (...) Tem que se exercitar com fervor no grande mister de mãe e mulher" (p.43)			Familiar	
	4ª Reportagem - O Problema das Professoras Primárias - situação no Alentejo e Algarve	Ana Maria Rey	Informativa		Julho / 906
	Soluções para o Problema das Professoras Primárias - ordenados que permitissem viver desafogadamente, fazer com o médico escolar cumprisse as funções, substituir edifícios das escolas, que os alunos e famílias facilitem a missão	Ana Maria Rey	Informativa		Agosto / 907
	Querida Leitora - apela à não discriminação das solteironas	"Eva"	Moralizante	Igualitário	
	É indigno o marido ajudar nos trabalhos domésticos? - transmissão do ponto de vista de Eleanor Roosevelt, a favor do divórcio, contra punição física das crianças que já compreendem o mundo e considera que o trabalho doméstico dignifica o marido, ao contribuir para o bem-estar comum	s/a	Cicerónica	Igualitário	Setembro / 908
	Sinceridade - comentário sociopolítico da diretora	Carolina Homem Christo	História da Empresa Jornalística		Outubro / 909
	Quere saber se tem um marido ideal? - questionário cujas pontuações altas apontam para um marido compreensivo e respeito mútuo entre o casal	s/a	Cicerónica	Igualitário	Novembro / 910
1948	3 Perguntas... e 37 respostas - questiona-se nove figuras conhecidas do público, como Vasco Santana, sobre se preferem homens com ou sem pelo facial, se as mulheres devem ter direitos iguais aos homens e que processo escolheriam se se suicidassem.	s/a	Informativa		Abril / 915
	Neste mês nasceu: Ana de Castro Osório - relembra sobretudo enquanto autora de literatura infantil, com menção a "As mulheres portuguesas", obra feminista, e da sua defesa dos direitos da mulher e de uma sólida educação para a criança	s/a	Laudatória	Igualitário	Junho / 917
	Falamos hoje de: Homem Christo, filho - O Talentoso jornalista desaparecido à 20 anos - biografia detalhada: expulso do liceu e da universidade; emigrado com o pai por motivos políticos durante a República; acolhido pela intelectualidade francesa; amizade com Mussolini	s/a	Laudatória; Política; História da Empresa Jornalística		Julho / 918
	Falamos hoje de: Maria de Lamas - denota muito interesse pelos dois	s/a	Laudatória		Agosto /

	primeiros volumes publicados à data de "Mulheres no meu País". Referência à dedicação pela causa da mulher			Igualitário	919
	Querida Leitora - face a situação de perda de interesse do marido, aconselha-se as leitoras a ponderar se elas próprias não perderam interesse, bem como a tornarem-se mais independentes deste	"Eva"	Cicerónica	Tradicionalista	
	Quem governa a sua casa é você - teste de 12 perguntas sobre a dinâmica doméstica	s/a	Cicerónica	Familiar	Setembro /920
	Querida Leitora - resposta a acusações de que as revistas femininas apenas exigem às mulheres que cumpram os deveres, ignorando as falhas dos homens, argumentando que às revistas femininas cabe dirigir-se às mulheres. Desenvolve ainda que as mulheres, ao educar os filhos, contrariamente às filhas, a serem dependentes delas em casa, estão a prolongar essa visão da vida doméstica.	"Eva"	Cicerónica	Igualitário	Outubro / 921
	O que se pode saber acerca dos homens - análise psicosociocultural dos comportamentos e pensamentos masculinos	s/a	Informativa	Essencialista	Novembro / 922
	Querida Leitora - a queixas de que as filhas não ajudam nos trabalhos domésticos, aconselha-se que desde cedo as habituem a governar a casa	"Eva"	Cicerónica	Familiar	
1949	10 Minutos para pensar - A Marcha do Mundo - "Embora a «Eva» não pretenda ser uma revista com características altamente culturais, procurando, antes, fazer passar, aos seus leitores, momentos aprazíveis, por vezes mesmo com futilidades - pois também fazem parte da existência - pareceu-nos que faltava nas suas páginas aquele momento sério que, no meio do turbilhão aparece e faz pensar um instante, esclarecendo-nos" (p.28) - noticia-se a criação do sistema de saúde público e gratuito, em Inglaterra	s/a	Informativa	Igualitário	Janeiro / 924
	A 1ª Realisadora de cinema foi uma mulher! - Alice Blaché	s/a	Laudatória	Igualitário	
	Vida Prática - Saiba regular as suas despesas /Tirar partido da casa / Poupar nos produtos de beleza	Belafior	Cicerónica	Familiar	
	Marcha do Mundo - peça sobre mulheres siamesas, na qual se censura a falta de interesse pela vida política e pública, principalmente tendo em conta que tiveram direito de voto muito cedo, antes das europeias	s/a	Informativa	Igualitário	Março / 926
	Neste mês nasceu: Sigrid Undset - Nobel da Literatura 1928	s/a	Laudatória	Igualitário	Junho / 929

	Reportagem sobre o pós-guerra em Paris, em termos de dinâmicas sociais: recomposição do tecido urbano e da paisagem social	s/a	Informativa	Igualitário	
	Marcha do Mundo - Como vive hoje a mulher turca - Da escuridão à liberdade	s/a	Informativa	Igualitário	
	Neste mês nasceu: Emmeline Pankhurst - biografia da revolucionária líder sufragista	s/a	Laudatória	Igualitário	Julho / 930
	Querida Leitora - "Convince-te: é um favor que fazes aos teus filhos se os habituares a arrumar as coisas e a ajudar-te um pouquinho na lida da casa. Quanto ao teu marido, brandamente, acostuma-o também a dar-te certo apoio moral nesse sentido, sabendo ele próprio poupar-te em certas coisas, a fim de que nos momentos graves da vida te possa apta a prestares-lhe todo o auxílio que tem direito a exigir de ti" (p.43)	"Eva"	Cicerónica	Igualitário; Familiar	Outubro / 933
1950	Querida Leitora - aconselha a esmerar-se na apresentação, para não defraudar expetativas do marido. Assume que é devota ao lar mas deve ser a companheira que ele sempre esperou	"Eva"	Cicerónica	Familiar	Janeiro / 936
	Amália Rodrigues é a figura de destaque da edição do 25º aniversário: fotografia de capa e desenvolvida biografia no interior	s/a	Informativa		Abril / 939
	1ª página sobre as celebrações do 13 de maio	s/a	Informativa	Religioso	Junho / 941
	Deve-se ou não esterilizar as mulheres indignas de serem mães? - discute-se se uma mulher inglesa, que mantinha 5 filhos em condições de extrema pobreza e péssima higiene, deve ser esterilizada, por não ter direito à "nobre missão de ser mãe"	s/a	Informativa; Cicerónica	Familiar	Julho / 942
	Pobre Mulher Africana! - crónica que dá conta das iniquidades existentes em várias sociedades africanas, abordadas individualmente, no que respeita ao quotidiano das mulheres: escravas dos homens, muitas vezes impedidas de sair de casa, obrigadas a cobrir todo o corpo	Jean Buller	Informativa	Igualitário	Setembro / 944